

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELA CARAMURU TELES

**A TECNOLOGIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE: A SUPEREXPLORAÇÃO  
DA FORÇA DE TRABALHO EM KARL MARX E RUY MAURO MARINI**

CURITIBA

2017

GABRIELA CARAMURU TELES

**A TECNOLOGIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE: A SUPEREXPLORAÇÃO  
DA FORÇA DE TRABALHO EM KARL MARX E RUY MAURO MARINI**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em tecnologia, da Universidade Federal Tecnológica do Paraná, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia.

Área de concentração: Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Geraldo Augusto Pinto

CURITIBA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

- C259t  
2017
- Caramuru Teles, Gabriela  
A tecnologia no capitalismo dependente : a superexploração da força de trabalho em Karl Marx e Ruy Mauro Marini / Gabriela Caramuru Teles.-- 2017.  
131 p.; 30 cm
- Texto em português com resumo em inglês  
Disponível também via World Wide Web  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, Curitiba, 2017  
Bibliografia: f. 129-131
1. Marx, Karl, 1818-1883 – Crítica e interpretação. 2. Marini, Ruy Mauro, 1932-1997 – Crítica e interpretação. 3. Força de trabalho – Aspectos econômicos. 4. Capitalismo – Aspectos sociais. 5. Força de trabalho – Efeito das inovações tecnológicas – América Latina. 6. Tecnologia – Dissertações. I. Pinto, Geraldo Augusto, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, inst. III. Título.

---

CDD: Ed. 22 – 600

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba

## TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 484

A Dissertação de Mestrado intitulada **A tecnologia no capitalismo dependente: a superexploração da força de trabalho em Karl Marx e Ruy Mauro Marini** defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) **Gabriela Caramuru Teles** no dia **08 de março de 2017**, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade.

Prof. Dr. Mário Lopes Amorim - (UTFPR)  
Prof. Dr. Ricardo Prestes Pazello - (UFPR)  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roberta Traspadini - (UNILA)  
Prof. Dr. Geraldo Augusto Pinto - (UTFPR)  
*Orientador*

Curitiba, **08 de março de 2017**.



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nanci Stancki da Luz  
Coordenadora do PPGTE

## AGRADECIMENTOS

A produção dessa dissertação é fruto da Universidade Pública Brasileira e só poderia existir pelas lutas que resistem na defesa da gratuidade, da qualidade e da possibilidade de produção científica crítica e Latino-Americana nos espaços da Universidade. Dessa maneira, agradeço aos mais diversos atores políticos e sociais que permitiram por dois anos a feitura deste trabalho.

Agradeço a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que entre as ciências duras e maravilhosas como a Física e a Matemática garantem um espaço privilegiado de debate crítico sobre a tecnologia e a sociedade. Sou grata por dividir os corredores e bicicletário com estudantes de diversas áreas, vivenciando o que deve ser uma universidade em sua completude e complexidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, que igual não conheci. Com seus mais que dedicados professores, presentes em duplas e até trios em sala de aula, orientando, correndo com eventos, esbanjando criticidade, acolhendo aos estudantes de variadas áreas do conhecimento e, como não poderia deixar de ser, a fazer política para defender a universidade. Um programa que resiste e floresce nos mais inóspitos habitats, que faz nascer do concreto das paredes de uma antiga escola técnica a flor de novos modelos de desenvolvimento tecnológico, com a politização da tecnologia.

Agradeço ao meu orientador Geraldo Augusto Pinto. Um sujeito particular, com o rigor raro de um verdadeiro cientista social e a fraternidade de um trabalhador do povo. O projeto desta investigação em contato com sua mente se metamorfoseou e, somente assim, conseguiu voar. Por reuniões semanais de oito horas, crases corrigidas e um planejamento mais que conjunto da pesquisa. Sobretudo, devo agradecer pela virada de Copérnico que a teoria marxista da América Latina produziu em minha produção acadêmica e prática de vida e militante. Ao professor Geraldo o mérito de um mestre artesão, obstinado pelo conhecimento emancipador e a superação das relações de valor na sociedade do capital.

Aos colegas da Teoria Marxista da Dependência, que receberam meus anseios, divergências e mais profunda sede. Pelos vigorosos debates na teoria do valor de Marx, pelo desvelar do mundo ameríndio até então obscurecido, pela luta revolucionária contra a colonização diária e a possibilidade de compreender o

desenvolvimento do capitalismo em nossos próprios países, só assim sendo uma marxista coerente. Agradeço a Professora Roberta Traspadini (UNILA), Prof. Nildo Ouriques (UFSC), Prof. Marina Machado Gouvêa (UNILA), Diógenes Moura Breda (UNAM) pela atenção e ensinamentos fundamentais.

Ao Professor Jaime Osório, da Universidade Autônoma do México (UNAM), que no alto de seu notável conhecimento aceitou me receber como aprendiz, para firmar minhas bases na análise crítica da realidade latino-americana.

Agradeço aos técnicos da UTFPR pelos almoços, pela biblioteca, pelos espaços limpos e pelos trabalhos administrativos necessários à concretização desta pesquisa.

À minha família sempre presente, meu namorado, meus amigos e camaradas mais que compreensíveis. Pessoas solidárias que aceitaram a animação com esse tema em no mínimo dezenas de cafés e reuniões.

## RESUMO

O presente trabalho se debruça sobre o desenvolvimento tecnológico particular dos países da América Latina. Para tanto faz uso da obra "O Capital" de Karl Marx e de obras selecionadas de Ruy Mauro Marini, referência teórica da Teoria Marxista da Dependência. O objetivo do estudo consiste em formular uma crítica acerca do papel da tecnologia nas economias dependentes da América Latina a partir das categorias de Marx e Marini, no contexto de superexploração da força de trabalho e transferência de capitais. Como justificativa vemos a necessidade de superar as reproduções eurocêntricas sobre desenvolvimento tecnológico e compreender a tecnologia na América Latina sob o crivo do materialismo histórico. A metodologia empregada consiste na revisão bibliográfica, análise teórico reflexiva e aproximação da realidade das categorias selecionadas. Para Marini, com as trocas desiguais, a importação de tecnologia e dívida pública verificamos uma brutal transferência de valor a partir da América Latina que como política de compensação das perdas por transferência, a estratégia de superexploração da força de trabalho é largamente empregada - intensificação do trabalho, extensão da jornada e pagamento abaixo do valor de reprodução. Com mercados reduzidos pelos baixos salários, presenciamos um divórcio entre a produção e a realização de mercadorias, de modo que as mercadorias produzidas pelos países dependentes são consumidas majoritariamente pelos países centrais. Assim se agrava a divisão internacional do trabalho, onde os países da América Latina produzem matérias-primas baratas para a exportação e os países centrais tem na industrialização seu eixo produtivo. O caráter particular da exploração da força de trabalho na América Latina denuncia o subdesenvolvimento como um estado permanente de exploração dos países dependentes pelos países centrais, apresentando, inclusive, dependência interna entre os países dependentes. Dessa maneira, conforme Marini, verificamos a consolidação de etapas de produção mais complexas no centro e menos complexas nos países dependentes. Assim, o desenvolvimento tecnológico da América Latina se encontra limitado nos marcos dos países centrais, com: industrialização pautada na produção de bens de capital de centro; importação de pacotes tecnológicos obsoletos para amortizar a maquinaria descartada no centro pela concorrência; uso de força de trabalho superexplorada ainda que com o uso de maquinaria; desenvolvimento tecnológico não generalizado, mas restrito a ilhas de produção; não barateamento das mercadorias consumidas pelos trabalhadores; superexploração como movimento para competir com ilhas de tecnologias mais produtivas; ou ainda, a dependência do capital internacional para investimentos. A dissertação defende que, para Marini, o desenvolvimento tecnológico na América Latina não significou aumento de produtividade com bens salários, e conseqüente melhora na qualidade de vida dos trabalhadores. Mas, em sentido oposto, agrega-se como mais um elemento na superexploração da força de trabalho, levando à intensificação do trabalho como movimento de concorrência com os isolados ramos mais produtivos.

Palavras-Chave: Tecnologia; Superexploração da força de trabalho; Teoria marxista da dependência.

## ABSTRACT

The present work looks over the technological development specifically from the countries in Latin America. Therefore making the use of the work "Capital", by Karl Marx and selected works by Ruy Mauro Marini, a theoretical reference of the Marxist Dependency Theory. The goal of this work consists in analyzing the role of technology in the dependant economies of Latin America from the categories of Marx and Marini, in the context of the super-exploitation of work and transference of capital. The justification of this research is the need to overcome the eurocentric views and reproductions on technological development and to understand technology in Latin America under the inquest of Historic Materialism. With unequal trades, technology import and public debt we verify a brutal transference of capital from Latin America. As a compensation policy of loss by transference, the strategy of super-exploitation of workforce is largely used - intensification of work, extended work hours and payments under the production value. With markets reduced by low incomes, we witness a divorce between production and the making of goods, in a way that the good produced by dependent countries are mostly consumed by central countries. Thereby aggravating the international division of work, where Latin American countries produce cheap feedstock for exportation and central countries have their productive axis in industrialization. This particular character of exploitation of work in Latin America reveals underdevelopment as a permanent relationship between dependent and central countries, exhibiting also internal dependency in dependent countries. Thus, we can verify a consolidation of more complex production stages in the Center and less complex ones in dependent countries. So, the Latin American technological development finds itself limited by the boundaries of central countries, with: industrialization lined by production of capital goods by the Center; importation of obsolete technological packets to refund the machinery discarded in the Center by the competition; the use of super-exploited work force in detriment of machinery use; technological development, but restricted only to a manufacturing island and not generalized; never to cheapen the goods consumed by workers; super-exploitation as a movement to compete with more productive manufacturing islands; or yet the dependency on international capital for investments. The dissertation defends that, for Ruy Mauro Marini, the technological development in Latin America didn't mean a raise in productivity with the cheapen of goods, and hence the improvement of life quality for workers. But, in an opposite direction, it is an element of the super-exploitation of work and leads to the intensification of work as a movement of competition with isolated and most productive branches in the internal scope, related to international production.

Key words: Technology; Super-exploitation; Marxist Theory of Dependency;

## SUMÁRIO

1 A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM KARL MARX: MAIS-VALOR RELATIVO, MAIS-VALOR ABSOLUTO E TECNOLOGIA	17
1.1 O trabalho na perspectiva do materialismo histórico	17
1.2 O mais-valor absoluto, mais-valor relativo e suas relações com a tecnologia	20
1.3 A busca pelo aumento da produtividade: cooperação, manufatura e grande indústria	33
2 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM RUY MAURO MARINI	50
2.1 A dependência	50
2.2 As trocas desiguais	53
2.3 A Superexploração	61
3 DEPENDÊNCIA, SUBDESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	68
3.1 A acumulação originária permanente	68
3.2 A dependência no ciclo do capital	73
3.3 Superexploração e acumulação de capital na economia dependente	82
4 O PROBLEMA DA TECNOLOGIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE	91
4.1 O mais-valor extraordinário e a particularidade do capitalismo	91
4.2 A tecnologia no padrão dependente	95
4.3 Estado e integração entre as burguesias – exemplos do Brasil	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a análise categorial acerca da realidade de padrão de reprodução dependente nos países da América Latina e, em particular, o modo como a tecnologia se insere no processo de superexploração da força de trabalho, segundo a conceituação desenvolvida por Ruy Mauro Marini a partir da obra de Karl Marx.

O marco teórico eleito é a Teoria Marxista da Dependência, que se debruça sobre o diferente padrão de reprodução do capital entre a América Latina e os países de capitalismo central, ou países tecnologicamente mais avançados.

A teoria da dependência como um todo conta com duas grandes vertentes teóricas, o que chamamos de Teoria da Interdependência, iniciada por Enzo Falleto e Fernando Henrique Cardoso, onde "advoga que o desenvolvimento local da periferia só se pode realizar a custa da importação de capitais [...] [o que] traria boas consequências para a economia" (SILVA, 2016, p. 425) e a Teoria Marxista da Dependência.

A Teoria Marxista da Dependência, desenvolvida inicialmente por intelectuais orgânicos como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Jaime Osório e Adrian Sotelo se dedica, em uma perspectiva crítica, a compreender a relação dos países subdesenvolvidos com os países centrais. Contrariando um desenvolvimento por etapas, a teoria marxista da dependência advoga, a partir das transferências de valor originadas das trocas desiguais, a intrínseca ligação entre a industrialização e consumo dos países centrais e a superexploração da força de trabalho na América Latina.

O presente trabalho visa uma abordagem categorial demarcada pelos autores Karl Marx e Ruy Mauro Marini. Embora não seja uma análise categorial histórica com o recorte da investigação fixado em um intervalo de estudo, o trabalho tem seus sujeitos fixados historicamente, de modo que o recorte proposto aparece na temporalidade dos textos selecionados.

Diante da força que as categorias analisadas apresentam na realidade, se buscará uma teoria com caráter aproximativo, no sentido de compreender tais categorias, almejando uma análise teórico reflexiva da tecnologia na América Latina. O intuito é explicitar a força das teorias - Teoria Marxista da Dependência de Marini e Teoria do Valor de Marx - na realidade das relações entre os países

dependentes e os países centrais no que tange à tecnologia.

O tema da tecnologia na América Latina, analisado nas obras selecionadas apresentará o recorte do tempo histórico destas obras, sobretudo os textos de Marini de 1969 até 1980. Nessa esteira, a conjuntura econômica de mercado interno e produção tecnológica, sobretudo brasileira, é datada pela vivência histórica e obras do autor.

Ademais, os limites espaciais também recortam o trabalho, relacionando a América Latina aos países de capitalismo central - Europa imperialista, Estados Unidos e Japão. A América Latina, por sua vez, será trabalhada na maioria das vezes enquanto continente, focada no desenvolvimento dos países economicamente mais fortes, sem esmiuçar a heterogeneidade dos países que compõem essa delimitação. A análise em “tendências gerais” é a metodologia aplicada por Marini e Marx, garantindo a especificidade de incidência das tendências conforme a formação social específica de cada território (MARINI, 2011b, p. 174).

Dessa maneira, o recorte do presente estudo não abrange as relações econômicas e sociais entre a América Latina e Ásia ou África, estando circunscritos à dependência estrutural na particularidade do padrão de reprodução latino-americano em relação aos países centrais.

Os níveis de abstração trabalhados vão desde as categorias gerais de funcionamento do modo de produção capitalista, apresentadas com alto grau de abstração no Livro I d'O Capital de Karl Marx, até um nível menor de abstração, com a aproximação do concreto pelo padrão de reprodução dependente da América Latina. O estudo não chega a realizar análise de casos concretos de determinada economia dependente na América Latina, mas objetiva trabalhar as categorias teóricas de Marx e Marini na particularidade da divisão internacional do trabalho entre América Latina e países de capitalismo central, aproximando as categorias da realidade concreta.

O método do materialismo histórico, em que as condições de existência determinam a consciência conforme o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção em cada momento histórico, nos ajuda a compreender a forma como se organiza a produção na particularidade do padrão de reprodução dependente e as disputas de interpretação acerca dessa realidade (SILVA, 2016, p. 429,430).

A economia política, elemento central de análise da sociedade e suas relações sociais, no caso, o padrão de reprodução particular da América Latina, figurará como “el supuesto metodológico fundamental del marxismo” (MARINI, 2008a, p. 224).

A análise dialética fundamentada nos princípios de movimento, contradição e transformação qualitativa objetiva a análise das categorias de Marx e Marini à luz da perspectiva de que todos os elementos da realidade estão em relação uns com os outros, assim como o processo de transformação da realidade é infinito e constante, de modo que ganhos quantitativos significam saltos qualitativos no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (SILVA, 2016, p.427-729).

Assim, o presente estuda buscará, nos termos da metodologia de Marini, não substituir a realidade concreta por conceitos abstratos, mas verificar a força de explicação dos conceitos trabalhados para a análise do padrão de reprodução da América Latina, sem enquadrar a realidade nas categorias propostas, mas verificar a aplicabilidade da categoria na compreensão do tema proposto (MARINI, 2011a, p.131).

Ademais, procurar-se-á atingir um rigor metodológico no campo da metodologia marxista, o materialismo histórico, em acordo com o alerta metodológico de Marini: “o rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista” (MARINI, 2011a, p. 133).

No que se refere a América Latina, Marini parte da metodologia marxista de que através do estudo das formas mais desenvolvidas se compreende as formas embrionárias (MARINI, 2011a, p. 133). Contudo, expressa que o mesmo autor valoriza um elemento simples de um desenvolvimento ainda insuficiente como possibilidade de melhor compreensão da forma complexa (MARINI, 2011a, p. 133). Dessa maneira, Marini busca a partir do rigor da metodologia marxista compreender os movimentos de transformação, contradição e relação entre os países centrais e a América Latina, construindo uma teoria de análise da condição dependente do capitalismo latino-americano.

Afim de dar consecução a metodologia proposta, iniciaremos nossa exposição com uma análise de conceitos presentes na obra “O Capital: crítica da economia política”, especificamente o livro I publicado em 1867, de Karl Marx (MARX, 2014), na medida da necessidade de explicação do funcionamento da

exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista, e do desenvolvimento tecnológico nos marcos do capitalismo. Na sequência, nova revisão é feita na produção de Ruy Mauro Marini, com o intuito de relacionar a particularidade da reprodução do capitalismo na América Latina, em específico no que se refere à relação entre a superexploração da força de trabalho e o estágio de desenvolvimento tecnológico limitado. Para o feito trabalhamos com os textos: “Subdesenvolvimento e revolução” publicado em 1969 (MARINI, 2013); “A dialética da dependência” publicado em 1973 (MARINI, 2011a); “Sobre a dialética da dependência” publicado em 1973 (MARINI, 2011b); “O ciclo do capital na economia dependente” publicado em 1979 (MARINI, 1979a); “As razões do neodesenvolvimento (resposta a F.H. Cardoso e J. Serra)” publicado em 1978 (MARINI, 2008a); “Mais-valia extraordinária e acumulação de capital” publicado em 1979 (MARINI, 1979b); “Processo e tendências da globalização capitalista” publicado em 1997 (MARINI, 2008b).

Esse trabalho se justifica pela necessidade de apreensão da particularidade da reprodução do capitalismo na América Latina, especificamente no que se refere ao desenvolvimento tecnológico dependente dos países dependentes. O estudo é pertinente pela enorme incompreensão acerca das relações de transferência de valor da América Latina para as economias centrais, a superexploração da força de trabalho, o reduzido mercado consumidor no América Latina, a dependência tecnológica e insuficiência de tecnologia para a produção de mais-valor autônoma e complexa e etc. Ademais, soma-se na justificação desse estudo a urgência na construção de um programa autônomo e emancipador de desenvolvimento humano em nossos países, com o controle social da produção pelos trabalhadores.

Nos marcos da teoria marxista da dependência, o subdesenvolvimento não será dado como uma etapa para o desenvolvimento, já que países desenvolvidos não passaram por um estágio de subdesenvolvimento no período anterior. O subdesenvolvimento será analisado como um estado de exploração dos países dependentes pelos países centrais.

Tendo em vista que as trocas desiguais de mercadorias entre os países da América Latina (primário-exportadores) e os países centrais (primeiramente industrializados) levam em conta o monopólio na produção de mercadorias industrializadas e as diferenças na composição orgânica desses capitais (MARINI, 2011a, p. 144, 145), as mercadorias são trocadas por seus preços de produção, ao

invés de seus valores (MARX, 1988), iludindo as trocas por valor, quantidade de trabalho (MARINI, 2011a, p. 145).

Nessa esteira, com os ganhos de produtividade dos países centrais não repassados às mercadorias que comercializam no mercado internacional, verificamos a transferência de valor da periferia para o centro. Mas como o capitalista em território latino-americano consegue compensar as perdas por transferência? Buscando compensar estas trocas desiguais e esta transferência de valor ao centro, a classe capitalista da América Latina superexplora a força de trabalho local (MARINI, 2011a). Assim, a superexploração da força de trabalho na América Latina, para Marini, consiste na intensificação do trabalho, na majoração da jornada de trabalho, e no pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor de reprodução (salários reduzidos) (MARINI, 2011a).

Marini partirá no decorrer do trabalho dos elementos de exploração que já se fazem presentes em Marx, como o aumento da jornada de trabalho relacionada ao mais-valor absoluto e a diminuição do trabalho necessário relacionado ao mais-valor relativo. Contudo, em sua teoria, verificaremos uma contribuição no que se refere à superexploração da força de trabalho: o pagamento estrutural abaixo do valor de reprodução que decorre da compensação pelo processo de transferência de capitais para os países centrais. Assim, o que trataremos no presente estudo será a superexploração em Marini como uma categoria particular de um nível de abstração mais concreto aplicada às economias latino-americanas.

Contudo, por que o ciclo da dependência de Marini se cristaliza nos países da América Latina? Como veremos, na medida em que, com salários baixos, o mercado interno latino-americano também se encontrará restrito, isso impossibilita ao trabalhador acesso às mercadorias industrializadas e dificulta a industrialização autônoma dos países dependentes.

Dessa maneira, verificaremos que a industrialização da América Latina até 1980, no período dos textos estudados, se restringe ao recebimento de pacotes tecnológicos já obsoletos, para amortizar maquinarias descartadas pela concorrência central, e importação de máquinas desenvolvidas pelo aumento dos bens de capital do centro. Ao contrário da possibilidade de industrialização da América Latina com o rompimento das trocas desiguais, verificar-se-á a industrialização restrita aos marcos da dependência (MARINI, 2011a).

A superexploração da força de trabalho por si só determinará um

desenvolvimento tecnológico limitado, já que, diante do baixo preço da força de trabalho, opta-se pelo trabalho precário em detrimento da maquinaria (MARX, 2014, p. 446), a qual permitiria o aumento de produtividade e desenvolvimento tecnológico.

Dessa maneira, verificamos uma divisão internacional do trabalho em que os países centrais ocupam etapas complexas de produção (como a pesquisa científica e produção de bens de capital) e os países da América Latina orientam-se a etapas de baixa complexidade (como produção de matérias primas baratas, permanência de maquiladoras<sup>1</sup>, e restritas ilhas de desenvolvimento tecnológico dissonantes do restante da produção).

Ao produzir matérias primas e alimentos baratos que sustentam a redução do tempo de trabalho socialmente necessário no centro, devido à subida da produtividade no centro; bem como ao baratear sua força de trabalho pelo barateamento dos bens salários, a periferia é parte essencial ao próprio processo de acumulação de riquezas dos países centrais.

Veremos nesta investigação que a divisão internacional do trabalho, que impõe à América Latina o subdesenvolvimento, será a estrutura de funcionamento do capitalismo desde a independência das colônias, passando inclusive pela Revolução Industrial, garantida em face da superexploração com extração de matérias primas baratas nos países dependentes (MARINI, 2011a).

Em face aos baixos salários nos países dependentes, a realização do capital, com a venda das mercadorias produzidas, também não acontece na América Latina, tal como nos países centrais. Grande parte das mercadorias produzidas nos países centrais e até mesmo aquelas produzidas nos países dependentes são consumidas pelos mercados dos países centrais (MARINI, 2011a). Exemplo desse processo de produção centro-periferia são as maquiladoras, que embora produzam em solo latino-americano, direcionam toda a sua produção à exportação e consumo dos países centrais.

Como veremos, as ilhas de desenvolvimento tecnológico nos países dependentes consolidam uma industrialização fragmentada, que não catalisa os

---

<sup>1</sup> Maquiladoras são fábricas de montagem de mercadorias em que toda a matéria prima da fabricação, bem como as máquinas da fábrica são importadas. Os países que possuem maquiladoras recebem todo o pacote tecnológico, a exemplo do México, Honduras, Costa Rica, Paraguai e etc. A mercadoria produzida não fica no país de fabricação, mas é exportada para o consumo dos países centrais.

demais setores da economia. Embora com modernização conservadora e contradições de desenvolvimento entre países do sul, esse processo, ao não contribuir para o aumento da produtividade e barateamento das mercadorias da cesta dos trabalhadores da América Latina no período, não possibilita melhoria na qualidade de vida dos países dependentes (MARINI, 2008b, p. 267). Ao contrário, em face ao aumento da produtividade de pequenas ilhas de produção com alta tecnologia, os capitalistas nacionais utilizam a superexploração da força de trabalho para competir com o capital mais produtivo. Nessa medida, verificaremos quanto a escassa alta tecnologia que chega aos países dependentes apenas fomenta a superexploração da força de trabalho, que já encontra condições internas favoráveis a esta situação (MARINI, 1979a, p. 8).

Dessa maneira, este trabalho defenderá que o desenvolvimento tecnológico, mesmo quando atinge (em uma etapa menos complexa) os países da América Latina, não significará a melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora destas economias.

O objetivo a que nos propomos é analisar o papel desempenhado pelo desenvolvimento tecnológico no processo de superexploração da força de trabalho na acumulação capitalista dependente na América Latina, tendo como base textos específicos de Ruy Mauro Marini.

Para tal feito, no capítulo primeiro, revisitaremos o processo de exploração da força de trabalho assalariado na teoria do valor-trabalho de Karl Marx para estabelecer analiticamente as relações entre mais-valor absoluto e mais-valor relativo no processo de acumulação de capital, descrevendo, em tal processo, a função da industrialização e da tecnologia. Esse passo, para Marini, é importante para a compreensão da limitada possibilidade de extração de mais-valor relativo, nos moldes dos países centrais, nos países dependentes, vez que com baixa tecnologia e superexploração é impossível ter como eixo produtivo o aumento da produtividade na indústria e realizar a diminuição do tempo de trabalho necessário em seus mercados dependentes (MARINI, 2011a).

Na sequência, no capítulo segundo, nosso objetivo será situar a posição da América Latina na expansão internacional do capital, bem como as características da dependência econômica e tecnológica daí advindas, de modo a desenvolver com base na teoria marxista da dependência o conceito de superexploração da força de trabalho desenvolvido por Ruy Mauro Marini. Neste capítulo realizaremos

uma revisão da teoria marxista da dependência em Marini e da particularidade da superexploração da força de trabalho para o autor, em relação à exploração da força de trabalho nos países centrais, estabelecida pela crítica da economia política em Marx.

No capítulo terceiro, abordaremos a estrutura de subdesenvolvimento dos países dependentes desde a acumulação originária, analisando o processo dependente em cada ciclo de acumulação do capital.

Por fim, no capítulo quarto, após esmiuçar os elementos próprios do desenvolvimento tecnológico na América Latina, buscaremos formular uma crítica acerca do papel da tecnologia no padrão de reprodução dependente, também segundo a obra de Ruy Mauro Marini.

O presente estudo reivindicará, pelo processo metodológico dialético de transformação da materialidade e das relações sociais, a ruptura com o modo internacional de produção e repartição de riquezas no mundo, sendo tal ruptura a única possibilidade de desenvolvimento latino-americano. Para tal, advoga-se, necessariamente, a superação do modelo de produção que se alimenta com as trocas desiguais e a extração de mais-valor na América Latina, fundado na propriedade privada e no trabalho assalariado.

Com vistas a defender todas as dimensões do desenvolvimento humano, o estudo apresentará os processos particulares de reprodução do capital na América Latina na perspectiva de contribuir teoricamente com o enfrentamento à transferência de valor, a resistência à extração de mais-valor e à dependência tecnológica da América Latina.

## 1 A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM KARL MARX: MAIS-VALOR RELATIVO, MAIS-VALOR ABSOLUTO E TECNOLOGIA

Iniciamos nossa investigação expondo o marco teórico utilizado na presente pesquisa. Assim, tanto no que se refere à centralidade do trabalho como produção de mais-valor na sociedade capitalista, como às formas próprias de extração do mais-valor serão abordadas com vistas a construir as bases para o posterior desenvolvimento da análise sobre a tecnologia no capitalismo dependente.

### 1.1 O trabalho na perspectiva do materialismo histórico

A natureza é a fonte de toda a criação de riqueza pelos humanos, lugar em que o trabalho se insere. Ao transformar a natureza com o trabalho, os humanos constroem o espaço onde vivem, se relacionam e dão significado à sua própria existência. Dessa maneira, como afirma Engels, “o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 2011, p. 11).

Para Marx, a existência do trabalho humano na produção social da vida será sempre uma relação dupla na medida em que de um lado é uma relação natural e de outro uma relação social (MARX, 2007, p. 34).

Sendo assim, a forma com que os humanos se relacionam com a natureza e produzem riquezas para suprir suas necessidades orienta o modo como se desenvolvem em sociedade, já que:

o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha de contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade (ENGELS, 2011, p. 15).

O trabalho é, dessa maneira, base da sociedade e da construção do ser humano como ser social. Para Engels, o trabalho diferencia o animal humano dos outros animais e embora haja animais que possam utilizar instrumentos que intermediam sua busca de alimentos, eles se diferenciam dos humanos, já que estes são os únicos capazes de construir ferramentas com vistas a uma ação planejada futura, ou até mesmo, produzir ferramentas sem que eles mesmos almejem utilizá-las (dentro de uma divisão social do trabalho, por exemplo).

No caso do animal humano verificamos a passagem da espécie por um salto qualitativo de consciência em relação aos outros animais. A consciência do que se objetiva produzir, do planejamento dessa produção, o modo como se produz e as relações decorrentes da produção aparecem como um diferencial dos humanos em comparação aos outros animais.<sup>2</sup>

O humano é o único animal com capacidade de distinguir seu corpo do restante da natureza, sendo uma natureza autoconsciente.

Essa forma de consciência é determinada também por uma materialidade distinta: o humano é o animal capaz de construir ferramentas de trabalho com um trabalho planejado. O diferencial que tratamos aqui é a possibilidade do animal humano realizar uma série de mediações entre si e a natureza. Essas mediações, expressas desde ferramentas primitivas até a ciência complexa, são possíveis apenas na espécie humana.

É exemplo na história da humanidade o desenvolvimento do trabalho humano na construção de instrumentos para a caça e pesca, fato que assegurou uma alimentação mista e possibilitou aos humanos gastarem menos tempo com busca de alimentos, desenvolvendo outros trabalhos como a domesticação de animais e o fogo (ENGELS, 2011, p. 18-19). Dessa maneira os instrumentos de trabalho (tecnologias) desenvolvidos pelos humanos permitiram a existência de grupos sociais, agricultores, criadores de animais e todas as relações sociais permitidas a partir dessa transformação. Nessa concepção de trabalho como formador dos humanos em suas relações de produção e relações sociais, Engels relata:

o trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. A caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação (ENGELS, 2011, p. 20).

A inicial divisão do trabalho era uma divisão nos marcos da natureza, com a divisão do trabalho em face a diferença sexual e a divisão do trabalho decorrente de disposições naturais (a exemplo da força corporal). Com o aumento populacional

---

<sup>2</sup> Uma das melhores análises a respeito disso se encontra na obra de maturidades de György Lukács "Por uma ontologia do ser social", especialmente no primeiro capítulo (intitulado "O trabalho") do volume II desta obra (LUKÁCS, 2013).

e o aumento da produtividade, a separação em trabalho espiritual e trabalho manual permitiu aos humanos o desenvolvimento da divisão social do trabalho e uma consciência igualmente diferenciada decorrente dessa divisão (MARX, 2007, p. 35).

É mediante o trabalho que os humanos se reconhecem como parte, mas também como uma parte que tem autonomia, que tem consciência da natureza. Entretanto, ao contrário da liberdade, tais seres sociais permanecem igualmente subsumidos, agora “subsumidos a um produto de trabalho” (MARX, 2007, p. 35).

Esse processo tem seu início com a divisão “social” do trabalho, especialmente no que se refere à separação entre trabalho manual e trabalho intelectual:

o produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram em uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho (MARX, 2014, p. 577).

Dentro das condições naturais (riqueza natural e meios de subsistência) presenciamos a mudança da centralidade da riqueza natural pela riqueza socialmente produzida, com a predominância de meios de subsistência pelo desenvolvimento do trabalho (MARX, 2014, p. 581).

Diante do exposto, o trabalho esteve relacionado ao desenvolvimento humano, incorporando-se aos conceitos possíveis de relações sociais que também existem para além do trabalho em determinado momento histórico de desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, essa investigação tem como marco teórico o pensamento “a partir” do trabalho, tendo em vista que é o trabalho responsável por reproduzir a materialidade (de modo que sem trabalho nada seria produzido). O trabalho é assim o produtor da realidade, vez que através do trabalho garantimos a existência humana (marco inicial de desenvolvimento da sociedade) e junto às causalidades naturais se consolidam causalidades sociais que determinarão a sociedade. A partir da centralidade do trabalho surgem todos os outros elementos: a cultura, a linguagem, a política e as demais formas de viver e fazer dos humanos.

É nessa esteira que Marx tem como pressuposto da história a existência humana, e “o primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material [...] uma condição

fundamental de toda a história” (MARX, 2007, p. 32-33).

Diante do marco teórico exposto, o objetivo desta dissertação é a análise do trabalho humano nos moldes do assalariamento e da particularidade de sua exploração como produtor de valor nos países da América Latina. Portanto, nos próximos capítulos trataremos as formas de extração de mais-valor pelo trabalho explorado, tanto no padrão de reprodução dos países centrais quanto no padrão de reprodução dependente.

## 1.2 O mais-valor absoluto, mais-valor relativo e suas relações com a tecnologia

A teoria do valor-trabalho de Karl Marx compreende como o processo de exploração da força de trabalho acontece no modo de produção capitalista. Entender o processo de exploração é condição *sine qua non* para debatermos a superexploração na América Latina, formulada por Ruy Mauro Marini.

Na teoria do valor-trabalho, Marx esclarece que o capitalismo é uma sociedade produtora de mercadorias, e essas mercadorias têm seus valores de uso (suas utilidades) e seus valores de troca (os quais são proporções quantitativas pelos quais esses valores de uso são trocados).

Karl Marx inicia o estudo do modo de produção capitalista pelo que compreende ser seu elemento mais básico: a mercadoria. A riqueza da sociedade nesse modo de produção aparece para o autor como uma “imensa coleção de mercadorias” (MARX, 2014, p. 113), onde inclusive o trabalho humano torna-se uma mercadoria: força de trabalho. É por isso que a forma elementar “mercadoria” é, para Marx, primordial na compreensão da economia política do capital. São três os elementos constitutivos da mercadoria: valor de uso, valor de troca e valor.

O esclarecimento dos conceitos de constitutivos da mercadoria é essencial para a posterior análise das transferências de valor da América Latina para os países centrais, bem como aparece como condição para verificarmos as trocas desiguais de valor e a própria superexploração do trabalho na América Latina.

Na análise do primeiro elemento, a mercadoria é, antes de mais nada, um valor de uso, em que pese a produção de valores de uso pelos humanos existir para além do período histórico do modo de produção capitalista. A mercadoria consiste em um objeto externo com propriedades capazes de satisfazer necessidades humanas, tanto como objeto de consumo, quanto como meio de

produção para outras mercadorias. Identificar os valores de uso das coisas dispostas à satisfação das necessidades é para Marx um ato histórico, inclusive, tendo em vista que os valores de uso são anteriores às mercadorias. Sendo assim, chegamos ao conceito: “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 2014, p. 114).

Esse valor de uso é determinado pelas propriedades do corpo da mercadoria, dependente, portanto, de uma determinada quantidade de trabalho dos humanos despendida na feitura desta mercadoria, mas, sobretudo, da qualidade deste trabalho despendido, de suas formas concretas. O valor de uso das mercadorias realiza-se no consumo e uso das mesmas. Sendo o conteúdo material da riqueza, os valores de uso são “portadores materiais do valor de troca” (MARX, 2014, p. 114).

Já o segundo elemento, o valor de troca, aparece:

como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço (MARX, 2014, p. 114).

Ou seja, uma expressão quantitativa do valor. Um exemplo trazido por Marx é uma determinada quantidade de trigo, que se relaciona com outras mercadorias em proporções diversas:

[...] 1 *quarter* de trigo, por exemplo, é trocada por x de graxa de sapato, ou por y de seda, ou por z de ouro etc., em suma, por outras mercadorias em diferentes proporções. O trigo tem, assim, múltiplos valores de troca em vez de um único (MARX, 2014, p. 114-115).

A partir dessa verificação, Marx nos coloca duas conclusões: para trocarmos valores de uso distintos é necessário que exista algo em comum entre essas mercadorias e, em segundo lugar, precisamos poder distinguir o que está presente em todas as mercadorias (MARX, 2014, p. 115). Contudo, o algo em comum que estamos sugerindo aqui não pode ser uma característica corpórea das mercadorias, tendo em vista que, como falamos, essa característica é própria dos valores de uso das mercadorias (MARX, 2014, p. 115), e neste caso, supõem-se mercadorias com valores de uso diferentes.

Sendo assim “como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferentes qualidades, como valores de troca só podem ser de *quantidades*

*diferentes*, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 2014, p. 115, grifos nossos).

O que é então esse elemento pertencente a todas as mercadorias, que não são seus valores de uso, mas que torna possíveis as trocas entre elas conforme sua proporção quantitativa? O trabalho é, para Marx, a propriedade que está na base do valor de troca das mercadorias (MARX, 2014, p. 115).

Esse valor de troca expressa uma determinada quantidade de trabalho empregada na feitura de cada mercadoria. E sua especificidade está no fato de que expressa apenas o *quantum* de trabalho despendido, independente das formas concretas desse trabalho. Ou seja, expressa uma quantidade de dispêndio de trabalho em uma forma abstrata, homogênea, como porções de trabalho simples agregadas entre si durante um determinado tempo ou jornada. Essa quantidade de trabalho, gasto no tempo, é considerada como uma média geral de valor na produção daquele ramo em específico, não se relacionando, portanto, com uma quantidade individual de valor de determinada mercadoria.

Cumpra esclarecer ainda a diferença do trabalho concreto e o trabalho abstrato quando falamos em valor como quantidade de trabalho despendida na produção de determinada mercadoria. O trabalho concreto consiste nas transformações que resultam no conteúdo do valor de uso. São trabalhos particulares que aparecem como concretude de uma determinada cadeia produtiva, portanto, são especificamente determinados pela característica do valor de uso. Por exemplo, quando realizamos atividades de trabalho para construirmos uma caneta, de modo algum teremos como resultado um travesseiro. Estamos tratando de atividades de trabalho específicas, de um trabalho particular, portanto, de um trabalho concreto.

Já o trabalho abstrato próprio da sociedade capitalista é o trabalho em que:

[...] desaparece o caráter útil dos trabalhos neles [nos produtos e serviços] representados, e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem um dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato. Consideramos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geléia [Gallerte] de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma de seu dispêndio (MARX, 2014, p. 116).

É assim que, abstraindo também os valores de uso dos produtos do trabalho, chegamos ao trabalho abstrato, essa gelatina de trabalho humano indiferenciado que se revela na troca e no valor de troca das mercadorias.

Marx se questiona sobre o fato de que, no modo de produção capitalista, os produtos do trabalho não apenas são permutáveis entre si porque têm uma utilidade determinada, mas também porque possuem um valor intrínseco. O que seria a substância desse valor e como medir a sua grandeza? E responde essa pergunta substanciando o trabalho presente em cada mercadoria pela medida de tempo:

por meio da quantidade de “substância constituidora do valor”, isto é, a quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc. (MARX, 2014, p. 116).

O trabalho, ou a quantidade de trabalho despendida em cada mercadoria é o que nos permite trocar as mercadorias e saber se essa troca mercantil é possível ou não. Dessa maneira, já que o processo de troca se faz pelas costas do produtor através do fetichismo da mercadoria, quando analisamos o valor de troca, os seres humanos têm como saber que não é possível trocar uma caneta popular por um caderno sofisticado, tendo em vista que a quantidade de trabalho despendida para a produção de um caderno é maior que a quantidade de trabalho necessária à produção de uma caneta. Essa noção, contudo, é observada pelo preço e não pelo valor das mercadorias em tempo de trabalho, que permanece obscurecido. É o valor das mercadorias materializado nas proporções de trabalho que devem se equivaler nas trocas. Dessa maneira, a grandeza de valor de uma mercadoria é o *quantum* de trabalho socialmente necessário (MARX, 2014, p. 117) cristalizado nela. E dessa forma, se permanecer constante o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria seu valor permanece o mesmo (MARX, 2014, p. 118).

O trabalho abstrato socialmente necessário consiste no tempo “requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2014, p. 118). Sendo assim, o tempo de trabalho socialmente necessário não é o tempo despendido pelo trabalhador particular ao fabricar determinada

mercadoria, mas sim uma medida estabelecida socialmente pelo confronto entre as mercadorias no mercado.

Segundo o autor estudado, usando o exemplo da força produtiva do trabalho, sobre a base técnica de determinado período “a grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado, e na razão inversa da força produtiva do trabalho” (MARX, 2014, p. 118):

como regra geral, quanto maior a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizado e menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior o seu valor (MARX, 2014, p. 118).

Conforme Marx, “o que o operário vende não é propriamente o seu ‘trabalho’, mas a sua ‘força de trabalho’, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela” (MARX, 2011b, p. 69). A particularidade do modo de produção capitalista é que a força de trabalho vendida pelo trabalhador por determinado período de tempo também é uma mercadoria. E como mercadoria tem seu valor de uso (utilidade: produzir novos valores de uso, ou mercadorias e assim produzir valor e mais-valor ao capitalista, conforme se comentará adiante), bem como seu valor de troca (a quantidade de trabalho para sua produção).

No caso do valor de troca da força de trabalho podemos verificá-lo pelos salários pagos aos trabalhadores. Temos nos salários a quantidade de mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho e sua família, ou seja, uma quantidade de valor responsável pela sobrevivência do trabalhador. O valor da força de trabalho, portanto, é determinado pelas mercadorias de subsistência do trabalhador e sua família<sup>3</sup> (renovando a força de trabalho desgastada em processo):

como qualquer outra mercadoria, esse valor é determinado pela quantidade de trabalho necessária para sua produção [da força de

---

<sup>3</sup> Vale esclarecer que a partir da maquinaria e a entrada das mulheres e crianças no mercado de trabalho, vendendo sua força de trabalho, o valor de reprodução da força de trabalho que inicialmente era a jornada de apenas um trabalhador masculino - que servia ao sustento de toda a família - foi dividido agora em várias jornadas de trabalho (crianças e mulheres), distribuindo, portanto, o valor da quantidade de mercadorias destinadas à reprodução da força de trabalho por mais jornadas e reduzindo o valor individual recebido por cada trabalhador, ou seja, os salários (MARX, 2014, p. 468).

trabalho]. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente na sua individualidade viva. Para poder se desenvolver e se manter, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência. Mas o homem como a máquina, desgasta-se e tem que ser substituído por outro homem. Além da quantidade de meios de subsistência necessários para seu “próprio” sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que terão que substituí-lo no mercado de trabalho [...] Além disso, tem de gastar uma soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de uma certa habilidade (MARX, 2011b, p. 70-71).

Acontece que a mercadoria força de trabalho não é uma mercadoria convencional. Ela é a única capaz de produzir mais valor do que aquele pago pela sua reprodução. Em outras palavras, o trabalhador recebe como salário a quantidade de valor correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário para sua reprodução e o capitalista fica com o valor correspondente ao tempo excedente da jornada executada pelo trabalhador. Esse tempo excedente, a diferença entre o que o trabalhador produziu e o que ele recebeu como salário, fruto da extração de trabalho excedente, Marx chamou de mais-valor.<sup>4</sup>

Lembramos aqui que, no caso de análise da força de trabalho entre trabalhadores produtivos e improdutivo, não podemos confundir essas categorias com trabalho material e imaterial. É comum a interpretação de que trabalho produtivo é aquele que produz algo material e improdutivo o trabalho intelectual, analisando essas categorias pelo conteúdo do trabalho (MARX, 2011c, p. 135). Essa separação, contudo, não tem relação com as categorias propostas por Marx. Para Marx o “trabalho produtivo é aquele que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 2014, p. 578), dessa maneira, não importa se o trabalhador produz ou não algo material. Produtiva é a força de trabalho que tem o produto de seu trabalho (mesmo que imaterial) inserido na circulação capitalista de mercadorias e que ao final do processo de trabalho valoriza o capital inicial do capitalista, gerando mais-valor. Improdutivo é o trabalhador que produz riquezas sem valorizar o capital do capitalista (MARX, 2011c, p. 125-126).<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Ver em detalhes isso no capítulo V de “O Capital” (MARX, 2014).

<sup>5</sup> Marx esclarece que um trabalho de conteúdo idêntico pode ser tanto produtivo quanto improdutivo (MARX, 2011c, p. 132). Um bom exemplo para essa diferenciação é o trabalho do advogado. O advogado produz a mercadoria “serviço jurídico”, que é um trabalho intelectual e, portanto, imaterial. Se o advogado trabalha em seu próprio escritório sem valorizar o capital de um capitalista e gerar mais-valor, mesmo lançando a mercadoria “serviço jurídico” no mercado, estamos diante de um profissional liberal e trabalhador improdutivo, como classificado por Marx à época (MARX, 2011c, p. 129). Contudo, em um movimento recente de proletarianização dos juristas verificamos um crescente

No processo de produção capitalista, o empresário adianta determinada grandeza de capital e investe em meios de produção e força de trabalho. Ao fim do processo de produção, com a venda das mercadorias no mercado, ele recebe o capital inicial investido acrescido de mais-valor.

Dessa maneira, o capital (C) é composto de capital constante (c) – meios de produção, somado ao capital variável (v) – valor pago pela reprodução da força de trabalho. Logo,  $C = c + v$ . Ao final do processo produtivo teremos  $C_{total} = c + v + m$ , sendo que a letra (m) representa o mais-valor que consiste no excedente de valor produzido pela força de trabalho em relação aos custos de produção (capital constante e capital variável) (MARX, 2014, p. 290).

Para compreender a extração do mais-valor, precisamos analisar a jornada de trabalho e sua complexidade:

[...] a jornada de trabalho está desde o início dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário (MARX, 2014, p. 578).

Com a jornada de trabalho dividida em trabalho necessário (como trabalho presente no conjunto de mercadorias existentes na reprodução da força de trabalho) e o mais-trabalho, a extração de mais-valor pode ser dividida em dois tipos: 1) o mais-valor absoluto, que “gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho”, objetivando sua extensão e o conseqüente aumento da diferença entre o trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente e 2) o mais-valor relativo que deriva de uma revolução dos “processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” com vistas à redução do tempo de trabalho necessário e ampliação do excedente (MARX, 2014, p. 578).

O mais valor é sempre relacional e não se estabelece depois do tempo necessário, mas em relação a ele. Assim, cumpre esclarecer que quando tratamos de extração de mais-valores deve-se pensar em uma combinação dessas duas

---

número de trabalhadores produtivos nesse ramo. Quando o advogado vende sua força de trabalho por determinada quantidade de horas a um escritório de advocacia que não lhe pertence (separação do trabalhador dos meios de produção) e recebe uma determinada quantidade de valor para reproduzir sua força de trabalho (salário) é notório que tal força de trabalho está a produzir mais-valor, ou seja, valorizar o capital dos donos do escritório de advocacia. Essa mercadoria “serviço jurídico” é vendida no mercado sem que o valor de riquezas produzidas seja entregue aos advogados que as produziram. Diante da produção de mais-valor e valorização do capital inicial do capitalista, no segundo exemplo, estamos diante de advogados produtivos.

formas: o mais-valor absoluto e relativo estarão presentes de forma combinada em toda exploração capitalista da força de trabalho. Conforme Marx (MARX, 2014, p. 578):

visto sob certo ângulo, toda diferença entre mais-valor absoluto e mais-valor relativo parece ilusória. O mais-valor relativo é absoluto, pois condiciona uma extensão absoluta da jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à existência do próprio trabalhador. O mais-valor absoluto é relativo, pois condiciona um desenvolvimento da produtividade do trabalho que possibilita limitar o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. Mas quando observamos o movimento do mais-valor, desfaz-se essa aparência de identidade.

Partiremos inicialmente do mais-valor absoluto. No estudo do mais-valor absoluto, a jornada de trabalho é considerada por Marx como uma grandeza constante para o capital, “o que ela de fato o é, sob dadas condições de produção num dado grau de desenvolvimento econômico da sociedade” (MARX, 2014, p. 387). De modo que da variação dessa jornada (seu prolongamento) dependiam a taxa de mais-valor usurpada pelo empregador da força de trabalho. Nessa medida, o tempo de trabalho socialmente necessário para a feitura da mercadoria era constante e as variações da jornada de trabalho determinavam o mais-valor.

O autor compreende, por outro lado, que dentro de uma jornada fixa de trabalho, onde parte dessa jornada é o trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho e a parte restante é o mais-valor, seria possível alterarmos a proporção dessas porções dentro da mesma jornada. O mais-valor é igual a parte excedente da jornada.

Há possibilidade de diminuição da proporção de tempo de trabalho necessário em uma jornada de trabalho fixa. Assim, na medida em que o tempo de trabalho necessário é reduzido, verifica-se (na mesma proporção) o aumento da quantidade de mais-valor na jornada. Esse é o processo de extração do mais-valor relativo.

Marx se questionará como é possível tal situação aumentar a produção de mais-valor sem aumentar a jornada de trabalho.

O conceito de mais-valor relativo é central no desenvolvimento de uma análise que buscou confrontar o aumento da produtividade com as possibilidades de extração de valor pelo capitalista, estudo que faremos adiante com vistas a

compreender a particularidade da América Latina no movimento internacional do capital.

O exemplo trazido pelo autor é uma jornada de trabalho  $a\_b\_c$ , onde o ponto  $a\_b$  é o trabalho necessário e o ponto  $b\_c$  é o mais-trabalho ou sobre-trabalho. Marx esmiuçou essa relação:

suponha que  $b'_b$  em  $a\_b'_b\_c$  seja igual a metade de  $b\_c$ , ou seja, igual a 1 hora de trabalho. Se na jornada de trabalho de 12 horas de  $a\_c$  deslocamos o ponto  $b$  para  $b'$ ,  $b\_c$  se prolonga para  $b'_c$ , o mais-trabalho aumenta uma metade, de 2 para 3 horas, embora a jornada de trabalho continue a durar 12 horas (MARX, 2014, p. 387).

O autor esclarece que “essa extensão do mais-trabalho de  $b\_c$  para  $b'_c$ , de 2 horas para 3, é obviamente impossível sem a simultânea contração do trabalho necessário de  $ab$  para  $ab'$ , de 10 horas para 9 horas” (MARX, 2014, p. 387). Dessa maneira, conclui Marx que, se mantendo fixado o tempo total da jornada de trabalho:

ao prolongamento do mais-trabalho corresponderia o encurtamento do trabalho necessário, ou, em outras palavras, uma parte do tempo de trabalho que o trabalhador até agora utilizava para si mesmo é convertida em tempo de trabalho para o capitalista. A mudança estaria não na duração da jornada de trabalho, mas em sua divisão em trabalho necessário e mais-trabalho (MARX, 2014, p. 387).

Para Marx, o tempo de trabalho necessário é aquele cujo valor é responsável pela reprodução da força de trabalho do trabalhador; corresponde ao total em valores de uso necessários para tal (MARX, 2014, p. 388). Dessa maneira, o tempo de trabalho necessário pode ser verificado por meio do salário e do quanto esse é capaz de ser trocado por outras mercadorias.

Conforme Marx existem duas explicações para o fenômeno. A primeira é a possibilidade da força de trabalho, para a diminuição do tempo de trabalho necessário, ser paga abaixo do seu valor. De forma que “só chegaria a tal resultado por meio da compressão do salário do trabalhador abaixo do valor da sua força de trabalho” (MARX, 2014, p. 388), o que tendencialmente geraria um problema de circulação, uma crise.

Essa possibilidade será largamente analisada no decorrer deste estudo,

tendo em vista que para Ruy Mauro Marini é uma particularidade da extração do mais-valor nos países da periferia do capitalismo, com a superexploração da força de trabalho.

O aumento da produtividade com o mais-valor relativo é a produção da mesma quantidade de meios de subsistência que antes, com menos tempo de trabalho socialmente necessário (MARX, 2014, p. 388). Diante disso, como leis gerais tendenciais, o valor da força de trabalho tende a ser reduzido, ou seja, um valor menor na medida em que há uma diminuição do valor das mercadorias necessárias à sua reprodução.

Com o aumento da produtividade do trabalho uma quantidade maior de mercadorias é produzida. Assim, o valor produzido pela força de trabalho é distribuído em uma quantidade maior de mercadorias, tornando o valor individual de cada mercadoria menor (considerando que tal redução é repassada aos preços). Como o valor de reprodução da força de trabalho é medido pelo valor de uma soma de mercadorias responsáveis pela subsistência do trabalhador, diante de mercadorias com menor valor (barateadas), existe como tendência uma diminuição dos salários.

O mais-valor relativo aumenta tendo em vista que com a redução do tempo de trabalho necessário, logo, redução do valor força de trabalho, a parte excedente da jornada, ou seja, o mais-valor, torna-se maior nessa relação.

Contudo, Marx analisa que “isso é impossível sem uma elevação da força produtiva do trabalho” (MARX, 2014, p. 389), ou seja, da produtividade. O aumento da produtividade do trabalho entra aqui para explicar a diminuição do tempo de trabalho necessário, quando atinge setores produtores de bens-salário.

Verificamos que “é preciso, portanto, que ocorra uma revolução nas condições de produção de seu trabalho, isto é, em seu modo de produção e, assim, no próprio processo de trabalho” (MARX, 2014, p. 389). Trata-se do desenvolvimento das forças produtivas. Marx advoga que:

para aumentar a produtividade do trabalho, reduzir o valor da força de trabalho por meio da elevação da força produtiva do trabalho e, assim, encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor, ele [o capitalista] tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, revolucionar o próprio modo de produção (MARX, 2014, p. 390).

Para essa revolução produtiva, os produtos que determinam o valor da força de trabalho devem ser alvo dos ramos industriais que passarão a ser mais produtivos. Tendo em vista que a mercadoria é também valorada pelas matérias primas e massa de trabalho contida em sua produção, quanto mais produtivo o trabalho, ou seja, quanto menos valor os meios de produção transferir a mercadoria (por seu desgaste) menor será o valor dessa mercadoria:

[...] a queda do valor da força de trabalho também é causada por um aumento na força produtiva do trabalho e por um correspondente barateamento das mercadorias naquelas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, isto é, os meios e os materiais de trabalho para produzir os meios de subsistência (MARX, 2014, p. 390).

Vale destacar que a “mercadoria mais barata diminui o valor da força de trabalho apenas *pro tanto*, isto é, na proporção em que a massa de mercadoria participa na reprodução da força de trabalho” (MARX, 2014, p. 390). Marx nesse momento elucida esse barateamento ilustrando que essa redução é particular em cada produto na indústria, de modo que “a redução total é igual à soma de suas reduções em cada um dos ramos particulares de produção” (MARX, 2014, p. 390).

Enquanto a redução do tempo de trabalho necessário é restrita a um produtor, esse produtor tem a possibilidade de vender mercadorias mais baratas no mercado, conseguindo mais mercados. Tendo em vista que as mercadorias se trocam por um preço médio, quando determinado produtor consegue por incremento tecnológico aumentar a produtividade e diminuir o valor das mercadorias produzidas, ele pode continuar vendendo as mercadorias, mesmo barateadas, pelo mesmo preço médio do mercado. Esse mais-valor extraordinário tem seu fim na medida em que a tecnologia que permite o aumento de produtividade e diminuição do tempo de trabalho necessário é difundida entre os demais capitalistas.

A utilização do mais-valor extraordinário como motor de concorrência entre os capitais dos países centrais tem relevante relação com a consolidação de monopólios, que conseguem estar à frente dos processos de produção tecnológica e aumento da produtividade, bem como determinam uma divisão internacional do trabalho a partir de etapas de produção tecnológicas distintas.

A possibilidade de barateamento de mercadorias não serve apenas para a

extração do mais-valor extraordinário, mas possibilita movimentações de mercado como a venda de mercadorias abaixo de seu valor por determinado período de tempo, para quebrar as empresas menores e consolidar a planificação econômica pela política de monopólio.

O capitalista que vende mais produtos pelo mesmo preço de mercado em que outros vendem menos (de modo que é mais produtivo produzindo abaixo do valor social médio) precisa agora de um mercado maior. Com condições iguais, diante do maior número de mercadorias no mesmo mercado, só resta ao capitalista vender suas mercadorias a preços inferiores: “ele as venderá, por isso, acima de seu valor individual, mas abaixo de seu valor social” (MARX, 2014, p. 392), obtendo ainda um mais-valor extraordinário.

A questão de certa maneira curiosa trazida por Marx é que ao baratear os artigos necessários à reprodução dos trabalhadores, o capitalista não tem essa intenção, mas objetiva apenas majorar a taxa geral de mais-valor (MARX, 2014, p. 390-391). Esclarecendo, quando o capitalista diminui o trabalho necessário com vistas a reduzir o custo de produção em uma mesma jornada ele objetiva extrair um adicional de mais-valor relativo. O valor produzido pela força de trabalho é o mesmo, mas agora se divide em um número maior de valores de usos (mercadorias) ao fim do processo. Contudo, esse aumento da produtividade e diminuição do valor das mercadorias para ganhar mercado, quando atinge os bens responsáveis pela reprodução do trabalhador, também reduz o valor da força de trabalho, já que este se define pelo custo das mercadorias que garantem sua reprodução.

A obra “O Capital”, livro I, ainda esclarece a possibilidade de determinada mercadoria ficar abaixo de seu valor social, ou seja, custar menos que a média dos mesmos artigos produzidos em condições sociais médias. Nesse caso, observa-se que “o valor efetivo de uma mercadoria não é seu valor individual, mas sim seu valor social” (MARX, 2014, p. 392), demonstrando o valor como uma relação social.

A elevação do mais-valor, mesmo que de modo particular, incentiva os capitalistas individuais a baratear suas mercadorias pelo aumento da força produtiva do trabalho (MARX, 2014, p. 393). O mais-valor individual fruto da coerção por concorrência deixará de existir quando o novo método de aumento da produtividade e barateamento das mercadorias for generalizado no mercado (MARX, 2014, p. 393).

Diante do exposto:

[...] o processo inteiro só afeta a taxa geral de mais-valor se o aumento da força produtiva do trabalho afetar os diferentes ramos de produção e, portanto, baratear as mercadorias que entram no círculo dos meios básicos de subsistência e, por isso, constituem elementos do valor da força de trabalho (MARX, 2014, p. 393).

Dessa maneira, “o valor das mercadorias é inversamente proporcional à força produtiva de trabalho [...] o mais-valor relativo, ao contrário, é diretamente proporcional à força produtiva de trabalho” (MARX, 2014, p. 393).

É por isso que verificamos uma tendência constante do capital em baratear certas mercadorias, barateando a força de trabalho por consequência. Ao capital interessa, conforme Marx, o mais-valor contido na mercadoria e realizado na venda, de modo a repor o dinheiro adiantado pelo capitalista. Marx expõe que não temos uma contradição entre o fato de o capitalista estar preocupado apenas com o valor de troca das mercadorias e esforçar-se para reduzir os custos de produzi-las. Isso se explica na medida em que baratear a mercadoria através de um aumento na produtividade leva o capitalista à conquista de uma quantidade maior de mais-valor, agora também relativo, almejado desde o início (MARX, 2014, p. 394). Nesse ponto verificamos ainda que o objetivo do capitalista de maneira alguma vai ao encontro da redução da jornada de trabalho, mas na redução do tempo necessário à produção de mercadorias, para aumentar o mais-valor relativo (MARX, 2014, p. 394).

Acerca dessa relação, conclui Marx (2014, p. 395-396):

o desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem que trabalhar para si mesmo precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista.

Para além da possibilidade de mais-valor relativo, temos a diminuição dos salários com remuneração precária dos trabalhadores e consequente aumento da extração de mais-trabalho, como veremos com detalhes no capítulo seguinte.

O aumento da produtividade média do trabalho no caso do mais-valor relativo se relaciona com os modelos de organização produtiva e a organização

particular do trabalho presentes em cada um dos processos históricos particulares.

### 1.3 A busca pelo aumento da produtividade: cooperação, manufatura e grande indústria

Tanto na manufatura, como na organização da grande indústria a busca pelo aumento da produtividade e diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir determinada mercadoria se mostrou uma necessidade à acumulação capitalista. Dessa maneira, em uma jornada de trabalho fixa, que já se estabelece ante a coexistência do mais-valor absoluto, aumenta-se o mais-valor relativo, almejado pelo capitalista.

Esse processo de aumento da produtividade contém particularidades de cada modo de organizar a produção. No caso da manufatura, a reprodução de apenas um tipo de trabalho feito pelo trabalhador durante toda sua vida transforma “seu corpo inteiro em órgão automaticamente unilateral dessa operação e, conseqüentemente, precisa de menos tempo para executá-la do que o artesão que executa alternadamente toda uma série de operações” (MARX, 2014, p. 414).

O trabalhador combinado, que constitui o mecanismo vivo da manufatura, produz, portanto, mais em menos tempo, se comparado com o artífice, de modo a elevar a produtividade do trabalho (MARX, 2014, p. 414). Esse aumento de produtividade “se deve aqui ou ao dispêndio crescente da força de trabalho num dado período de tempo – portanto, a intensidade crescente do trabalho-, ou decréscimo do consumo improdutivo da força de trabalho” (MARX, 2014, p. 415). Funciona dessa maneira devido à repetição do mesmo trabalho retirando os “poros” (atividades que não geram valor) da jornada de trabalho. O trabalho se intensifica e diminui suas ações improdutivas (MARX, 2014, p. 415). Relata Marx diante da modificação na produtividade proposta pela manufatura e o trabalho parcial repetitivo:

o excesso de dispêndio de força exigido em cada passagem do repouso ao movimento é compensado pela duração maior da velocidade normal, depois de esta ter sido alcançada. Por outro lado, a continuidade de um trabalho uniforme aniquila a força tensional e impulsiva dos espíritos vitais, que encontram na própria mudança de atividade seu descanso e estímulo (MARX, 2014, p. 415).

Ademais, acerca do método de trabalho parcial, verifica-se também que a repetição possibilita ao trabalhador fazer as mesmas tarefas, em menos tempo (MARX, 2014, p. 414). Com o trabalhador parcial, a manufatura produz ao mesmo tempo o trabalhador detalhista, já que a diferenciação dos ofícios é incentivada, mas também corrobora com tendências de sociedades anteriores em “tornar hereditários os ofícios, de petrificá-los em castas” (MARX, 2014, p. 414).

O debate acerca das ferramentas de trabalho é igualmente trazido pelo autor. Para ele “a produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas” (MARX, 2014, p. 415). Marx formula que no momento em que o trabalho se unilateraliza, sendo próprio de um trabalhador especializado, as ferramentas também se modificam, tendo “formas particulares e fixas para cada aplicação útil particular [...] [que] só funcione em toda plenitude nas mãos de trabalhadores parciais específicos” (MARX, 2014, p. 416).

Nesse momento é possível indicar a relevante contribuição do aperfeiçoamento de ferramentas para o desenvolvimento posterior da maquinaria:

o período da manufatura simplifica, melhora e diversifica as ferramentas de trabalho por meio de sua adaptação às funções específicas e exclusivas dos trabalhadores parciais. Com isso, ele cria, ao mesmo tempo, uma das condições materiais da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples (MARX, 2014, p. 416).

A diferenciação entre a manufatura heterogênea (composição mecânica de produtos parciais) e a manufatura orgânica (sequência de processos e manipulações conexas) (MARX, 2014, p. 417-418) também interferiu nesse período histórico no aumento da produtividade do trabalho, e de aumento do mais-valor relativo em sua relação com as outras formas de extração simultâneas.

Como exemplo da manufatura heterogênea Marx traz o relógio feito por uma soma de trabalhadores com habilidades diferentes, trabalhadores parciais. Os trabalhos parciais são ofícios independentes entre si que de modo acidental se combinam na mesma oficina. Essa “empresa manufatureira combinada só é lucrativa, aqui, sob condições excepcionais, já que a concorrência entre os trabalhadores, que querem trabalhar em casa é extrema”, assim como o “fracionamento da produção em numerosos processos heterogêneos permite pouca aplicação de meios coletivos de trabalho e o capitalista, com a fabricação

fragmentada, economiza os gastos com instalações fabris e etc.” (MARX, 2014, p. 417).

Já a segunda espécie de manufatura, a manufatura orgânica “produz artigos que passam por fases interconexas de desenvolvimento, uma sequência de processos graduais” (MARX, 2014, p. 418).

Para Marx, a manufatura orgânica diminuiu o tempo de trabalho necessário em relação ao artesanato, já que:

ao combinar ofícios originalmente dispersos, tal manufatura reduz a separação espacial entre as fases particulares de produção do artigo [...] por outro lado, seu princípio peculiar da divisão do trabalho provoca um isolamento das diferentes fases da produção [...] que se autonomizam reciprocamente (MARX, 2014, p. 418).<sup>6</sup>

Na manufatura, trabalho realizado parcialmente, onde vários trabalhadores fazem a mesma tarefa, percebemos “que a matéria prima se encontra simultaneamente em todas as fases de produção” (MARX, 2014, p. 419). O trabalhador coletivo, composto de uma série de trabalhadores detalhistas, a partir de “diversos processos graduais se convertem numa justaposição no espaço. Disso resulta o fornecimento de mais mercadorias acabadas no mesmo espaço de tempo” (MARX, 2014, p. 419). Essa condição se dá pela forma cooperativa do processo global, que é encontrada pela manufatura e também criada pela mesma manufatura, com a decomposição das atividades artesanais.

O produto de cada trabalhador parcial já funciona como matéria prima para o passo seguinte realizado pelo trabalhador próximo (MARX, 2014, p. 419-420):

[...] um trabalhador ocupa diretamente o outro [...] é evidente que essa dependência imediata dos trabalhos e, por conseguinte, dos trabalhadores entre si, força cada indivíduo a empregar em sua função não mais que o tempo necessário, gerando assim uma continuidade, uniformidade, regularidade, ordenamento e, mais ainda, uma intensidade de trabalho absolutamente distintos daqueles vigentes no ofício autônomo ou mesmo no regime de cooperação simples.

A concorrência no mercado capitalista ainda consolida um tempo médio de

---

<sup>6</sup> Aqui vale destacarmos que estamos tratando de técnicas de produtividade de determinado período histórico, de modo que a contemporânea reterritorialização e o trabalho nas maquiladoras, por exemplo, são técnicas distintas conforme um contexto diferenciado, mas compatíveis com a acumulação.

trabalho socialmente necessário. A manufatura transforma esse tempo em uma “lei técnica do próprio processo de produção” (MARX, 2014, p. 420).

Com cada trabalhador realizando determinada parte do processo existirá trabalhos mais e menos ágeis. O curioso do processo de manufatura é que, diante de tempos de trabalho desiguais, com quantidades desiguais de produtos do trabalho sendo produzidos, e produtividade média compensadora para o capital, quantidades diferentes de trabalhadores com especialidades distintas serão empregadas. Dessa maneira, a manufatura se utiliza do princípio da cooperação em sua forma central.

Para Marx, tamanha é a adequação imposta ao trabalhador dentro da manufatura que a incompletude de seu trabalho parcial passa a ser sua perfeição enquanto trabalhador coletivo (MARX, 2014, p. 423). O trabalhador torna-se parte desse processo mais complexo de unidade entre os trabalhos, de modo que seu trabalho não tem mais sentido senão junto com o trabalho dos outros trabalhadores.

Marx compreende que o processo de desenvolvimento da manufatura e sua permanência até o esgotamento deu-se por séculos, tendo fim apenas com a revolução dos instrumentos de trabalho trazida pelo desenvolvimento da maquinaria. Aqui vale destacar o debate trazido por Marglin no que diz respeito ao sistema de fábrica, que teve como determinante para sua consolidação não a maquinaria, mas sim o estabelecimento do controle e hierarquização do trabalho para além das máquinas (MARGLIN, 1997, p. 41-55). Corroborando a crítica ao determinismo tecnológico, Marglin formula como o controle do trabalho foi parte necessária ao aumento da extração de mais-valor no período da revolução industrial, favorecendo o sistema de fábrica pelo trabalho unificado e maior controle dos trabalhadores dentro de um espaço de trabalho unitário. É essa divisão manufatureira que:

[...] cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores parciais, de seu agrupamento e combinação num mecanismo total, a graduação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa de processos sociais de produção – portanto, uma determinada organização do trabalho social, desenvolvendo, assim, ao mesmo tempo, uma nova força produtiva social do trabalho (MARX, 2014, p. 438).

Marx aduz que estamos diante de “um método particular de produzir mais-

valor relativo ou aumentar a autovalorização do capital” (MARX, 2014, p. 438). A manufatura desenvolve a força produtiva do trabalho para o capitalista e não para os trabalhadores, de modo que “produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho” (MARX, 2014, p. 438). Na manufatura para Marx, é extremamente importante o processo de majoração do mais-valor e redução do valor individual das mercadorias possibilitado pelo aumento da produtividade e pela cooperação imposta (MARX, 2014, p. 438-440).

Como limite da manufatura, o autor indica que a mesma não conseguiu apoderar-se do tempo total disponível dos trabalhadores manufatureiros, o controle do tempo e as jornadas de trabalho não utilizavam tanto tempo de vida na manufatura como na grande indústria. Ademais, migrações dos trabalhadores aparecem como cotidianas, tendo em vista o curto período de vida das manufaturas. Assim, os trabalhadores obrigavam-se a transferir-se de país em país em busca de meios de produção (MARX, 2014, p. 442). A manufatura dessa maneira encontrava-se engessada: “nem podia se apossar da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em suas bases” (MARX, 2014, p. 442).

A manufatura proporcionou a feitura de outras ferramentas e a feitura de máquinas – ela superou a atividade artesanal, mas permitiu que o princípio técnico que aprisionava o trabalhador a mesma tarefa por toda a vida, diante de uma revolução das ferramentas com as máquinas, abrisse espaço para uma nova organização produtiva (MARX, 2014, p. 443). Em contradição com os próprios elementos que a criou, a maquinaria cria as máquinas que permitiram a sua superação.

Ainda no que tange ao aumento da produtividade para gerar mais valor-relativo, o artefato da maquinaria demonstrou-se o mais eficaz na redução do tempo de trabalho necessário e conseqüente aumento do mais-valor relativo.

Contudo, o principal limite da manufatura se estabelece na medida em que na maquinaria, a própria “virtuosidade” no manejo das ferramentas pelos trabalhadores é substituída pelas máquinas, “a capacidade de rendimento da ferramenta é emancipada das limitações pessoais da força humana de trabalho. Com isso supera-se a base técnica [...] da manufatura” (MARX, 2014, p. 491).

Enquanto na manufatura a revolução se deu pelas tecnologias de organização da força de trabalho, na grande indústria os meios de trabalho são os responsáveis pelas transformações, demonstrando a impossibilidade de

determinismos tecnológicos em Marx, que admite as duas possibilidades.

No estudo da maquinaria, “toda a maquinaria produzida consiste em três partes essencialmente distintas: a máquina motriz, o mecanismo de transmissão e, por fim, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho” (MARX, 2014, p. 447).

No caso da maquinaria, a questão para Marx se apresenta nos meios, na máquina-ferramenta. O desenvolvimento das ferramentas e de máquinas que unificam uma série de ferramentas é o diferencial do desenvolvimento da indústria, pouco importando qual sua força motriz:

a máquina da qual parte a Revolução Industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez e é movido por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma (MARX, 2014, p. 449).

Contudo, com o aumento do volume da máquina-ferramenta, necessitou-se de “uma força motriz mais possante do que a humana” (MARX, 2014, p.450). Na maquinaria o ritmo é dado pela máquina, de modo objetivo:

cada máquina parcial fornece à máquina seguinte sua matéria prima, e uma vez que todas atuam simultaneamente, o produto encontra-se tanto nos diversos estágios de seu processo de formação como na transição de uma fase da produção para outra. [...] o sistema articulado de maquinaria, no qual uma máquina parcial é constantemente empregada por outra, cria uma relação determinada entre seus números, seu tamanho e sua velocidade. A máquina de trabalho combinada, agora um sistema articulado que reúne tanto máquinas de trabalho individuais de vários tipos quanto diversos grupos dessas máquinas, é tanto mais perfeita quanto mais contínuo for seu processo total, quer dizer, quanto menos interrupções a matéria prima sofrer ao passar de sua primeira à sua última fase e, portanto, quanto mais essa passagem de uma fase a outra for efetuada não pela mão humana, mas pela própria maquinaria (MARX, 2014, p. 454).

Para o autor, a máquina motriz se caracteriza como aquela que:

[...] atua como força motora do mecanismo inteiro. Ela gera sua própria força motora, como a máquina a vapor, a máquina calórica, a máquina eletromagnética etc., ou recebe o impulso de uma força natural já existente e externa a ela, como a roda d'água o recebe da queda d'água, as pás do moinho, do vento, etc, [...] O mecanismo de transmissão, composto de volantes, eixos, rodas dentadas, polias, hastes, cabos, correias, mancais e engrenagens dos mais variados tipos, regula o movimento, modifica sua

forma onde é necessário – por exemplo, de perpendicular em circular - e o distribui e transmite à máquina-ferramenta” (MARX, 2014, p. 447).

O autor coloca como parte do processo de transformação das máquinas-ferramentas a superação da necessidade do humano operar cada ferramenta isoladamente:

a partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem precisar da ajuda do homem, mas apenas de sua essência, temos um sistema automático de maquinaria (MARX, 2014, p. 455).

A última parte consiste no motivo de existência das duas partes anteriores: a máquina-ferramenta. É ela que “se apodera do objeto de trabalho e o modifica conforme a uma finalidade” (MARX, 2014, p. 447). Na máquina ferramenta encontramos as ferramentas desenvolvidas na manufatura, mas agora “não como ferramentas do homem, mas ferramentas de um mecanismo ou mecânicas” (MARX, 2014, p. 447). No que diz respeito a essas ferramentas vemos que:

a diferença entre essas ferramentas e o corpo propriamente dito da máquina de trabalho existe desde o nascimento delas, pois continuam, em sua maior parte a ser produzidas de modo artesanal ou manufatureiro e apenas posteriormente são afixadas no corpo da máquina de trabalho, o qual é o produto da maquinaria (MARX, 2014, p. 447).

Sendo assim, a máquina-ferramenta é um mecanismo que realiza a tarefa que um trabalhador com uma soma superior de ferramentas poderia operar, “o número de ferramentas que a máquina ferramenta manipula simultaneamente está desde o início emancipado dos limites orgânicos que restringem a ferramenta manual de um trabalhador” (MARX, 2014, p. 447-448). A relação do humano como força motriz não parece explicativa para a mudança produtiva, tendo em vista que mesmo na manufatura ele já foi força motriz, ou a força motriz foi substituída por animais e natureza: “se a força motriz provém do homem ou de uma máquina, portanto, é algo que não altera em nada a essência da coisa” (MARX, 2014, p. 448). Ainda, a invenção do vapor como força motriz, por exemplo, também não revolucionou a produção industrial: “o que se deu foi o contrário, a criação de máquinas-ferramentas é que tornou necessária a máquina a vapor revolucionada”

(MARX, 2014, p. 449).

O movimento da totalidade por sua vez vai incorporando a fabricação da máquina ao próprio princípio da propriedade privada. No princípio da propriedade privada a máquina-ferramenta se apresenta como trabalho alienado estranhado, cuja realização está ligada aos anseios do capital.

Como desenvolvimento da força produtiva do trabalho, a maquinaria:

[...] deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. Ela é meio para a produção de mais-valor (MARX, 2014, p. 445).

Em face do movimento da fábrica ser direcionado agora mais pela máquina e menos pelo trabalhador, bem como contarmos com a fácil aprendizagem do trabalho ante a sua simplicidade, a troca de trabalhadores sem a paralisação do processo produtivo é assegurada para o capitalista com notório aumento da rotatividade para a força de trabalho (MARX, 2014, p. 493).<sup>7</sup>

No que tange à produtividade da máquina, segundo Marx:

dada a proporção em que a maquinaria transfere valor ao produto, a grandeza dessa parcela de valor depende de sua própria grandeza de valor. Quanto menos trabalho ela contém em si, tanto menor é o valor que agrega ao produto. Quanto menos valor transfere, tanto mais produtiva ela é e tanto mais seu serviço se aproxima daquele prestado pelas forças naturais (MARX, 2014, p. 463).

Como vimos, na maquinaria, em comparação com a manufatura, a quantidade de valor em cada mercadoria é reduzida, entretanto a quantidade de mercadorias produzidas no total é maior: “sua grandeza [de valor] absoluta diminui, mas sua grandeza aumenta em relação ao valor total do produto” (MARX, 2014, p. 463). Marx está esclarecendo que existe um aumento da quantidade de valores de uso produzidos e uma diminuição da parte relativa ao trabalho vivo em cada mercadoria.

Dessa maneira, a produtividade da maquinaria é medida pela quantidade de valor que ela transfere aos produtos: quanto menor esse valor, mais produtiva é a

---

<sup>7</sup> Cumpre esclarecer a permanência de trabalhadores especializados em número menor dentre os trabalhadores com menos especialização.

máquina (MARX, 2014, p. 476). Diante do exposto, a máquina é mais produtiva em comparação à ferramenta operada pelo trabalhador da manufatura devido a ferramenta operada pelo trabalhador transferir mais valor ao produto. É assim que a maquinaria, para ser viável, deve transferir menos valor que o trabalhador com sua ferramenta, sendo medida pelo grau que substitui a força de trabalho humana (MARX, 2014, p. 464).

Na análise da transferência de valor da máquina para o produto, Marx diferencia o processo de valorização posto em curso pela força de trabalho do processo de valorização movimentado pela maquinaria. Esclarece que enquanto a força de trabalho é paga pelo tempo de trabalho necessário à sua reprodução, restando o mais-valor a ser apropriado pelo comprador da força, a maquinaria igualmente é paga pelo total de seu valor, com a diferença que não produz valor. A maquinaria apenas transfere às mercadorias o valor do seu desgaste, em pequenas parcelas. Assim, o valor pago através do salário ao trabalhador não é expressão da produção realizada pelo trabalhador, pois existe maior-valor além do valor pago em salários. Já no caso da maquinaria, o valor pago na máquina é exatamente o valor da máquina, ou seja, ela não gera valor a mais do que seu pagamento:

o valor monetário da máquina [...] expressa todo o trabalho realizado durante sua produção [...] Se, portanto, a máquina custa tanto quanto a força de trabalho por ela substituída, então o trabalho que nela mesma está objetivado é sempre muito menor que o trabalho vivo por ela substituído (MARX, 2014, p. 465-466).

Consequência desse raciocínio é a formulação de uma hipótese extremamente central no estudo proposto aqui. Marx relata que nos casos em que a força de trabalho é paga abaixo de seu valor de reprodução (levando em consideração que a proporção entre trabalho necessário e mais-valor na divisão da jornada de trabalho é distinta em diferentes países) não é viável ao capitalista investir em maquinaria. O capitalista segue, dessa maneira, utilizando a força de trabalho abaixo de seu valor de reprodução em lugar de uma maquinaria possível:

em países há mais tempo desenvolvidos a própria máquina produz, por meio de sua aplicação em alguns ramos de negócio, uma tal superabundância de trabalho [...] em outros ramos, que a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede aí o uso da maquinaria, tornando-o supérfluo e frequentemente impossível, do ponto de vista do capital [...] (MARX, 2014, p. 466).

Vimos nesse caso que o autor explica essa alternativa do capital em decorrência de barateamento da força de trabalho por maior exército industrial de reserva. Tendo em vista o crescente aumento do capital constante em relação ao capital variável, o conceito de exército industrial de reserva (ou superpopulação) para Marx justifica-se na medida em que:

a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua (MARX, 2014, p. 705).

Dessa maneira, conforme o desenvolvimento do capitalista, com uma expansão ou contração de sua parte orgânica, o componente variável do capital se alterará nesta proporção:

essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista [...] ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto a ser explorado, independente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2014, p. 707).

O objetivo é que grandes massas de força de trabalho estejam disponíveis à realocação conforme as necessidades do capital. Além disso, o exército industrial de reserva interfere significativamente no preço dos salários, conforme os movimentos industriais (MARX, 2014, p. 708, 712).

Entretanto, cabe verificarmos se nos casos de força de trabalho mais barata em países periféricos esse mesmo movimento se reproduz; a maquinaria é impedida de consolidar-se por uma dupla determinação: pela importação de tecnologia externa dos países centrais e pela opção de pagamento de salários reduzidos à força de trabalho, como formulará Ruy Mauro Marini no capítulo seguinte.

No que se refere à contradição de que a maquinaria reduz o trabalho necessário ante a maior produtividade, mas não diminui a jornada de trabalho, verificamos que, embora com a redução do trabalho necessário, que permitiria ao trabalhador laborar menos tempo, a sua jornada de trabalho permanece a mesma,

ou até aumenta.

Isso acontece porque o mais-valor relativo advém da proporção em uma jornada fixa entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Assim, quanto menos trabalho necessário na mesma jornada, maior será o mais-valor relativo. Mais mercadorias serão produzidas com valores individuais menores. A soma de valores é a mesma, mas repartidos em mais mercadorias.

Um pensamento oposto que serve de exemplo é que, se o trabalho necessário é reduzido por determinado capitalista (com o aumento da produtividade pela maquinaria), e esse capitalista também reduz proporcionalmente a jornada de trabalho de seus trabalhadores, ele não consegue chegar ao mais-valor relativo. A mesma quantidade de mercadoria será produzida em face da diminuição proporcional da jornada de trabalho, e o valor produzido permanecerá o mesmo.

Dessa maneira, é necessário que o aumento da produtividade aconteça em conjunto com a permanência ou o aumento da jornada de trabalho em questão, para que assim ele signifique mais mercadorias produzidas no mesmo período ou em um período também majorado. Aqui está a intrínseca combinação entre mais-valor absoluto e mais-valor relativo na exploração da força de trabalho.

Aprofundando os meandros do mais-valor relativo, Marx explica a produtividade da maquinaria através da quantidade de valor em cada mercadoria produzida. A produtividade é, assim;

[...] inversamente proporcional à grandeza da parcela de valor por ela transferida ao produto. Quanto mais tempo ela funciona, maior é a massa de produtos sobre a qual se reparte o valor por ela adicionado e menor é a parcela de valor que ela adiciona à mercadoria individual (MARX, 2014, p. 476).

Marx resume a relação entre a massa de mais-valor e o aumento da jornada de trabalho. Para o autor, com a ampliação da produtividade verificamos um aumento progressivo do capital constante em relação ao capital variável (que produz valor). A redução da quantidade de capital variável afeta a produção de mais-valor, também pelo valor gerado pela cooperação, que agora é menor. Essa redução da possibilidade de extração de mais-valor é compensada pelos capitalistas com a tentativa de aumento da jornada de trabalho, visando mais-valor absoluto:

o mais-valor provém unicamente da parcela variável do capital, e vimos que a massa do mais valor é determinada por dois fatores: a taxa do mais-valor e o número de trabalhadores simultaneamente ocupados [cooperação]. Dada a extensão da jornada de trabalho, a taxa de mais-valor é determinada pela proporção em que a jornada de trabalho se divide em trabalho necessário e mais-trabalho. O número de trabalhadores simultaneamente ocupados depende, por sua vez, das proporções entre a parte variável e constante do capital. [...] [A indústria mecanizada] transforma em maquinaria, isto é, em capital constante, que não produz mais-valor, uma parcela do capital que antes era variável [...] é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que tenha consciência disso, a prolongar mais intensamente a jornada de trabalho, a fim de compensar a diminuição do número proporcional de trabalhadores explorados por meio do aumento não só do mais-trabalho relativo, mas também do absoluto (MARX, 2014, p. 479-480).

Marx reafirma que, como o valor inerente às mercadorias é produzido apenas pela força de trabalho e a indústria mecanizada diminui a quantidade de trabalhadores em relação à proporção do capital constante, o aumento da jornada de trabalho é a alternativa à produção de mais-valor relativo. Até porque, o mais-valor relativo depende exatamente da relação entre o tempo de trabalho necessário e a jornada de trabalho. Quando as mercadorias produzidas com menor valor individual e também colocadas com menor preço no mercado reduzem também o valor da força de trabalho, o aumento da jornada de trabalho é a conquista da mais-valia relativa e absoluta pelo capitalista (MARX, 2014, p. 480).

Verificamos aqui que o mais-valor relativo não se refere a um estágio superior de desenvolvimento que supera o mais-valor absoluto, mas em uma perspectiva relacional as duas formas de extração coexistem e se relacionam para o aumento da taxa de lucro, o que para o capitalista, é o que verdadeiramente importa.

A última repercussão da produção mecanizada sobre o trabalhador para aumentar a produtividade e aumentar o mais-valor relativo é a intensificação do trabalho. A intensificação do trabalho aparece em uma conjuntura de criação de leis limitando a jornada de trabalho (MARX, 2014, p. 481).

Sem outra saída, com a impossibilidade de prolongamento da jornada (sem contar aqui as frequentes violações dos direitos do trabalho) “o capital lançou-se com todo o seu poder e plena consciência à formação de mais-valor relativo por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de maquinaria” (MARX, 2014, p.

482).

A intensidade na produção é uma imposição do capital, já que a “experiência acumulada de uma classe própria de operadores de máquinas aumenta naturalmente a velocidade e com ela a intensidade do trabalho” (MARX, 2014, p. 482). Sendo assim, nos países de capitalismo central, longas jornadas de trabalho e a intensidade do trabalho estiveram presentes até a regulação legal da jornada fruto do enfrentamento dos trabalhadores com o capital (MARX, 2014, p. 482).

Ao lado da medida de tempo para a gradação do valor, verificamos o grau de condensação desse trabalho, em uma jornada mais curta, porém, mais intensa (MARX, 2014, p. 482).

Marx constata um limite entre o esforço do trabalho e a duração da jornada de trabalho: “a eficiência da força de trabalho é inversamente proporcional ao seu tempo de operação. Assim, dentro de certos limites, o que se perde em duração ganha-se no grau de esforço realizado” (MARX, 2014, p. 483).<sup>8</sup> É diante dessa possibilidade que a maquinaria:

[...] se converte, nas mãos do capitalista, no meio objetivo e sistematicamente aplicado de extrair mais trabalho no mesmo período de tempo. Isso se dá de duas maneiras: pela aceleração da velocidade das máquinas e pela ampliação da escala da maquinaria que deve ser supervisionada pelo mesmo operário, ou do campo de trabalho desse último (MARX, 2014, p. 484).

Tanto não existe neutralidade nesse artefato tecnológico produzido pelo capitalista que sua própria função já prevê a intensificação do trabalho com vistas à extração de mais-valor:

a construção aperfeiçoada da maquinaria é, em parte, necessária para que se possa exercer uma maior pressão sobre o trabalhador e, em parte, acompanha por si mesma a intensificação do trabalho, uma vez que a limitação da jornada de trabalho obriga o capitalista a exercer o mais rigoroso controle sobre os custos de produção (MARX, 2014, p. 484).

---

<sup>8</sup> O autor do “O Capital” relata exemplos onde a redução da jornada de trabalho não interferiu nos planos do capitalista. Nessa esteira, vale ressaltar a redução da jornada de 12 para 11 horas pelo Sr. R. Gardener em suas fábricas, tendo o capitalista o mesmo resultado produtivo que antes. Nesse caso “exclusivamente por causa da maior constância e uniformidade no trabalho dos operários e à economia de seu tempo” (MARX, 2014, p. 484).

Sendo assim, a própria máquina impõe ao trabalhador um ritmo de trabalho mais acentuado (MARX, 2014, p. 485), um movimento e aceleração próprios dos objetivos da classe capitalista que esbarra apenas nos limites físicos como também na vontade e resistência do trabalhador, sobretudo organizado enquanto classe.<sup>9</sup>

Por fim, no que diz respeito à intensidade do trabalho, observou-se que o mesmo trabalhador passou a responsabilizar-se por uma quantidade de trabalho própria de dois ou mais trabalhadores, demonstrando métodos de intensificação do trabalho (MARX, 2014, p. 489).

Inevitavelmente, a intensificação própria da maquinaria se materializou em piores condições de saúde e maior número de mortalidade dentre os trabalhadores (MARX, 2014, p. 489).

A produtividade e todas as estratégias analisadas até aqui se relacionam sobremaneira com o desenvolvimento das forças produtivas.

A força produtiva do trabalho consiste na combinação dos meios de trabalho, nos materiais de trabalho e no trabalho vivo (MARX, 2011a, 579). Dessa maneira, a força produtiva é a capacidade e o modo com que os humanos produzem em determinado período histórico. Dentro do processo dialético de transformação da história, conforme modificam os meios de produção, conforme o humano se relaciona com a natureza e com base em como se dão as relações de trabalho no processo produtivo de satisfação de necessidades, os modos de produção se estabelecem. E no caso dos indivíduos “é seu próprio contínuo processo de movimento, em que eles renovam a si mesmos, bem como o mundo da riqueza que criam” (MARX, 2011a, p. 594).

O desenvolvimento das forças produtivas consiste em transformações entre esses três elementos, sobre as quais organizam novas relações de produção e, portanto, novas relações sociais sustentadas por essa base material. Trata-se de um processo de “coisificação” do humano e “humanização” das coisas.

A produtividade decorrente do uso das máquinas, ou seja, do desenvolvimento tecnológico, tem papel relevante no avançar das forças produtivas

---

<sup>9</sup> Conforme Lord Ashley, Inglaterra, 1844, citado por Marx, no ramo de tecelagem nos anos logo anteriores a 1842 o número de trabalhadores contratados cresceu pouco devido à maior velocidade da maquinaria (MARX, 2014, p. 485-486). Em comparação, de 1838 a 1850 o crescimento médio das fábricas de algodão foi de 32%, enquanto de 1850 a 1856 o avanço chegou a 86% (MARX, 2014, p. 488). Os números apresentados revelam a maior produtividade e riqueza geradas mesmo diante da redução da jornada de trabalho e menor número de trabalhadores empregados em relação à maquinaria.

no advento do capitalismo. Marx relata que o crescimento do capital fixo (meios de trabalho) em relação ao capital circulante (matéria prima, força de trabalho e produto), reduzindo a quantidade de força de trabalho empregada, termina por negar o próprio trabalho no capitalismo (MARX, 2011a, p. 581):

[...] a tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria. Na maquinaria o trabalho objetivado se contrapõe materialmente ao trabalho vivo como o poder dominante e como subsunção ativa deste a si, não só por meio da apropriação do trabalho vivo, mas no próprio processo real de produção.

Dito de outro modo, pelo fato de o desenvolvimento tecnológico da maquinaria levar à diminuição cada vez maior do trabalho vivo, com vistas à extração do mais-valor relativo, o resultado é uma crescente diminuição da necessidade de força de trabalho, dado o aumento da produtividade (MARX, 2011a, p. 581). Vale destacar, contudo, que estamos diante de uma tendência, vez que é possível o aumento do capital constante sem o aumento da produtividade, quando aumentamos a composição orgânica do capital, mas não sua composição técnica (ligada à produtividade). Para o capitalista, antes do aumento da produtividade o que importa é o aumento da taxa de lucro, mesmo diante da superexploração da força de trabalho com pouca tecnologia, como é o caso da América Latina.

Quando o capital, visando o aumento da produtividade, aposta no aumento do capital constante, como é o caso majoritariamente dos países centrais, estamos diante de uma contradição. O desenvolvimento das forças produtivas permitiria aos humanos a possibilidade de diminuição do tempo de trabalho (redução da jornada de trabalho). No entanto, é exatamente o trabalho alienado aquele que produz mais-valor ao capitalista, sendo, como vimos, o aumento da jornada de trabalho (mais-valor absoluto) intrínseco ao modo de produção capitalista. Com maior produtividade, mais altas jornadas de trabalho, um número cada vez maior de trabalhadores é retirado do processo de trabalho pela maquinaria, aumentando o exército industrial de reserva. Entretanto, decorrente da força de trabalho ser a única mercadoria capaz de valorizar o capital produzindo valor, sua diminuição no processo produtivo é uma contradição para o capital.

A propriedade privada dos meios de produção, condição estruturante do modo de produção capitalista, aparece ameaçada pela contradição imposta no

desenvolvimento das forças produtivas: a diminuição do tempo e do número de trabalhadores pelo aumento da produtividade (aumento do capital constante em relação ao capital variável na produção).

Verificamos em Marx as contradições da propriedade privada dos modos de produção anteriores diante do desenvolvimento das forças produtivas no seio de cada um deles (MARX, 2007, p. 60). Percebemos que a propriedade privada dos meios de produção e sua relação “capital” versus “trabalho assalariado” recorre ao mais-valor relativo, sempre combinado ao mais-valor absoluto, com o aumento da produtividade pelo desenvolvimento tecnológico. Nessa esteira, reduz o tempo de trabalho necessário, bem como o número de trabalhadores em comparação ao capital fixo<sup>10</sup> e, portanto, impede que uma parcela significativa da força de trabalho seja utilizada. A propriedade privada, fundamento do modo produtivo capitalista, começa a se tornar um empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas. Cumpre ressaltar que esse processo não inviabiliza outras formas de extração de valor.

A propriedade privada aparece como a base de sustentação da separação dos humanos e seus meios e trabalho, que garantirá a exploração da força de trabalho como motor de acumulação de capital para os capitalistas.

Vale destacar que para o capitalista, a produtividade do trabalho é um instrumento possível para o aumento da taxa de mais-valor e da taxa de lucro. Quando tratamos de mais-valor, nos referimos à razão entre o tempo de trabalho excedente e o trabalho necessário. Contudo, para o capitalista, o que importa para a valorização do capital é a taxa de lucro, que consiste na relação entre o capital adiantado empregado pelo capitalista e o capital final após a venda da mercadoria:

[...] a taxa de lucro é a proporção entre o mais-valor e o capital total adiantado, ao passo que a taxa de mais-valor é a proporção entre o mais-valor e a parte meramente variável desse capital. [...] É evidente além disso que a taxa de lucro pode depender de circunstâncias que não afetam em absoluto a taxa de mais-valor (MARX, 2014, p. 591).

Diante do aumento da composição orgânica do capital e da queda da taxa geral de lucro, uma última estratégia de ampliação do mais-valor absoluto e relativo

---

<sup>10</sup> Conforme Marx, o grau de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade pode ser medido pelo capital fixo da sociedade: “[...] a dimensão que o capital fixo já possui e que sua produção ocupa na produção total é igualmente *critério de desenvolvimento* da riqueza fundada no modo de produção do capital” (MARX, 2011a, p. 592).

seria para Marini, ao invés de uma redução do tempo de trabalho necessário (à reprodução da força de trabalho), o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor.

Para Marini, a superexploração da força de trabalho é um caso à parte no sistema de acumulação de capital, um mecanismo de contratendência à queda da taxa de lucro. Todavia, o autor defende que há situações históricas em que esse mecanismo se tornou crônico, tomando-se as relações comerciais entre nações, como veremos a seguir.

Entrementes, após o estudo da exploração da força de trabalho formulada por Marx, apresentaremos uma possibilidade de desenvolvimento do capitalismo que, conforme prevista por Marx, acentua a forma de exploração da força de trabalho: é a superexploração da força de trabalho.

A superexploração da força de trabalho, fundamentada na análise do capitalismo de Marx, será trabalhada no capítulo seguinte como particularidade da exploração da força de trabalho na América Latina.

## 2 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM RUY MAURO MARINI

A partir das formulações de Marx na economia política, trabalharemos neste capítulo as obras de Ruy Mauro Marini acerca da particularidade da reprodução do capitalismo nos países da América Latina. O autor é o principal expoente da Teoria Marxista da Dependência, que defende a dependência estrutural dos países latino-americanos frente aos países de capitalismo central (SILVA, 2016, p.425).

Em contraposição à corrente marxista da teoria da dependência, marco teórico deste trabalho, que ganhou o exílio e desconhecimento, difundiram-se com prestígio as teses da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL/ONU, sobretudo durante 1960 e 1970. Tal organização, protagonizada por Raul Prebisch e Celso Furtado defendia “a utilização do modelo de desenvolvimento, ora norte-americano, ora europeu, para desenvolver a América Latina, até que Gunder Frank estabeleceu novos critérios de análise” (SILVA, 2016, p. 431). Embora compartilhando a avaliação da existência de um capitalismo *sui generis* na América Latina (SILVA, 2016, p. 432), a CEPAL advogou possibilidades de desenvolvimento por dentro do próprio modo de produção capitalista, apostando em políticas de industrialização que, como veremos, não significam aumento da qualidade de vida dos trabalhadores e não superam o atraso tecnológico.

### 2.1 A dependência

Como parte integrante no processo de funcionamento do capitalismo central que descrevemos no capítulo anterior, a América Latina teve o papel e funcionamento específico na concentração global de capital do modo de produção: figura como dependente, com conseqüente superexploração da força de trabalho pela classe proprietária.

Para compreender a superexploração da força de trabalho e suas determinações no desenvolvimento tecnológico na América Latina precede analisarmos o movimento de desenvolvimento particular desta região no desenrolar do capitalismo dos anos 1930. O essencial é a impossibilidade de reconstruir a análise da economia latino-americana longe de seu intrínseco atrelamento ao capitalismo central.

Dessa maneira, a América Latina é integrante de um mesmo desenvolvimento global do capitalismo que, em face de uma divisão internacional do trabalho, cavou espaços sociais, políticos e economicamente determinados, com base nas questões objetivas de materialidade do capital (terra e trabalho), a cada um de seus elementos produtivos. Afirma Marx sobre a divisão internacional do trabalho e a estruturação de países voltados à exportação de matérias primas:

a constante “transformação em ‘supranumerários’ dos trabalhadores nos países de grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole, como ocorreu com a Austrália, convertida num centro de produção de lã. Cria-se assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial (MARX, 2014, p. 523).

Ainda no período colonial, a América Latina foi uma destas partes do globo, transformada em campo de produção agrícola, mineira e pecuária, voltada a satisfazer necessidades de países pioneiramente industrializados, ainda que por intermédio de outras metrópoles, como Portugal e Espanha. A partir da independência dos países antes colonizados pelo capitalismo europeu, vivenciamos um capitalismo *sui generis* na América Latina, ao qual Rui Mauro Marini se refere da seguinte forma:

[...] uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá se desenvolver jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (MARINI, 2011a, p. 132).

Sendo assim, o capitalismo *sui generis* dos países latino-americanos deve ser analisado sempre ante a totalidade internacional do modo de produção, tanto nos períodos de “[...] moderno capitalismo industrial latino-americano [quanto] também para o período imediatamente precedente e ainda para a etapa de economia exportadora” (MARINI, 2011a, p. 132).

Para o autor, “[...] a América Latina se desenvolve em estreita consonância

com a dinâmica do capitalismo internacional” (MARINI, 2011a, p.134). Esse caminhar revela o papel essencial da América Latina no desenvolvimento dos países capitalistas centrais. Desde a colonização com a extração de metais preciosos, gêneros exóticos e a descoberta do ouro, presenciou-se a participação do elemento produtivo latino-americano no desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa. O sistema manufatureiro europeu se beneficiou desse processo, sendo a exploração da periferia condição, inclusive, para a revolução industrial em seus países (MARINI, 2011a, p. 134, 135).

No que tange à relação da industrialização com a divisão social do trabalho, Marx destaca a necessidade cada vez maior de matérias-primas diante da expansão da maquinaria e aumento da produtividade.

[...] a massa total do artigo confeccionado a máquina por um número reduzido de trabalhadores aumenta [...] o produto quadruplicado contém quatro vezes mais matéria prima, e a produção desta tem, portanto, que ser quadruplicada. ( MARX, 2014, p. 514-515).

É dessa forma que “a expansão do sistema fabril num ramo industrial, aumenta inicialmente a produção em outros ramos que lhe fornecem seus meios de produção” (MARX, 2014, p. 515). Verifica-se, pois, que “a maquinaria promove [...] um incremento direto da matéria-prima” (MARX, 2014, p. 522). E nessa esteira, a industrialização carece de progressiva quantidade de matéria-prima, cujo limite é imposto ao capitalismo central:

[...] estabelecidas as condições gerais de produção correspondentes à grande indústria, esse modo de produzir adquire uma elasticidade, uma súbita capacidade de se expandir por saltos que só encontra limites na insuficiência de matéria-prima e de mercado por onde ecoar seus próprios produtos (MARX, 2014, p. 522).

No que diz respeito à necessidade de produção de matéria-prima a fim de garantir a revolução industrial do centro do capitalismo, Marini parte de tais considerações e vai adiante. Encara a produção de matéria-prima das colônias latinas como fator decisivo na consolidação da grande indústria europeia (MARINI, 2011a, p. 136):

a criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contato com os países dependentes e tido de realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. A necessidade em garantir circulação das mercadorias produzidas pela recém revolução industrial, bem como a constante necessidade de matérias primas e bens alimentícios para sustentar tal revolução, impulsionaram os processos de independência em diversos países latino-americanos. Tais países agora independentes passaram a organizar-se em torno das demandas do principal país industrializado e colonizador: a Inglaterra (MARINI, 2011a, p.134, 137).

A partir daqui nos deparamos com uma das faces da (ou fenômeno da) dependência: “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011a, p. 134-135). Estudaremos, pois, os elementos dessa subordinação.

## 2.2 As trocas desiguais

Exatamente pelo capitalismo ser marcado e constituído pela desigualdade, as trocas desiguais são próprias do processo de contradições do capital. Para entender as trocas desiguais entre América Latina e países centrais é necessário compreendermos como funciona o processo de trocas de mercadorias no capitalismo.

Para Marx (2014), tendo em vista que a matéria prima é consumida e os meios de trabalho serem distribuídos às mercadorias através de seu desgaste, apenas uma mercadoria é capaz de gerar ao capitalista um excedente, além do valor a que foi contratada. Essa mercadoria geradora de mais-valor é a força de trabalho, que produz seu valor e o mais-valor. Sendo assim, o valor baseado no tempo de trabalho socialmente necessário,<sup>11</sup> serve para determinar as trocas entre mercadorias com valores de uso distintos (MARX, 2014, p. 117).

Entretanto, dentro da teoria do valor em Marx, no plano da circulação, e por

---

<sup>11</sup> O trabalho socialmente necessário consiste no tempo “requerido para produzir um valor de uso qualquer sobre as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2014, p. 118). Sendo assim o tempo de trabalho socialmente necessário não é o tempo do trabalhador particular ao fabricar determinada mercadoria, mas sim um tempo conjunto de toda a força de trabalho.

sua vez dos preços, nos deparamos com as trocas de mercadorias entre países com distintas composições orgânicas de capital. As trocas na circulação são feitas pelos preços de produção, vez que as composições orgânicas de capitais são diferentes.

Marini elege a explicação de como as trocas entre os países da América Latina e a economia central são desiguais a partir dessa formulação de Marx acerca das trocas por preços de produção. Os preços de produção são as formas de troca entre mercadorias produzidas por diferentes setores da indústria com composição de capitais distintos, bem como entre diferentes países com composições e capitais não proporcionais.

Precede compreender que existem diferenças na composição orgânica dos capitais e que essas diferenças se estabelecem a partir da quantidade de capital constante de um capital em relação ao outro, ou seja, o capital que tem maior quantidade de capital constante em relação à quantidade de capital variável é de composição orgânica superior (MARX, 1988, p. 108). Ademais, leva-se em consideração o valor do capital constante que estaremos tratando (MARX, 1988, p. 108). Um exemplo são máquinas que produzem aviões terem mais valor embutido em si que máquinas que produzem embalagens. Dessa maneira, a composição orgânica do capital que produz aviões é maior, tendo em vista o valor do capital constante nela empregado.

Diante do exposto, cumpre destacar a existência de diferentes composições orgânicas de capital, tendo composição maior conforme aumenta o volume do capital constante em relação ao capital variável, e conforme o valor do próprio capital constante (MARX, 1988, p. 108).<sup>12</sup>

O aumento das composições orgânicas possibilita (embora não determine) o aumento de produtividade e conseqüente barateamento das mercadorias; ademais, influência nas diferentes taxas de lucro decorrentes.

Marx analisa no livro III de “O Capital” como as trocas se realizam entre composições distintas de capital, o que ele chamou de trocas por preço de

---

<sup>12</sup> Dessa maneira, só seria possível trocar mercadorias pelo seu igual valor com composições orgânicas iguais, fato inexistente na realidade (MARX, 1988, p. 113). Em composições orgânicas distintas, os lucros variam conforme a grandeza dos capitais, vez que as mercadorias são trocadas por uma taxa média de lucro. Esse preço de troca é construído a partir do único elemento comparável mesmo em composições orgânicas distintas: os custos de produção (MARX, 1988, p. 113-114).

produção. Rui Mauro Marini, ao analisar as trocas baseadas em composições de capitais diferentes, como os da América Latina e países centrais, identificou as trocas por preço de produção de Marx e chamou esse processo, no que se refere ao capitalismo dependente, de “trocadas desiguais”.

É preciso entender as trocas por preços de produção, a partir de diferentes composições orgânicas de capital, em que os valores das mercadorias variam segundo a quantidade de capital constante e sua capacidade de se depreciar mais lentamente (MARX, 1988, p. 116).

Para Marx é mais que normal determinado produto ser produzido com quantidades desiguais de capital constante em relação ao capital variável; entretanto, um elemento atua sempre como nivelador: a taxa de lucro dos capitalistas em um determinado setor.

Na produção, poderemos ter proporções de capital variável e capital constante distintas, apropriações de mais-valor distintas, preços de custo das mercadorias distintos e preços finais de mercado distintos. Contudo, a concorrência entre os capitais leva à construção de uma taxa de lucro média de modo que o preço das mercadorias pode ficar abaixo ou acima das mercadorias (MARX, 1988, p. 117).

Dessa maneira, observamos que as trocas, sempre com composições orgânicas distintas, trocam-se com base no lucro médio do capital e não com base na taxa de lucro particular de um capitalista. Nessa medida, o preço da mercadoria passa por uma composição com o lucro médio e não com o lucro individual, diferenciando-se do preço de custo final da mercadoria (MARX, 1988, p. 117).

A análise baseada na lei do valor define a partir dos preços de produção a possibilidade de mercadorias serem vendidas acima ou abaixo de seus valores “considerando a totalidade dos ramos de produção -, a soma dos preços de produção das mercadorias produzidas é igual à soma de seus valores” (MARX, 1988, p. 119).

Para compreendermos as trocas desiguais por preços de produção na América Latina, precisamos esmiuçar a engrenagem produtiva de divisão internacional do trabalho que orientou a industrialização dos países centrais com aumento da produtividade fruto de desenvolvimento tecnológico. Lembremos que o mais-valor relativo decorre da estratégia de diminuição do tempo de trabalho necessário em uma jornada de trabalho fixa. A relação entre tempo de trabalho

necessário e tempo de trabalho excedente dentro da jornada de trabalho permite que, em caso de diminuição do tempo de trabalho necessário, tenhamos um aumento proporcional do tempo de trabalho excedente, ou, em termos de montante do mais-valor, nesse caso, o aumento do mais-valor relativo (MARX, 2014, p. 387).

A forma mais eficaz de diminuição do tempo de trabalho necessário ou barateamento dos bens salários é o aumento da produtividade do trabalho. A diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário se dá na medida em que, produzindo mercadorias com uma maior produtividade, o mesmo valor é dividido entre um número maior de mercadorias, ou seja, cada mercadoria tem um *quantum* menor de trabalho. Dessa maneira vemos o barateamento da mercadoria do setor com maior produtividade.

Já a maior intensidade do trabalho não se confunde com maior produtividade, vez que exigem a quantidade maior de trabalho no mesmo espaço de tempo e não reduz o valor contido nas mercadorias individualmente, conforme Marx:

a intensidade cada vez maior do trabalho supõe um dispêndio aumentado de trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensiva se incorpora em mais produtos do que a jornada menos intensiva de igual número de horas. Com uma força produtiva aumentada, a mesma jornada de trabalho fornece mais produtos. No último caso, porém, o valor do produto singular cai pelo fato de custar menos trabalho que antes; no primeiro caso, ele se mantém inalterado porque o produto custa a mesma quantidade de trabalho de antes. O número de produtos aumenta, aqui, sem que caia seu preço (MARX, 2014, p. 591).

Como vimos no capítulo anterior, quando o processo de aumento de produtividade atinge os bens necessários à reprodução da força de trabalho (os bens-salários), os bens têm seu valor reduzido, pois com a divisão da mesma quantidade de trabalho em mais mercadorias cada mercadoria tem uma quantidade menor de trabalho em si. Com o barateamento das mercadorias responsáveis pela reprodução da força de trabalho, o valor da própria força de trabalho se reduz, vez que a força de trabalho é paga por seu valor de reprodução (MARX, 2014, p. 388).

Dito de outro modo, quando o capital consegue reduzir os valores necessários à subsistência dos trabalhadores (reduzir o tempo de trabalho necessário) logra ampliar o mais-valor relativo (que de modo relacional é sempre simultâneo ao mais-valor absoluto).

É exatamente nesse ponto que a América Latina figura de modo significativo

na acumulação dos países de capitalismo central: ela ocupa a posição de principal produtora de bens-salários, diminuindo o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de bens-salário e matéria-prima e aumentando o mais-valor relativo dos países pioneiramente industrializados, que importam essas mercadorias (MARINI, 2011a, p. 140).

Para além de aumentar o mais-valor relativo dos países de capitalismo central, para Marini, a América Latina “contribui para que sejam superados os obstáculos que o carácter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão” (MARINI, 2011a, p. 142). O autor fala aqui do que Marx desenvolve como sendo a queda tendencial da taxa de lucro.

Como vimos na seção anterior, para Marx o processo de industrialização tende a diminuir a quantidade de força de trabalho - capital variável - em relação à quantidade de capital constante (MARX, 2014, p. 520-521). Dessa maneira, se estabelece o crescimento do capital fixo (meios de trabalho) em relação ao capital circulante (matéria prima e produto) e ao capital variável (força de trabalho) que termina por negar o próprio trabalho (MARX, 2011a, p. 581):

[...] pelo fato do desenvolvimento tecnológico da maquinaria levar a diminuição cada vez maior do trabalho necessário, com vistas à extração do mais-valor relativo, temos como resultado uma crescente diminuição da necessidade de força de trabalho dado o aumento da produtividade (MARX, 2011a, p. 581).

Estamos diante de uma contradição imanente à própria reprodução social do capital. O desenvolvimento das forças produtivas permite ao ser social a diminuição do tempo de trabalho necessário, já que a produção de mercadorias pode ser mais produtiva com a tecnologia. No entanto, é exatamente o trabalho presente no capital variável aquele que produz mais-valor ao capitalista. Dessa maneira, a diminuição do capital variável realizada pelos capitalistas com o aumento do capital constante é, de modo contrário, tendencialmente prejudicial à acumulação de capital, pois reduz a quantidade de trabalho vivo submetido à extração de mais-valor pelo capital.

Marini elucida que diante do fato de o capitalista apropriar-se não do mais-valor, mas da parte desse que figura como lucro, ou seja, a taxa de lucro (fixada sobre todo o adiantado para a produção), com o aumento do capital constante essa taxa tende a cair (MARINI, 2011a, p. 141).

Diante dessas contradições da própria reprodução capitalista, para Marini (2011a, p. 141-142):

[...] é mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional que a América Latina não só alimenta, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão.

Todavia, a questão é: “como” a América Latina fornece tanta matéria-prima como bens-salário aos países primeiramente industrializados, a preços baixos?

Os capitalistas da América Latina, ao baratearem as matérias-primas para os países centrais, fazem com que nos países diminuam o valor de seu capital variável e parte do capital constante no que tange às matérias-primas, ou seja, reduzem o valor do capital circulante. O barateamento provocado pela América Latina diminui o gasto com capital circulante, que em regra deveria aumentar em face da composição orgânica do capital, e assim diminui a redução da taxa de lucro desses países. Assim, com o barateamento retarda-se no centro a tendência à queda da taxa de lucro e aumento da composição orgânica do capital pelo aumento do capital constante (MARINI, 2011a, p. 141).

Conforme analisamos, no espaço da produção são as economias com maior produtividade do trabalho e com maior desenvolvimento tecnológico (pioneiramente industrializadas) aquelas que conseguem reduzir o valor – e, portanto, em tese - o preço de suas mercadorias no mercado. Contudo, na circulação, o que verificamos é a inversão desse processo no que diz respeito ao centro do capitalismo e a América Latina. Para Marini “o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas tem sido acompanhado da queda dos preços desses produtos, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas” (MARINI, 2011a, p. 142). Ou seja, se há redução do valor não verificamos a redução dos preços devido ao aumento da produtividade das mercadorias produzidas pelos países centrais, enquanto as matérias-primas produzidas pelos países dependentes sofrem um processo de depreciação nos preços. Teriam sido os valores dessas mercadorias reduzidos por aumento da produtividade?

É improvável, posto que o aumento da produtividade por desenvolvimento tecnológico, foi, justamente neste momento, pioneiramente deslanchado pelos países centrais: a explicação só pode estar na maior abundância de recursos

naturais e, sobretudo, na expansão da exploração da força de trabalho. Todavia: como explicar que os preços dessas mercadorias seguem caindo mesmo com o aumento de sua demanda?

Marini elucida o processo explicando a possibilidade de venda das mercadorias acima de seu valor, caso em que o barateamento da mercadoria, fruto do aumento de produtividade, não é repassado nas trocas:

es esta la razón fundamental por la cual las relaciones entre las economías capitalistas avanzadas y dependientes, al expresar relaciones de intercambio entre sistemas productivos con distintos niveles tecnológicos y, por ende, con distintas intensidades medias de trabajo, normalmente hacen que se oparen transferências de valor vía precios (MARINI, 2008a, p. 184):

Esse movimento, de imposição de preços mais altos de mercadorias manufaturadas pelos países centrais de modo a não repassar o barateamento, é possível em decorrência do monopólio de produção desses países.

Dessa maneira, assim como no momento relatado por Marx em que o capitalista descobre uma nova tecnologia e permanece determinado tempo com maior produtividade e ainda assim com preços iguais; em vez de barateá-los, os países centrais não reduzem seus preços. O objetivo desse processo é lograr um mais-valor extraordinário, vez que vendem as mercadorias com preços maiores que seu valor (MARINI, 2011a, p.145-146).

Esse movimento é categorizado por Marini como trocas desiguais, dado que as mercadorias são trocadas por valores não equivalentes. Como consequência desse processo:

[...] as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade (MARINI, 2011a, p. 145).

Assim, há transferência de valor dos países tardiamente industrializados para o centro, de modo que a taxa de mais-valor e a taxa de lucro dessas economias tende a diminuir (MARINI, 2011a, p. 147).

Entendendo o processo de elisão da lei do valor, na troca desigual das mercadorias industrializadas do centro com as matérias primas e alimentos dos países dependentes, visualizamos a transferência de mais-valor dos capitalistas

periféricos para o capitalismo central. Com isso, pode-se compreender a realidade de baixos salários na América Latina.

Marini retira de Marx a proposição de que o comércio exterior tem incidência significativa na composição de valor, e, portanto, na taxa de lucro (MARINI, 2008a, p. 178). É o comércio exterior que, em face da transferência de valores pelas distintas composições orgânicas de capital, através das trocas por preços de produção (MARX, 1988), transfere valor dos países dependentes para os países de capitalismo central, diminuindo a taxa de lucro dos países dependentes pela transferência (MARINI, 2011a).

Em extensa análise sobre o papel da luta de classes no processo dos países dependentes, Marini elucida que a explicação da conjuntura dependente pelo único argumento da luta de classes em si é um erro sociologicista, e a luta de classes é exatamente a análise material das relações de produção e relações sociais próprias do modo de produção capitalista (MARINI, 2008a, p. 179-181). Assim, “la lucha de clases es la síntesis de las condiciones en que los hombres hacen su existencia, y se encuentra, por esto mismo, regida por leyes que determinan su desarrollo” (MARINI, 2008a, p. 180). O argumento trazido por Marini é exatamente:

[...] por qué la clase obrera de los países capitalistas avanzados há podido librar su lucha de clase con mejores resultados que la de las economías capitalistas dependientes [?]. Para entenderlo hay que tomar en cuenta “la presión sorda de las condiciones económicas (MARINI, 2008a, p. 184).

A superexploração da força de trabalho na América Latina é, para Marini, a estrutura de compensação diante dessa transferência de valor das economias dependentes e determina os limites do desenvolvimento latino-americano. A estratégia do capitalista periférico para a compensação desse movimento de transferência de valor para os países centrais será no âmbito da produção e circulação a superexploração da força de trabalho na América Latina e no âmbito do poder a propriedade privada da terra.

Para Marini (2011, p. 147):

as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade

produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador.

É a superexploração da força de trabalho, portanto, sustentáculo da crescente oferta de matérias-primas e alimentos da periferia para o centro. Esse processo ganha relevância quando comparado às formas tradicionais de exploração da força de trabalho no desdobrar do capitalismo.

### 2.3 A Superexploração

Como expusemos no capítulo anterior, a exploração da força de trabalho acontece por três processos de extração do mais-valor: o mais-valor absoluto, o mais-valor relativo e o mais-valor extraordinário.

Tendo em vista que a jornada de trabalho é dividida em tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho e tempo de trabalho excedente não pago à força de trabalho (o mais-valor), o mais-valor pode ser dividido em duas estratégias intrínsecas que dialeticamente se relacionam: o mais-valor absoluto e mais-valor relativo (MARX, 2014, p. 578).

No mais-valor absoluto a jornada de trabalho é estendida com vista a aumentar a parte de excedente após o tempo de trabalho necessário pago ao trabalhador. Nesse caso, esse mais-valor é decorrente de extensão da jornada de trabalho (MARX, 2014, p. 387). Com a limitação jurídica de horas de trabalho, deu-se importância à estratégia de aumentar o tempo excedente através da diminuição do tempo de trabalho necessário, de modo que proporcionalmente, temos o aumento do mais-valor, agora absoluto e relativo (MARX, 2014, p. 387).

Já que o mais-valor relativo é tradicionalmente conquistado com a inserção da maquinaria para o aumento da produtividade do trabalho, e com isso, a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, o aumento da produtividade, quando atinge o valor das mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho (bens-salários), barateando-as, é uma das concretizações de diminuição do tempo de trabalho necessário em algumas economias, aumentando o mais-valor relativo:

por elevação da força produtiva do trabalho entendemos precisamente uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de

trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso (MARX, 2014, p. 389).

O incremento tecnológico é o movimento capaz de diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. A redução do preço dos salários pagos aos trabalhadores também aumenta a taxa de mais-valor. Neste caso de redução dos salários sem redução do valor da força de trabalho, temos para Marni, o pagamento da força de trabalho abaixo de seu custo de reprodução, ou seja, a compressão dos salários na América Latina com vistas à majoração da extração de mais-valor. Esse processo também é previsto por Marx, de forma que “[...] chegaria a tal resultado por meio da compressão do salário do trabalhador abaixo do valor da sua força de trabalho [com] menos meios de subsistência do que antes, o que resulta na reprodução atrofiada de sua força de trabalho” (MARX, 2014, p. 388).

Marx reconhece a possibilidade de pagamento abaixo do valor de reprodução em diversas passagens de sua obra “O Capital”, como por exemplo, no momento de predomínio da maquinaria e alta divisão do trabalho com a expulsão de uma camada significativa da força de trabalho com o aumento do exército industrial de reserva: “a parcela da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua [...] abarrotava o mercado de trabalho, reduzindo assim o preço da força de trabalho abaixo do seu valor” (MARX, 2014, p. 503).

A reprodução atrofiada dos trabalhadores é vastamente utilizada na América Latina, em face da quantidade majorada de força de trabalho disponível. A força de trabalho indígena e africana e, inclusive, os fluxos migratórios europeus, servem para o aumento do exército industrial de reserva. É o caso do colonato no trabalho livre no café, por exemplo (MARINI, 2011a, p. 157):

[...] a existência de reservas de mão de obra indígena (como no México), ou os fluxos migratórios derivados do deslocamento de mão de obra europeia, provocado pelo progresso tecnológico (como na América do Sul), permitiram aumentar constantemente a massa trabalhadora até o início do século 20. Seu resultado tem sido o de abrir livre curso para a compressão do consumo individual do operário e, portanto, para a superexploração do trabalho.

Essa forma de exploração da força de trabalho na América Latina é trazida por Marini como uma das bases do capitalismo dependente (MARINI, 2011a, p. 148).

Contudo, para Marini, em um nível de abstração mais próximo do concreto, no padrão de reprodução dependente da América Latina, o pagamento da força de trabalho abaixo do valor de reprodução torna-se estrutural e crônico pela compensação da transferência de valor da América Latina para os países centrais. Trata-se aqui da superexploração da força de trabalho como uma particularidade da divisão internacional do trabalho sob o modelo da produção capitalista.

Pelo que verificamos nesta investigação, o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor de reprodução é citado em Marx sempre de forma excepcional e anormal. No estudo da obra de Marx, no que tange ao movimento das mercadorias, a troca de mercadorias pelo preço de produção e a troca da força de trabalho por seu valor de reprodução parecem uma “lei”:

[...] segundo a qual “estando dado o preço do trabalho, o salário diário ou semanal depende da quantidade de trabalho fornecida”, concluímos que quanto menor seja o preço do trabalho tanto maior terá de ser a quantidade de trabalho ou tanto mais longa a jornada de trabalho para que o trabalhador assegure ao menos um mísero salário médio (MARX, 2014, p. 618).

Assim, a equivalência entre o valor de reprodução da força de trabalho e o seu valor de troca (preço) parece ser a tendência no modo de produção capitalista. Diversos são os exemplos de Marx para essa equivalência.

Na correção da quarta edição de “O Capital” o próprio Marx propõe uma alteração indicando que no lugar do escrito “uma queda abaixo de seu valor” a frase seja substituída por “queda de seu valor”, nos casos em que “a elevação do preço da força de trabalho não compensa seu desgaste acelerado” (MARX, 2014, p. 592).

A alteração propõe exatamente a mudança de posição do texto acerca da possibilidade de pagamento abaixo do valor de reprodução nos casos em que o desgaste da força de trabalho não é compensado pelos salários. Nesse caso, Marx parece aceitar que o próprio valor da força de trabalho sofra uma queda. Recordando que o valor da força de trabalho é a quantidade de bens salários responsáveis a sua reprodução conforme o período histórico e a cultura.

Em se tratando, por exemplo, do aumento da intensidade do trabalho, Marx

verifica uma acomodação dos padrões da condição de trabalho mais degradante, que passam a ser os padrões aceitáveis no valor da força de trabalho, consolidando-se como graus sociais médios de intensidade:

se a intensidade do trabalho aumentasse em todos os ramos industriais ao mesmo tempo e na mesma medida, o novo grau de intensidade mais elevado se converteria no grau normal, fixado socialmente no costume, e deixaria, assim, de ser contado como grandeza extensiva (MARX, 2014, p. 592).

Dessa maneira, parece possível, ou no mínimo aceitável, adotarmos o mesmo raciocínio acerca dos baixos salários destinados a força de trabalho latino-americana, que diante do costume abrem uma possibilidade da força de trabalho ser paga, como em regra aplicado por Marx, pelo seu valor, e não abaixo, já que essa força de trabalho poderia ter seu próprio valor reduzido pela prática social da superexploração.

Marx esclarece ainda que a oferta e a demanda pouco explicam sobre o preço da força de trabalho, tendo em vista que o preço orbita ao redor do valor, e isso pode ser verificado nos momentos em que a oferta e a demanda coincidem, restando o valor (MARX, 2014, p. 608).

É possível, no entanto discrepâncias entre o preço e o valor, como é o caso do preço de mercado trabalhado por Marx no livro três de sua obra, ou mesmo uma desproporcionalidade por demandas políticas. Todavia, no caso da força de trabalho Marx chamou tais oscilações de “preços acidentais do trabalho”, conceituando, ao que parece, a excepcionalidade de tal momento em uma economia (MARX, 2014, p. 608). Para o autor, o valor da força de trabalho, e o preço que lhe é próprio, um pouco acima ou um pouco abaixo, é determinado em sentido geral pelos custos de produção (MARX, 2014, p. 608).

Em seu estudo acerca do pagamento da força de trabalho por horas, Marx levanta a possibilidade de pagamento da força de trabalho abaixo do valor de sua reprodução, vez que o tempo de trabalho necessário da jornada pode não ser mais garantido. Mesmo com a restrição legal da jornada de trabalho controlando a possibilidade de extensão ao bel prazer da jornada, o que é referido por Marx como “subemprego” permanece (MARX, 2014, p. 616).

O subemprego, que talvez possamos equivaler à condição de trabalho na América Latina, resulta do incremento da maquinaria que expulsa trabalhadores da

indústria, da variação na qualidade dos trabalhadores empregados e das crises parciais e gerais (MARX, 2014, p. 616).

Para Marx, como o valor da força de trabalho aumenta conforme o seu desgaste (caso da intensificação e aumento de jornada na América Latina, por exemplo), quando nos referimos a jornadas não limitadas para exemplificar a “superexploração”, acaba se construindo socialmente uma jornada máxima, “em muitos ramos industriais em que predomina o salário por tempo e inexistem limites legais para o tempo de trabalho, surgiu naturalmente o costume de só considerar normal a jornada de trabalho que se prolonga até certo ponto” (MARX, 2014, p. 616).

Esse exemplo de Marx é interessante na medida em que embora a força de trabalho possa ser paga excepcionalmente por um preço abaixo de seu valor de reprodução, a própria lei do valor novamente cria mecanismos para retornar as trocas por equivalentes (equivalentes quantidades de valor), como é o caso de uma restrição “social” da jornada de trabalho em casos que não há legislação.

Novamente, o pagamento da força de trabalho abaixo do valor de sua reprodução aparece de forma excepcional e anormal, como decorrente da concorrência de capitais, do desemprego na maquinaria e etc.. Contudo, o pagamento abaixo do valor tende sempre a se normalizar, já que é um momento, um acidente próprio da lei do valor, onde as mercadorias podem até mesmo ser trocadas por não equivalentes, mas estas trocas se embasam sempre no valor:

a concorrência que assim se produz entre trabalhadores permite ao capitalista comprimir o preço do trabalho, enquanto, por outro lado, o preço decrescente do trabalho lhe permite aumentar ainda mais o tempo de trabalho. Rapidamente, porém, essa disposição de quantidades anormais de trabalho não pago, isto é, de quantidades que ultrapassam o nível social médio, converte-se em meio de concorrência entre os capitalistas [...]. Desse modo, constitui-se, primeiro esporadicamente e em seguida paulatinamente de maneira fixa, um preço de venda anormalmente baixo para a mercadoria, preço que se torna, daí em diante, a base constante de um salário miserável e de uma desmedida jornada de trabalho (MARX, 2014, p. 619).

Nas circunstâncias da concorrência, para Marx, o próprio capitalista pode defender o pagamento equivalente do que consta como extra na jornada de trabalho, já que a força de trabalho poderia estar sendo paga pelos baixos salários: “diante de seu concorrente, que vende abaixo do preço de custo, ele defende até

mesmo um pagamento extra (*extra pay*) por esse tempo excedente” (MARX, 2014, p. 592). A concorrência, por sua vez, equilibraria os pagamentos abaixo do valor de reprodução.

Ao tratar o pagamento da força de trabalho abaixo do valor de reprodução, Marini não está se referindo à eventualidade do valor da força de trabalho latino-americana ser reduzido em relação ao centro. Para Marini verifica-se um pagamento dos salários abaixo do valor de reprodução de modo estrutural na América Latina, ou seja, o preço da força de trabalho é deteriorado em relação ao seu valor.

De todo modo, sendo tal questionamento polêmico mesmo dentre os estudiosos de Marini (1. se é possível em Marx pagamento estrutural abaixo do valor da reprodução; 2. se a força de trabalho latino-americana é paga abaixo de seu valor ou tem seu próprio valor reduzido), adotaremos como válida para esse trabalho a realidade concreta, que, por compensação às transferências, consolida baixos salários nos países da América Latina. A resposta à possibilidade ou não de pagamento estrutural da força de trabalho abaixo do valor de reprodução na América Latina poderia ser respondida apenas com um estudo comparado do valor da força de trabalho nos países dependentes e centrais, produção que foge aos objetivos deste trabalho.

A transferência de valor para os países centrais e a exploração como compensação da transferência parece apresentar-se como a grande contribuição de Ruy Mauro Marini para a compreensão do padrão de reprodução de capital particular da América Latina.

Assim, para Marini, que a partir de Marx adota a possibilidade de pagamento abaixo do valor de reprodução da força de trabalho como estrutural de um continente, seriam duas as formas de superexploração da força de trabalho na América Latina, que são usadas de modo sempre combinado: 1) o mais-valor absoluto, com a extensão da jornada de trabalho, 2) o mais valor relativo (com distintas estratégias) e 3) o pagamento abaixo do valor de reprodução.

O mais valor predominantemente aplicado no centro com a diminuição do tempo de trabalho pelo incremento de maquinaria para maior produtividade, na América Latina, é conquistado de modo particular pela maior intensidade do trabalho, aumento das jornadas e baixos salários. Conforme Marini (2011, p. 147): “o aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um

aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva”.

O que percebemos com a superexploração é que, diante das trocas desiguais, o capital instalado na América Latina não buscou um esforço intensivo para a industrialização a fim de aumentar a produtividade (como veremos no estudo do caso brasileiro), conduzindo de forma restrita o desenvolvendo de seu aparato tecnológico. As relações de produção latino-americanas:

[...] configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividade que ali se realizam (MARINI, 2011a, p. 149).

Para Marini, o movimento pela superexploração em detrimento da elevação da produtividade foi ainda incentivado pela característica particular da indústria extrativa e da agricultura, como veremos no capítulo seguinte. Com a valorização do campo extrativista em relação à indústria fabril, verificamos até 1980 que a agricultura apresentou menor necessidade de incremento do capital constante, como máquinas e matérias-primas, “sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional” (MARINI, 2011a, p. 149). Com menor composição orgânica do capital, “aliado à intensificação do grau de exploração da força de trabalho a indústria extrativa e da agricultura faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro” (MARINI, 2011a, p. 149).

A consequência para o trabalhador é a impossibilidade de repor o desgaste de sua força de trabalho, vez que no caso da maior intensidade do trabalho e do aumento da jornada “[...] lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro” (MARINI, 2011a, p. 149), e no que se refere ao pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor de reprodução, ou baixos salários, “lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar a força de trabalho em estado normal” (MARINI, 2011a, p. 149-150). À custa da força de trabalho, a superexploração para Marini consolida-se como sustentáculo do modelo de extração de mais-valor na América Latina.

### 3 DEPENDÊNCIA, SUBDESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Em um continente como a América Latina se torna impossível não analisarmos o papel da economia agrária no desenvolvimento tecnológico e na exploração da força de trabalho nesse padrão de reprodução dependente.

Para tanto, discutiremos a estrutura mundial de acumulação originária necessária ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, a partir de Marx. Nessa esteira, verificaremos as relações particulares de permanência da acumulação primitiva na América Latina, fundamentada da renda da terra e no monopólio da terra.

Ademais, analisaremos o ciclo do capital dependente com a transformação do dinheiro em mercadoria, a esfera da produção e a esfera da circulação, com vistas a compreender o padrão de reprodução dependente da América Latina e principalmente o papel do desenvolvimento tecnológico nesse processo.

#### 3.1 A acumulação originária permanente

Para Marx, independente do nível de desenvolvimento em que se encontram as sociedades, as condições naturais são sempre vinculadas à produtividade. A riqueza natural dos meios de subsistência (fertilidade do solo, água, etc.) e a riqueza dos meios de trabalho (quedas d'água, rios navegáveis, madeira, metais, carvão) são elementos determinantes. Nos primórdios da sociedade, as condições naturais tendem a predominar para a determinação da produtividade, e, em seguida, o desenvolvimento dos meios de trabalho ganham relevância (MARX, 2014, p.581). Cumpre salientar, todavia, que os dois elementos são igualmente necessários ao desenvolvimento das forças produtivas.

Nesta esteira, a América Latina tem papel significativo nos meios de subsistência da divisão internacional do trabalho e na acumulação europeia. Sua invasão direcionou à Europa riquezas naturais, técnicas de trabalho e de organização política da vida (TRASPADINI, 2016, p. 119):

as colônias da América cumpriram uma função chave: serem territórios anexados às metrópoles em guerra e transição, que possuíam, dentro de suas particularidades - oriundas dos distintos modo de produção vigentes no continente antes da invasão metropolitana -, uma riqueza originária que

serviu ao fim mercantil da acumulação primitiva - baseada no saqueio, na espoliação - e, não menos importante, na implementação interna de novos processos produtivos ancorados na abundância de terra e de trabalho (Mesoamérica).

Quando tratamos de acumulação originária, ou acumulação primitiva, nos termos da tradução de “O Capital” utilizada nesta pesquisa, e que tem a América Latina como elemento importante desde a colonização, trabalhamos com “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida” (MARX, 2014, p. 785).

A consolidação do capitalismo na Europa e nos países da América Latina contou com um momento particular de acumulação. Acumulação que significou tanto o capital necessário aos investimentos da burguesia quanto a criação de uma força de trabalho compatível à nova forma de produção e distribuição de riquezas que se desenvolvia no mundo.

Desde a relação colonial, em que ainda não se verificava a dependência pelo pertencimento das colônias aos países centrais, já se observava a participação da América Latina na acumulação de riquezas e estruturação do capitalismo central:

às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital (MARX, 2014 p. 823).

O caráter violento de tal processo, com escravização e soterramento da população originária da América Latina para garantir o auge da instauração da produção capitalista nos países centrais foi constatado por Marx:

a descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva [...] A violência é a parceira de toda a sociedade velha que está prenha de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 2014 p. 821).

A acumulação originária, processo também ocorrido na Europa, foi essencial para a criação de um dos pressupostos do modo de produção capitalista: a divisão

entre trabalhadores sem propriedade e carentes da venda de sua força de trabalho e a classe social dos proprietários dos meios de produção. Processo esse que “por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2014, p. 787).

A criação da classe trabalhadora pela expropriação dos meios de subsistência, ou a subsunção formal do trabalho ao capital<sup>13</sup>, é a condição no capitalismo para que os trabalhadores, não possuindo mais seus meios de subsistência, fossem obrigados a trabalhar para o capital em troca do valor necessário à reprodução da sua força de trabalho (MARX, 2014, p. 787).

A consolidação de tal processo acontece pela violenta expropriação da terra dos camponeses, que expulsos não conseguem comprar novas terras e destinam-se ao trabalho assalariado (MARX, 2014, p. 787). O processo de cercamento dos campos aconteceu nos países centrais em um período de pré-capitalismo e ruptura com as amarras do feudalismo na livre compra e venda de trabalho<sup>14</sup>:

[...] momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (MARX, 2014, p. 787).

O mesmo movimento de perda do domínio da produção de alimentos pelos trabalhadores atingiu de igual maneira as matérias primas. As mesmas “se convertem em elementos do capital constante” (MARX, 2014, p. 816). Antes meios de existência para os trabalhadores, agora as matérias primas “se transformam em meios para comanda-los” (MARX, 2014, p. 817). A transformação dos alimentos e matérias primas de trabalho em mercadorias e a destruição da indústria doméstica rural foram necessárias a criação de um mercado interno para o modo de produção capitalista (MARX, 2014, p. 818). Conforme Marx:

---

<sup>13</sup> “A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda um caráter especificamente capitalista” (MARX, 2014, p. 809).

<sup>14</sup> O roubo das terras comunais dos camponeses para a destinação de pastagens em países como a Inglaterra foi a base da separação entre capital e trabalho e construção das classes antagônicas do modo de produção capitalista. A disciplina para o trabalho, a criminalização da falta de trabalho e o uso do direito penal para coagir ao trabalho foram práticas da consolidação do modo de produção nesse período (MARX, 2014, p. 806).

a propriedade privada constituída por meio de trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre” (MARX, 2014, p. 831).

Nos países centrais, com a tributação regressiva, o sistema colonial e as dívidas públicas do Estado para com os capitalistas, “uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva” (MARX, 2014, p. 824), a indústria logrou um crescimento brutal (MARX, 2014, p. 827).

Para Traspadini, na América Latina verificamos particularidades no que se refere à acumulação originária de capital na região, apresentando quatro fases de valorização de capital: 1. (séc. XV-XVIII) com o mercantilismo colonial; 2. (séc. XVIII-XIX) com o capitalismo concorrencial e nascimento do capitalismo dependente; 3. (final do séc. XIX e meados do séc. XX) com imperialismo e capitalismo dependente e 4. (1970 em diante) nova fase do imperialismo e capitalismo dependente (TRASPADINI, 2016, p. 135).

No espaço da cooperação antagônica, a acumulação primitiva na América Latina se diferencia por seu caráter duradouro em relação aos países de capitalismo central (TRASPADINI, 2016). Enquanto a subsunção real do trabalho ao capital, com a perda do controle do trabalho pelos trabalhadores, se consolida nos países centrais, garantida pela subsunção formal do trabalho ao capital nos países dependentes, no caso destes a permanência da subsunção formal com a separação entre força de trabalho e meios de subsistência é o movimento constante de acumulação de capital: “a transição da subsunção formal à real nas economias centrais teve como condição *sine qua non* a permanência da subsunção formal nas economias latino-americanas” (TRASPADINI, 2016, p. 161).

Para Traspadini, o movimento de subsunção formal na América latina não tem caráter de transição como nos países centrais, mas de perpetuação, enquanto mecanismo de extração e transferência de valor para se contrapor à queda da taxa de lucro nos países centrais:

a subsunção formal na Europa relata a forma de um conteúdo presente-futuro (transição mercantil), a subsunção real. Na América Latina, a subsunção formal denota a essência da terra e do trabalho vinculado a ela ao longo do desenvolvimento do capitalismo dependente no período seguinte: a função de produção para a circulação externa e de compensação interna de um mecanismo de produção de valor que contrarreste o saqueio. O sentido da subsunção formal na América Latina não é de transição, e sim de perpetuação. Nesse continente, o

fundamento da utilização da terra e do trabalho (escravo, livre e compulsório) vinculado a ela, redimensiona a subsunção formal como sentido inerente ao desenvolvimento latino-americano (TRASPADINI, 2016, p. 164)

As particularidades dos países dependentes, como a ausência de reforma agrária, o monopólio da terra e a incapacidade da indústria em substituir a agricultura na economia consolidam uma relação de acumulação própria, com permanência da subsunção real e formal no continente (TRASPADINI, 2016, p. 166). Dessa maneira, a renda da terra na América Latina figura como um alicerce no padrão de produção dependente (TRASPADINI, 2016).

A renda da terra, parte do mais-valor destinada ao proprietário da terra como pagamento pelo uso da terra, se incrementa na América Latina e, inclusive, através de especulação para usos futuros, determina o caráter dependente da economia latino-americana (TRASPADINI, 2016, p. 146-148).

A transferência de valor para o pagamento da renda da terra nos países dependentes contribui significativamente para a superexploração da força de trabalho na América Latina, pois a superexploração funciona igualmente como mecanismo de compensação à transferência de valor por pagamento da renda da terra aos monopolistas do campo latino-americano (TRASPADINI, 2016, p. 146-148).

Diferente do movimento da taxa de lucro, a renda da terra tem uma tendência à valorização, em face do aumento populacional com aumento da longevidade e crescimento das cidades. O incremento tecnológico do campo também apresenta caráter particular diante da rotação mais lenta do capital na agricultura (TRASPADINI, 2016, p. 150). Dessa maneira, nos países dependentes encontra-se a contínua expropriação e monopólio da terra, que garante a renda da terra e a superexploração da força de trabalho por compensação à transferência (TRASPADINI, 2016).

A acumulação originária na América Latina, com crescente monopolização das terras, tem caráter permanente e se apresenta como um dos elementos de explicação da superexploração da força de trabalho como forma de compensação aos capitais investidos na América Latina, em face da necessária transferência para pagamento de renda da terra.

Presente na esfera da produção das mercadorias, a renda da terra e

monopólio da terra com permanente expropriação dos camponeses na América Latina é de extrema importância para a compreensão das particularidades do ciclo do capital.

### 3.2 A dependência no ciclo do capital

Cumpramos nos debruçarmos sobre o estudo do ciclo do capital para entender os elementos da economia dependente nos três momentos de funcionamento do capital para a valorização do capital de origem. O ciclo se propõe à compreensão do funcionamento do capital em sua universalidade, partindo da primeira fase de circulação com transformação do dinheiro em mercadoria destinada ao processo de produção. No segundo momento, o próprio processo de produção é apresentado. Por fim, verificamos a segunda fase de circulação, onde as mercadorias produzidas devem recuperar novamente a forma dinheiro (MARINI, 1979a, p. 1).

Marini defende esse método com vistas a não esquecermos a importância do dinheiro no processo de valorização do capital - uma das expressões do valor, e possamos desvelar as artimanhas do capitalismo dependente em face às diferenças na composição orgânica do capital da América Latina e dos países centrais.

No que diz respeito às fases do ciclo do capital, expõe Marini (MARINI, 1979a, p. 2):

la primera corresponde a la fase de circulación, que podemos llamar C<sup>1</sup>, en la que se estudia el capital que, bajo forma dinero, comparece en la circulación para adquirir, en el acto de compra, medios de producción y contratar fuerza de trabajo. La segunda corresponde a la de acumulación y producción, mediante la cual el capital reviste la forma material de medios de producción y fuerza de trabajo para, mediante un proceso de explotación, promover su circulación, C<sup>2</sup>, en la que el capital, bajo forma de mercancías que contienen el valor inicial más la plusvalía generada, entra al mercado para buscar su transformación en dinero a través del intercambio, de la venta; el dinero resultante, si el ciclo se realiza normalmente, debe representar una magnitud superior respecto al capital dinero que se acumuló (MARINI, 1979a, p. 2).

É assim que Marini, ao compreender a completude da circulação do capital, propõe condições metodológicas para analisar a particularidade do capitalismo dependente em cada fase do ciclo de valorização do capital. Vejamos aqui como a dependência criará reproduções próprias de desenvolvimento da América Latina

dentro de cada fase do ciclo.

A primeira fase do ciclo, a fase de circulação, é aquela em que o dinheiro empregado como capital se transformará em mercadorias destinadas à fase de produção, ou seja, à compra da mercadoria força de trabalho e matérias primas e meios de produção necessários (MARINI, 1979a).

Esse capital dinheiro é proveniente de três fontes: 1) o capital privado interno, ou seja, aquela produção de mais-valor originada na produção interna (mesmo que em propriedade de estrangeiros); 2) o capital público, que pode originar-se da própria distribuição de mais-valor recolhidos por impostos sobre a produção, renda etc., ou de processos diretos de exploração pelo Estado, como empresas estatais; e, por fim, 3) o capital estrangeiro (MARINI, 1979a, p. 4).

O capital estrangeiro é a mais relevante forma de capital dinheiro da primeira fase de circulação para os países dependentes. Nos termos do autor, “el origen del capital dinero que desencadena el ciclo del capital en un país dependiente, es el capital extranjero (MARINI, 1979a, p. 4).

Esse investimento estrangeiro na economia dependente se dá de duas maneiras possíveis, o investimento direto e o indireto, esclarece Marini (1979a, p. 4):

como inversión directa cuando de manera exclusiva o compartida, es decir asociada, el capitalista extranjero invierte directamente en la economía dependiente, detentando la propiedad total o parcial del capital productivo a que la inversión dio lugar y apropiándose directamente de la plusvalía total o parcial allí generada. Se presenta como inversión indirecta cuando el capital extranjero se pone a disposición de los capitalistas internos (nacionales y extranjeros), bajo la forma de préstamos o financiamientos, contratados directamente con los capitalistas receptores o con el estado, que los redistribuye a éstos o los integra a su propia inversión (MARINI, 1979a, p. 4).

Para Marini, até os anos de 1960, o investimento direto, ou seja, empresas sob propriedade do capital estrangeiro, eram a forma hegemônica de investimento estrangeiro nos países da América Latina. A partir do fim dessa década o investimento indireto de empréstimos toma o lugar principal e a remuneração pelo investimento, antes o mais-valor fruto da produção, agora:

cobra tasas de interés que se deducen de la plusvalía generada por la inversión productiva que él contribuyó a generar, sin haber asumido, sin

embargo, los riesgos de la producción y realización de esa plusvalía (MARINI, 1979a, p. 4).

Dessa maneira, o capital estrangeiro integra o capital de investimento, não devendo ser encarado como um auxílio dos países desenvolvidos aos países fragilizados, mas sim “una mera restitución de capital” em face da permanente transferência de valor dos dependentes para o centro (MARINI, 1979a, p. 4).

Complexificando essa relação, é importante destacarmos que parte do capital dito estrangeiro investido na América Latina é fruto da produção de valor dos próprios países periféricos, já que os lucros auferidos pelos capitalistas em empresas estrangeiras situadas em território latino-americano, quando reinvestidos, são considerados capital estrangeiro: “se reinveste en el próprio país donde se generó, el capital productivo de allí resultante es contabilizado como capital extranjero” (MARINI, 1979a, p. 5).

A fase de circulação, dessa maneira, é extremamente atrelada à conjuntura internacional de investimento, conforme Marini (1979a, p. 5):

[...] desde el punto del ciclo del capital, observamos que en su primera fase de circulación - de la que depende el proceso de acumulación - actúa un factor externo a la economía dependiente, un factor que se encuentra totalmente fuera de su control: el capital extranjero y que sin embargo, el hecho de que se incorpore a esa fase de circulación, lo internaliza, por así decirlo, lo constituye en factor directo del ciclo de capital de esa economía.

Os meios de produção, força de trabalho e matérias primas têm origens distintas. Enquanto a força de trabalho é composta por trabalhadores nacionais, no caso das máquinas, matérias primas e ferramentas por vezes verificamos a presença estrangeira, “parte de esos medios de producción tiene un origen interno: la tierra, los materiales de construcción, la mayor parte de las materias primas, parte de los equipos. La otra parte viene del exterior” (MARINI, 1979a, p. 5).

É assim que parte do capital estrangeiro investido é rapidamente devolvido ao exterior na compra de tecnologia produzida apenas pelo capitalismo central (MARINI, 1979a, p. 5).

A economia dependente tem como característica interna a aquisição de meios de produção no mercado mundial. É assim que, ao contrário do

desenvolvimento da industrialização nos países centrais (com produção inicial de bens de consumo e produção de bens de capital na sequência), no caso da economia dependente verificamos um prolongamento da fase de consumo em decorrência da oferta internacional de bens de capital (MARINI, 1979a, p. 6). Esse processo tem consequências ainda mais desastrosas na dependência de produção tecnológica cristalizada na América Latina:

[...] esa indústria manufacturera es dependiente, no sólo materialmente, en lo que se refiere a los equipos y máquinas en tanto que medios materiales de producción, sino que tecnológicamente, es decir, en tanto que debe importar también el conocimiento para operar esos medios de producción y, eventualmente, fabricarlos. Esto incide, a su vez, en la relación financiera con el exterior, dando lugar a los pagos por concepto de regalías o asistencia técnica, que constituyen otros tantos factores de transferencia de plusvalía, de descapitalización (MARINI, 1979a, p. 6).

Com investimento de capital estrangeiro e bens de capital sempre importados, presenciamos na América Latina em relação ao capitalismo central uma dupla dependência na primeira fase do ciclo dependente (MARINI, 1979a, p. 6). A dupla articulação fortalece a dependência e determina a produção de conhecimento no centro.

Já na segunda fase do ciclo do capital as formas de investimento não estão sob análise:

nos encontramos simplemente con elementos materiales, constituidos por las materias primas, los equipos y máquinas, las instalaciones, sobre las cuales ejerce su capacidad de creación de nuevos valores de uso y de nuevos valores la fuerza de trabajo (MARINI, 1979a, p. 6-7).

Contudo, a segunda fase do ciclo, ou seja, a fase de produção, é condicionada pela fase anterior.

Tendo em vista a posse de mais tecnologia pelos países centrais em relação aos dependentes, a tendência observada por Marini é a associação do capital internacional com o capital local.

Já que a tecnologia sob o capitalismo é um instrumento de extrair mais-valor extraordinário, como estudaremos no capítulo seguinte, ela é capaz de diminuir o valor das mercadorias produzidas na indústria em que é aplicada.

O incremento tecnológico de determinado capitalista em seu ramo produtivo,

ou ainda de um país em relação a outro país, faz diferença na imposição dos preços de suas mercadorias no mercado. É a diferença na composição orgânica dos capitais, como veremos no capítulo a seguir, que consegue não repassar o barateamento das mercadorias desenvolvidas com alta tecnologia para os preços no mercado.

Assim, quando determinado capitalista tem a possibilidade de pelo desenvolvimento tecnológico ter maior produtividade, ou seja, produzir mais valores de uso no mesmo tempo, ele consegue reduzir o valor de cada mercadoria. O mais-valor extraordinário, contudo, é a possibilidade que o capitalista tem de, mesmo em face de sua mercadoria ser mais barata, continuar vendendo pelo preço médio do mercado, não repassando esse barateamento fruto de uma produtividade pioneira. Como podemos perceber, esse mais-valor extraordinário existirá até que a tecnologia descoberta seja socializada com os outros concorrentes.

Como os capitais centrais com mais desenvolvimento tecnológico investem nos países dependentes, essa lógica obstaculiza os capitais destes a conseguir competir com a concorrência tecnológica dos países centrais, que já possuem uma composição orgânica de capitais superior (MARINI, 1979a, p. 6). Assim, a indústria dos países dependentes não consegue o mesmo processo de busca de mais-valor extraordinário que os países centrais, que já possuem o monopólio da tecnologia. Temos, portanto, nos países dependentes, um padrão particular de reprodução do capital.

O mais valor extraordinário não depende apenas da concorrência tecnológica, mas provoca o aumento da taxa de lucro por aumento da massa de valor gerada pela maior produtividade. Com maior intensidade gerada pela produtividade e a redução da participação dos salários na massa de valor criada, mesmo que os salários permaneçam iguais, temos necessariamente uma elevação do grau de exploração (MARINI, 1979b, p. 7).

O desenvolvimento tecnológico dos países dependentes concentra-se em ilhas, poucos pedaços de terra. Ao contrário de uma industrialização orgânica onde todos os ramos de produção logram aumento de produtividade com incremento tecnológico e se relacionam um com o outro, no caso da América Latina, verificamos um número restrito de polos de alta tecnologia, ilhados em ramos de produção com tecnologia menos complexa e superexploração da força de trabalho.

Dessa maneira, é possível existir na América Latina polos de alta tecnologia

que se comparam à produção capitalista central. Contudo, tais “ilhas” não fazem parte de um desenvolvimento conjunto de toda a economia do determinado país, mas destoam do eixo produtivo prioritário.

A existência de ilhas de desenvolvimento tecnológico, por sua vez, levam os demais capitalistas sem tecnologia à superexplorar a força de trabalho como alternativa de compensação na concorrência com os polos tecnológicos. Nessa esteira o desenvolvimento tecnológico dependente disponível à América Latina significa para o conjunto de trabalhadores maior intensidade do trabalho, altas jornadas e baixos salários.

Outra possibilidade de controle produtivo dos países centrais por conta da superioridade tecnológica é vender suas mercadorias barateadas pelo custo de produção das mesmas. Fazendo isso é possível quebrar as empresas nacionais menores, que não poderiam competir no mercado com preços tão baixos. Essa postura conduz a uma monopolização precoce dos ramos industriais, sempre sob o controle do capitalismo central (MARINI, 1979a, p. 8).

Com a concentração de capital e o mais-valor extraordinário do centro “[...] esas empresas medias y pequeñas tratarán de recomponer su cuota de ganancia a través de la elevación de la cuota de plusvalía [...] extraer más trabajo no remunerado de sus obreiros” (MARINI, 1979a, p. 8).

Dessa maneira, é novamente observável como o desenvolvimento tecnológico ilhado, fragmentado<sup>15</sup> dos países latino-americanos apenas reforça a superexploração da força de trabalho nesses países, nesse caso utilizado pelas empresas menores para competir com as empresas com alta tecnologia estrangeira importada.

Essa superexploração da força de trabalho pelas empresas menores, como compensação por não possuírem a mesma produtividade dos monopólios, acaba ainda por favorecer uma vez mais as empresas com alta tecnologia, já que, como o pagamento dos salários é feito através de uma média do valor dos salários no mercado, para Marini, o pagamento abaixo do valor de reprodução pelas empresas menores rebaixa o preço da força de trabalho no mercado, aumentando os lucros também das empresas monopolistas (MARINI, 1979a, p. 8):

---

<sup>15</sup> Exemplos de Ilhas de desenvolvimento tecnológico é o investimento de alta tecnologia na extração de petróleo brasileiro, ou no setor de hidroelétricas, discrepante com a realidade da produção e utilização de tecnologia nos demais ramos produtivos.

[...] la superexplotación acaba, a larga, favoreciendo a los capitales monopólicos, puesto que allí también se emplea fuerza de trabajo cuyo nivel de remuneración obedece, en líneas generales, al nivel médio fijado en las empresas que trabajan en condiciones medias.

Essa redução das massas de salários pagos tem reflexos ainda maiores na redução dos custos de produção, pois o trabalho também aparece na feitura de matérias primas e demais insumos industriais utilizados pelas empresas monopolistas, o barateamento implica todos os fatores de produção (MARINI, 1979a, p. 8).

A utilização de tecnologia importada nos países da América Latina intensifica a superexploração da força de trabalho na medida em que contribui para a manutenção e aumento do exército industrial de reserva, ou seja, como relatamos em Marx no capítulo primeiro, a tecnologia retira cada vez mais trabalhadores da produção, reduzindo o valor geral da força de trabalho no mercado pelo aumento da concorrência entre os trabalhadores. Ademais, ao intensificar o trabalho dos trabalhadores já empregados, reduz-se a contratação de trabalhadores empregados. O desemprego, ou ainda, um desemprego mitigado em trabalhos precários, é uma realidade dos países dependentes e, junto a políticas de Estado, no mesmo sentido diminuem o poder de reivindicação por melhores salários dos trabalhadores dos países dependentes (MARINI, 1979a, p. 8-9).

Por fim, uma característica relevante da produção nas economias dependentes é a estratégia adotada pelo capital externo de fugir das barreiras alfandegárias impostas pelos países dependentes, começando a produzir dentro dos próprios países (MARINI, 1979a, p. 9):

[...] sí en determinado país las barreras aduanales de ingreso de automóviles son muy altas, esto encarece el precio de los mismos e impide que se expanda su consumo. El capital extranjero sortea ese obstáculo pensando a producir en el interior de la economía en cuestión y beneficiándose, incluso, de las tantas proteccionistas impuestas [...].

A produção dependente se relaciona novamente com o terceiro momento da produção: a realização, ou, a venda das mercadorias produzidas no mercado, retornando a forma dinheiro para o capitalista que iniciou o processo.

A terceira fase desse ciclo do capital é chamada por Marini de segunda fase

da circulação, vez que as mercadorias produzidas estão no mercado para serem consumidas.

Os bens são divididos em bens de consumo necessário, como esmiuçamos no capítulo anterior, matérias primas e bens de capital (ou seja, maquinaria e ferramentas). Relembramos de antemão que no caso dos países dependentes, em face da oferta externa de bens de capital pelos países centrais, a produção de bens de capital encontra-se limitada. As economias, em determinado período de desenvolvimento, passam de produtoras de bens de consumo para produtoras de bens de capital. Contudo, diante da importação de bens de capital dos países centrais pelos países dependentes, verificamos a característica de “prolongamento” da produção de bens de consumo nas economias dependentes, que tem a estrutura de produção de bens de consumo com duração superior, e dificilmente produzem bens de capital (MARINI, 1979a, p. 10).

O que vamos verificar de essencial no que se refere à realização das mercadorias produzidas na fase anterior se relaciona sobremaneira com a superexploração da força de trabalho, pilar da extração de mais-valor na América Latina. Diante da redução da capacidade de consumo decorrente da superexploração com baixos salários, o consumo dos trabalhadores dos países dependentes encontra-se limitado (MARINI, 1979a, p. 10).

Além da restrição de consumo da classe trabalhadora dependente é de se observar que parte dos lucros produzidos pela exploração da força de trabalho nesses países também não é utilizado para comprar mercadorias produzidas nos dependentes, tendo em vista que a característica internacional da divisão do trabalho entre países centrais e dependentes é pautada pelas trocas desiguais e constantes transferências de valor aos países centrais. Dessa maneira, a transferência de valor é mais uma forma de restrição de mercado interno para os países latino-americanos. Assim, “la masa de plusvalía generada no se queda íntegra en el país sino que parte se transfiere al exterior, lo que reduce el mercado” (MARINI, 1979a, p. 10).

Os lucros que permanecem nos países são divididos entre o que será reinvestido e os gastos improdutivos das classes altas e médias (MARINI, 1979a, p. 11).

A superexploração da força de trabalho, concentradora de capital, tendo em vista os baixos salários, favorece a uma distribuição de investimentos

absolutamente concentrados:

[...] superexplotación del trabajo corresponde a la elevación de la cuota de plusvalía; es normal, por tanto, que la parte relativa a la plusvalía no acumulada aumente en detrimento de la que se refiere al capital variable. En esto reside la razón de la estructura de distribución del ingreso altamente concentrada que encontramos en la economía dependiente (...) (MARINI, 1979a, p. 10).

A estrutura de realização da América Latina visivelmente se orienta à impossibilidade de mercado interno forte, com consumo de mercadorias produzidas com mais produtividade e que atinjam a cesta dos trabalhadores. Sendo assim, a alternativa encontrada pelo capital para escapar da impossibilidade de realização pela superexploração da força de trabalho é o direcionamento da produção para a exportação, ou seja, para o mercado externo com salários maiores.

Marini esclarece que para analisar o capital total, Marx abandona o capital individual (reprodução simples) e parte para a reprodução ampliada onde o mais-valor não é todo consumido (MARINI, 1979b, p. 2). Assim, Marx propõe um esquema com a mesma duração e intensidade como modelo, que na história e vida concreta tem mais variações (MARINI, 1979b, p. 4). Nessa medida, na reprodução ampliada é destacada e pode ser analisada a contradição entre valor e valor de uso (MARINI, 1979b, p. 5), exatamente o que Marini propõe aqui.

É dessa forma que na economia dependente o consumo das massas é separado da produção de bens dos seus países: “a segunda fase de circulación contribuye a orientar la producción en el sentido de que separe aún más de las necesidades de consumo de las masas” (MARINI, 1979a, p. 10).

Diante do exposto, percebemos o fechamento do ciclo internacional do capital na medida em que são novamente os países centrais aqueles capazes de consumir com baixos preços no lugar dos países dependentes, que dirigem sua produção de industrializados e matérias primas à exportação. Assim, nos países dependentes cria-se um divórcio entre o que se produz e o que sua classe trabalhadora pode consumir (MARINI, 2011a).

As possibilidades de desenvolvimento da América Latina encontram-se sobremaneira determinadas pelo ciclo dependente e indicam o subdesenvolvimento como o estado de coisas possível para os países dependentes.

Essa dependência, expressa nos três momentos no ciclo, tem implicações

severas no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico e imposição de tecnologia externa dentro da América Latina. Esse é o objeto sobre o qual nos debruçaremos no capítulo seguinte.

### 3.3 Superexploração e acumulação de capital na economia dependente

O processo de dependência do capitalismo central pelos países da América Latina conta ainda com as artimanhas da globalização.

Os elementos estruturais desse processo são: a majorada dimensão de humanos envolvidos no desenvolvimento do capital, a relevante aceleração do tempo histórico com rápidas mudanças facilitadas pela urbanização, uma capacidade produtiva sem parâmetros e o aumento da velocidade de circulação de mercadorias, transmissão de conhecimentos, uniformização de comportamentos e formas de pensar (MARINI, 2008b, p. 248-250).

Em um diagnóstico do atraso dos países da América Latina, este processo teve início com a difusão da indústria nos anos cinquenta, que permitiu a maior disponibilidade de divisas com maior margem na balança comercial dos países. Este movimento está associado à necessidade de exportação de tecnologia obsoleta pelos países centrais. Tal necessidade adveio da aceleração das inovações tecnológicas fruto da busca por mais-valor extraordinário e da consequente possibilidade de encontrar uma sobrevida para bens já amortizados, seguidas pela proteção tarifária, cotas de importação e facilidades propostas pelos países dependentes com vistas a atrair capital estrangeiro (MARINI, 2008b, p. 251).

A dependente indústria não tardou a incluir novas dificuldades. O desenvolvimento tecnológico dependente depara-se com uma heterogeneidade entre os setores de produção nacionais e os setores de capital estrangeiro, que estiveram dirigidos à produção de bens de luxo e bens de capital, e através das trocas por preços de produção concentraram ainda mais a economia (MARINI, 2008b, p. 251). Assim, o mais-valor só é concentrado e não se direciona ao setor produtivo. A geração de mais valores de uso com bens de luxo ganha importância e se hipertrofia (MARINI, 1979b, p. 12, 16).

Com o restrito mercado nacional, as transferências de valor e maturação dos investimentos estrangeiros, não se materializou viável o reinvestimento dos lucros auferidos pelo capital internacional no mercado nacional. Assim, os lucros

provenientes dos investimentos internacionais foram novamente transferidos ao capitalismo central (MARINI, 2008b, p. 251).

A tentativa dos governos da América Latina em restringir a transferência de capitais por remessa de lucro, somada à preponderância de bens de consumo suntuosos, superexploração da força de trabalho e concentração de capital, construíram uma crise econômica que teve como solução a ampliada abertura dos mercados latino-americanos aos capitais estrangeiros. A opção pelo aumento do capital estrangeiro apenas ampliou a contradição de origem (MARINI, 2008b, p. 252).

Contudo, esse período a partir dos anos de 1950 no Brasil, coincidiu com um movimento global de protecionismo que vinha de encontro à quantidade de capital para investimento, ao aumento dos salários fruto do desenvolvimento das forças produtivas e a tendência à expansão dos mercados (MARINI, 2008b, p. 252).

A grande concentração de capital potencializada nos remete a um movimento interessante. Concentrando a produção em grandes unidades econômicas a concorrência entre os capitais é estimulada e a tecnologia sente as consequências desse processo:

[...] la crisis ha dado lugar a una *centralización* salvaje, con la que se están formando las masas de recursos requeridas para promover el desarrollo de las nuevas tecnologías y mejorar así las condiciones de competitividad (MARINI, 2008b, p. 254).

Contudo, mais uma vez esse movimento se dá nos marcos da dependência da América Latina para com os países centrais. A revolução tecnológica, fruto da concentração e centralização dos capitais, teve como território de realização os países centrais, para onde as remessas de lucro foram destinadas desde o princípio (MARINI, 2008b, p. 254).

Em face da realocação da produção industrial dos países centrais em direção à periferia do mundo, o centro passou a contar ao mesmo tempo com desenvolvimento e desemprego. Como estratégia, os países centrais se adiantaram em enfraquecer os sindicatos e utilizar a terceirização em larga escala. A flexibilização do trabalho contou com modificações nos postos de trabalho, salários, jornadas e intensidade, submetendo os trabalhadores a uma maior hierarquização decorrente da qualificação requisitada (MARINI, 2008b, p. 256-257).

A partir da década de 1970, a necessidade da qualificação no processo de produção veio junto ao desenvolvimento tecnológico do modelo central. Enquanto o trabalho menos qualificado se move aos países com salários reduzidos:

[...] el proceso de difusión mundial de la industria manufacturera es incontenible e irreversible, y, con vistas a obtener mayores ganancias, abre amplio campo para el desplazamiento de la producción manufacturera a los países que presentan tasas salariales inferiores, lo que representaría una de las causas determinantes de la reducción de la oferta de trabajo en Estados Unidos (MARINI, 2008b, p. 258).

Dessa maneira, verificamos o aparecimento de uma força de trabalho mais globalizada, um “ejército industrial globalizado, en proceso de constitución, en función del grado de educación, cultura y calificación productiva de cada uno” (MARINI, 2008b, p. 259).

Mesmo em face dessas transformações, os países centrais contam com duas possibilidades que reproduzem a dependência: a superioridade técnica em matéria de pesquisa e desenvolvimento e o controle da difusão da indústria nos países dependentes.

No que se refere à pesquisa em tecnologia, a inovação tecnológica é garantida pelo alto grau de investimento nas áreas de criação, construindo-se um monopólio de produção de tecnologia na economia dos países centrais. A inovação, “uma atividade que ocorreu em todas as sociedades - o emprego do conhecimento para aumentar a produtividade do processo de trabalho - passa a ser orientada para uma finalidade adicional, a de aumentar o lucro” (DAGNINO, 2008, p.52).

As inovações que tendem a intensificar o ritmo de produção, diminuir os postos de trabalho e comprimir os salários são galgadas pelo capitalismo central em busca de mais-valor extraordinário (DAGNINO, 2008, p.52). O empresário central preocupa-se no mercado interno com a hierarquização, separação de tarefas, concepção da mercadoria, impedimento da imitação, tecnologias de organização do trabalho e cadência das operações, enquanto no mercado externo se preocupa com a criação de novos produtos (DAGNINO, 2008, p.52-53).

Os capitalistas latino-americanos, entretanto, são reconhecidos como atrasados, rentistas, escravocratas e irracionais, faltando-os consciência acerca do desenvolvimento tecnológico e da inovação para o aumento da produtividade e lucratividade (DAGNINO, 2008, p.53).

Desconstruindo a crítica eurocêntrica quanto ao caminho do desenvolvimento latino-americano e, portanto, dos empresários latino-americanos, Renato Dagnino esclarece que “nossos empresários são racionais muito modernos, e por isso não inovam” (DAGNINO, 2008, p. 53). Conforme o autor, a condição dependente da América Latina determina a pouca demanda por conhecimento científico e tecnológico (DAGNINO, 2008, p.54). A explicação externa para o autor é que “nosso contexto periférico favorece as opções de roubo, cópia e compra de tecnologia”, bem como, internamente “a órbita da circulação se baseia na ideia de que a regressividade de nossa distribuição de renda tinha também um papel essencial” (DAGNINO, 2008, p.54). Para o autor, a prevalência do mais-valor absoluto em relação ao mais-valor relativo na América Latina prescinde a inovação:

nosso capitalismo periférico teria também engendrado uma forma distinta de produzir mercadorias especificamente periféricas. Uma forma que não se apóia na maximização do lucro pela via da extração de mais-valia relativa que a introdução da tecnologia no processo de produção das empresas dos países de capitalismo avançado propicia aos empresários, proprietários dos meios de produção. Uma forma que, repercutindo no nível da infra-estrutura econômico-produtiva o que a superestrutura da formação econômico-social do capitalismo periférico facultava, se traduz num modo característico de maximização do lucro pela via da extração da mais-valia (que possui características de mais-valia absoluta) que, como se aclara em seguida, prescinde de inovação (DAGNINO, 2008, p. 55).

A produção de conhecimento científico esbarra na mesma estrutura dependente, ao passo que a investigação tecnológica se encontra significativamente limitada. O modelo de transferência de tecnologia do centro para os países dependentes tem dificuldades no processo de adaptação dessas tecnologias, também devido a um enorme desconhecimento das características particulares dos países dependentes, que por ausência de pesquisa e financiamento público não se desenvolvem (HERRERA, 1968, p. 39-40):

no existe practicamente investigación tecnológica al nivel de las empresas. La mayor parte de las industrias latino-americanas se estableció en base a la transferencia de técnicas provenientes de los países más desarrollados, sin que se realizara el mínimo de investigación tecnológica necesario para adaptarla a las condiciones locales. Los institutos tecnológicos de la región, financiados en su mayor parte por los Estados, no amplían, en general, sus actividades al asesoramiento de las industrias existentes para la solución de los problemas de rutina (HERRERA, 1968, p. 40).

Para Herrera, ao contrário de Marini e da tese defendida nessa pesquisa, é possível utilizar a tecnologia dos países desenvolvidos para “avançar” o desenvolvimento da indústria latino-americana. Contudo, o autor advoga que “el traspaso eficiente de tecnologías sólo se puede efectuar sí el país recipiente ha alcanzado también un alto grado de desarrollo científico” (HERRERA, 1968, p. 49). Assim, apenas a pesquisa científica em tecnologia pode impedir que a utilização de tecnologia dos países centrais signifique estancamento econômico e social para os dependentes:

[...] la falta de investigación fundamental suficiente amplia en un país, es un medio seguro de lograr que sus procesos industriales se vuelvan eventualmente obsoletos” [citando A. King]. La conclusión evidente es que solamente investigadores científicos y tecnológicos en actividad, pueden hacer que el proceso de transferencia y adaptación de tecnologías desarrolladas en los países adelantados no se convierta en un factor más de estancamiento económico y social (HERRERA, 1968, p. 50).

Para além do capital para a inovação, produção científica<sup>16</sup> e existência de mercados fortes para o consumo, a venda de tecnologia e pacotes obsoletos para os países dependentes, a dependência tecnológica se manifesta na medida em que os países centrais gozam da possibilidade de controle das transferências de atividades industriais aos países dependentes. A orientação é a transferência de indústrias menos intensivas em conhecimento e a dispersão dessas etapas menos complexas em diferentes países:

[...] el control que ejercen en la transferencia de actividades industriales a los países más atrasados , tanto por su capacidad tecnológica como inversión, control que actúa de dos maneras: una, transfiriendo prioritariamente a los más atrasados industrias menos intensivas en conocimiento; dos, dispersando entre diferentes nacionales las etapas de la producción de mercancías (MARINI, 2008b, p. 259).

Dessa maneira, os países centrais “impiden el surgimiento de economías nacionales integradas” nos países dependentes, que, embora industrializados,

---

<sup>16</sup> Para Theontônio dos Santos “[...] la liberación de tiempo de trabajo que supone los avances de la automatización, supone también la posibilidad de desarrollo de un muy amplio número de personas dedicadas a las actividades del conocimiento en general, por lo tanto, se apoya necesariamente en la democratización del conocimiento” (SANTOS, 1973, p. 107).

inicialmente não contam com o desenvolvimento de todos os elos da cadeia produtiva. De modo oposto, conforme aumenta a produtividade geral do trabalho no centro novamente a demanda por matérias primas dos países dependentes se vê aumentada. Verifica-se um regresso dos países dependentes à priorização do setor agrário, com reprimarização da economia dependente (MARINI, 2008b, p. 259-260).

O restabelecimento dessa extrema estrutura tem como consequência desníveis significativos no campo do saber e da capacitação técnica da força de trabalho, onde os países dependentes têm enorme carência de conhecimento e pesquisa em relação à tecnologia de ponta do capitalismo central (MARINI, 2008b, p. 259-260).

Marini aponta o acontecimento de uma verdadeira revolução tecnológica no centro do capitalismo a partir de 1970, de modo que uma difusão mundial da indústria (sempre nos marcos da dependência) provocou uma reestruturação produtiva das relações de produção econômicas (MARINI, 2008b, p. 261), uma reconfiguração intercapitalista.

A reestruturação contou com o que Marini chamou de comércio intrafirmas, ou a fragmentação da produção de uma mercadoria entre diversas empresas distintas e separadas geograficamente. Ademais, a relação com empresas terceirizadas também esteve no centro desse processo (MARINI, 2008b, p. 262).

Como contradição desse movimento histórico do capital, métodos e maquinaria alcançaram espaço em todo o mundo:

[...] la moderna tecnología imprime un alto grado de estandarización a la producción de partes y componentes, lo que supone la difusión en gran escala de equipos y métodos de producción, así como el uso de insumos de calidad comparable. En otros términos, la producción mundial se caracteriza hoy por una creciente *homogeneización* en materia de capital constante fijo y circulante. Ésta es su marca distintiva en relación con el proceso de internacionalización del capital industrial que se verificó después de la posguerra y se extendió hasta la década de 1970 (MARINI, 2008b, p. 262).

As transformações contemporâneas nos servem para compreender o movimento de trocas pela lei do valor a que são submetidos os países dependentes pelos países centrais. Marx, ao esclarecer as trocas por preços de produção entre capitais com composição orgânica distintas, como vimos anteriormente, o fez nos

marcos da teoria do valor. As trocas por preços de produção são parte da teoria do valor, que encarada como uma teoria social permanece construindo contradições iminentes ao seu funcionamento.

Nessa esteira, Marini esclarece o movimento atual de supressão de barreiras que fragmentavam os mercados mundiais, agora globalizados. Soma-se a difusão tecnológica nesse mercado globalizado, como elementos de um gradual retorno às trocas por tempo de trabalho socialmente necessário (construído por uma produtividade e intensidade média do trabalho), ou seja, ao modelo inicial de trocas que nos detivemos no capítulo primeiro deste trabalho. Relata o autor:

una vez puesto en marcha ese proceso de supresión de las barreras que fragmentaban el mercado mundial y ponían obstáculos al flujo de la reproducción de capital, se abrió una nueva fase en la producción-circulación de mercancías, caracterizada por la tendencia al pleno restablecimiento de la ley del valor (MARINI, 2008b, p. 262).

Diferente da economia nacional, onde o mais-valor extraordinário é transitório em face da facilidade de nivelamento do tempo médio de produção pela conquista da mesma tecnologia, no mercado mundial, ao contrário, a dificuldade de informação sobre os processos produtivos e transferências de tecnologia, bem como a diferença de qualificação dos obreiros, permite trocas por valores distintos (MARINI, 2008b, p. 265).

Nesse novo período, como veremos no capítulo seguinte, a busca do mais valor-extraordinário segue intensa devido à dissolução progressiva das fronteiras, incremento da produção e aumento da concorrência entre os capitais (MARINI, 2008b, p. 265).

Para Marini, observa-se uma maior dificuldade na permanência de monopólios tecnológicos (embora ainda mais fáceis que no mercado interno de uma nação) diante da crescente concorrência. As formas flexibilizadas como o *just-in-time*, métodos de gestão flexíveis e a terceirização são necessidade que caminham junto com a transferência de tecnologia no mercado global. Temos como consequência a direção de “homogeneizar los procesos productivos ya igualar la productividad del trabajo y, por consiguiente, su intensidad” (MARINI, 2008b, p. 266).

Marini percebe o movimento do capitalismo dependente equilibrando os valores e suprimindo as diferenças nacionais (MARINI, 2008b, p. 266). Embora

mesmo com a maior homogeneidade do processo produtivo no âmbito internacional, a permanência da dependência sofisticada-se na divisão da produção tecnológica em etapas mais complexas no centro e menos complexas na periferia.

No entanto, de modo algum a globalização do mercado afeta a estrutura de trocas desiguais que explicamos anteriormente. A dependência dos países da América Latina em relação ao centro segue vigente, na medida em que, mesmo com mais tecnologia, os bens produzidos nos países dependentes se direcionam ao mercado de exportação e não são consumidos para baratear a cesta dos trabalhadores da periferia, com vistas a reduzir seu tempo de trabalho necessário<sup>17</sup>. Assim, consolida-se a superexploração da força de trabalho com baixos salários e mercados fragilizados, bem como uma produtividade inferior à do capitalismo central e concentrada nos setores menos complexos. Para Marini cristalizam-se as permanências:

[...] su calificación [do trabalhador] y destreza varían de nación a nación, su intensidad media se eleva a medida que se vale de tecnología superior, sin que necesariamente esto se traduzca en reducción significativa de las diferencias salariales nacionales (MARINI, 2008b, p. 267).

A superexploração da força de trabalho para Marini é tão significativa neste modelo avançado que se inclui na tendência geral capitalista de exclusão de força de trabalho pelo desenvolvimento tecnológico e “se generaliza en todo el sistema, incluso los centros avanzados” (MARINI, 2008b, p. 267).

Novamente no caso dos países dependentes, a possível retomada da divisão internacional do trabalho com a dependência da produção de matéria-prima a preços reduzidos encontra-se nos objetivos do modelo capitalista dependente:

---

<sup>17</sup> FHC e Serra sobre a teoria do valor relatam a impossibilidade de existência de um tempo de trabalho necessário geral, tendo em vista a tendência à imobilidade da força de trabalho no mundo, que cristalizaria seu valor de modo diverso em diversas regiões (CARDOSO; SERRA, 1978, p. 49). Para Marini, os autores confundem o conceito de tempo de trabalho necessário, que para Marini e Marx não se relaciona com a circulação, mas com a produção. Nessa medida a diminuição do tempo de trabalho necessário deve depender do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, já que, tratamos aqui de produção de valor. A mobilidade ou imobilidade da força de trabalho em questão, alegada por FHC e Serra, se relaciona com o preço da força de trabalho e não com seu valor (MARINI, 2008a, p. 175). Ainda no que tange a esse debate, é curioso o equívoco dos autores na medida em que embora exista menor mobilidade da força de trabalho no mundo, o capital transnacional é completamente móvel.

la amenaza de desindustrialización que se cierne sobre la región, los rezagos que presenta el sistema educacional, y la insuficiencia de las políticas, científicas y tecnológicas, aunados a la falta de políticas centradas en el desarrollo económico, ponen a América Latina en la antesala de una situación caracterizada por la exclusión de amplios contingentes poblacionales respecto a las actividades productivas, por la degradación del trabajo y el deterioro de los patrones salariales y de consumo (MARINI, 2008b, p. 269-270).

Há que se levar em conta também que o aumento do uso da maquinaria em países em que a superexploração é crônica e tende a se agravar por aumentar a intensidade, e mesmo elevar, a jornada de trabalho.

## 4 O PROBLEMA DA TECNOLOGIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Após compreendermos as formas particulares de desenvolvimento do padrão de reprodução dependente dos países da América Latina, priorizando as relações com a tecnologia, cumpre neste capítulo aprofundarmos o papel figurado pela tecnologia na relação dos países dependentes com os países de capitalismo central.

### 4.1 O mais-valor extraordinário e a particularidade do capitalismo

Antes de entrarmos propriamente na figura da tecnologia dentro do capitalismo dependente, é necessário firmar a análise do capitalismo nos países da América Latina, intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento tecnológico do capitalismo central. Estamos aqui tratando de um só desenvolvimento internacional do capital, com papéis específicos para cada região do globo. Esse movimento é verificado por Marx na estrutura de divisão internacional do trabalho, que já coloca o desenvolvimento tecnológico do centro como determinante para a condição de produtores de matérias-primas dos países periféricos: “[...] o barateamento dos produtos feitos à máquina e os sistemas revolucionados de transporte e de comunicação são armas para a conquista de mercados estrangeiros” (MARX, 2014, p. 523). Conforme Marx, “ao arruinar o produto artesanal desses mercados, a indústria mecanizada os transforma compulsoriamente em campos de produção de sua matéria-prima” e transforma os países periféricos em “celeiros de matérias-primas para a metrópole” (MARX, 2014, p. 523).

O desenvolvimento tecnológico do centro se fundamenta no mais-valor extraordinário pelo desenvolvimento tecnológico. Como vimos no primeiro capítulo desta investigação, combinado com os demais elementos, quando a regulação jurídica começa a limitar a extração do mais-valor absoluto e sua extensão da jornada de trabalho, a opção dos capitalistas passa a ser a redução dos salários com a redução do tempo de trabalho necessário através do barateamento dos bens de consumo pelo aumento da produtividade. O aumento da produtividade, por sua vez, foi possível nos países centrais através do incremento tecnológico e da produção de matérias primas baratas na periferia do mundo.

Contudo, a revolução industrial popularizou a extração do mais-valor extraordinário, já que esse é decorrente da diminuição do custo da mercadoria produzida principalmente pelo incremento tecnológico adotado com exclusividade por um dos capitalistas em determinado ramo de produção. Esse processo de incremento tecnológico inicial foi relevante para a acumulação do centro:

esse período inicial, em que a máquina conquista pela primeira vez seu campo de ação, é de importância decisiva devido aos extraordinários lucros que ajuda a produzir. Estes não só, constituem por si mesmos uma fonte de acumulação acelerada, como atraem à esfera favorecida da produção grande parte do capital adicional que se forma constantemente e buscam novas aplicações. As vantagens particulares do período inicial, caracterizado por um avanço impetuoso, repetem-se constantemente nos ramos de produção em que a maquinaria é introduzida pela primeira vez (MARX, 2014, p. 522).

O mais-valor extraordinário é, dessa maneira, a principal estratégia de acumulação dos países capitalistas centrais, que tiveram possibilidade de incremento tecnológico pioneiro, mesmo que esse mais-valor extraordinário siga combinado com as outras formas de extração.

Quando um capitalista adquire determinada maquinaria antes que seus concorrentes, e essa maquinaria é capaz de aumentar a produtividade de sua produção, o capitalista detentor da máquina consegue reduzir seu custo de produção por conta da maior produtividade. Por exemplo, enquanto um ramo de produção com uma máquina padrão produz dez camisas em um minuto, a suposta nova máquina permitiria que o industrial pudesse, hipoteticamente, fabricar doze camisas em um minuto. Dessa maneira, as camisas do industrial que produz mais por minuto tem o valor depreciado em relação às camisas dos capitalistas que não possuem a nova tecnologia.

O que acontece nesse processo é que o capitalista com maior produtividade e mercadorias com menor valor continua vendendo suas camisas pelo mesmo preço que os outros capitalistas desse ramo de produção, ou seja, por um preço médio de camisas no mercado. O capitalista com tecnologia nova, em vez de baratear sua mercadoria, objetiva vendê-la pelo mesmo preço e se apossar da diferença entre seu custo diminuído e o valor que pode conseguir vendendo pela média no mercado.

Essa diferença entre o valor e o preço, não repassada ao mercado, só é

possível enquanto o capitalista permanece com uma maquinaria mais avançada que a dos outros concorrentes. No momento que essa tecnologia se difunde, todos atingem a mesma produtividade e custo de produção, não existindo mais diferença de barateamento para o capitalista pioneiro.

É assim que o mais-valor extraordinário se fundamenta, na busca constante do capitalista industrial em deter a tecnologia mais produtiva na frente de seus concorrentes, podendo baratear sua mercadoria, vender pelo preço médio de mercado e acumular a diferença, ou seja, o mais-valor extraordinário.

A obra “O Capital” esclarece a possibilidade de determinada mercadoria ficar abaixo de seu valor social, ou seja, custar menos que a média dos mesmos artigos produzidos em condições sociais médias. Nesse caso, observa-se que “o verdadeiro valor da mercadoria não é seu valor individual, mas sim seu valor social” (MARX, 2014, p. 391).

O capitalista que consegue baratear sua mercadoria pela produtividade (colocá-la abaixo do valor social médio), faz a venda da mercadoria pelo mesmo preço que seus concorrentes, de modo que vende mais produtos no mercado. Vende mais produtos porque o preço é o mesmo, mas a quantidade de mercadorias produzidas é maior pelo aumento da produtividade. O capitalista que não tem a tecnologia mais produtiva vende menos. Dessa maneira, o capitalista mais produtivo com mercadorias barateadas e vendendo no preço médio precisa agora de um mercado maior.

Com condições iguais, diante do maior número de mercadorias no mesmo mercado, só resta ao capitalista que detém maior produtividade vender suas mercadorias a preços inferiores: “por isso ele as venderá acima de seu valor individual, mas abaixo de seu valor social”, obtendo ainda um mais-valor extra (MARX, 2014, 392).

A elevação do mais-valor, mesmo que de modo particular, incentiva os capitalistas individuais a baratarem suas mercadorias pelo aumento da força produtiva do trabalho.

Entretanto, esse mais-valor individual que o capitalista consegue primeiro que seus concorrentes desaparece no momento em que o novo modo de produção é generalizado, já que não existe mais diferença entre o valor individual anteriormente menor (e agora igual em face de uma socialização da técnica) e seu valor social (MARX, 2014, p. 393). Para Marx esse é um processo natural de

coerção pela concorrência.

A busca pelo lucro extraordinário, com a conseqüente corrida pelo desenvolvimento tecnológico, provoca uma verdadeira revolução tecnológica dos meios de produção, desde a revolução industrial até os recentes avanços tecnológicos para aumentar a produtividade.

O desenvolvimento da maquinaria e tecnologia capazes de aumentar a produtividade do trabalho é um dado que pode ser utilizado para avaliarmos a transformação das forças produtivas. O desenvolvimento das forças produtivas é de extrema importância para o processo dialético de substituição dos modos de produção.

Para Marx o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo nos levará à possibilidade de redução do tempo de trabalho pelo aumento da produtividade com o avanço tecnológico. Dessa maneira, os humanos poderão ter jornadas de trabalho reduzidas. Contudo, esse mesmo desenvolvimento, nos marcos da propriedade privada capitalista e necessidade de extração do mais-valer, passará a limitar toda a potencialidade de desenvolvimento, podendo impossibilitar a permanência do próprio capitalismo, ao passo que as necessidades humanas estarão cerceadas. Sobre a grande indústria, como momento da propriedade privada, relata Marx:

[...] ela produziu uma massa de forças produtivas para a qual a propriedade privada tornou-se um empecilho, tanto quanto o fora a corporação para a manufatura e o pequeno empreendimento rural para o artesanato que progredia. Essas forças produtivas, sob o regime da propriedade privada, obtêm apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se para a maioria em forças destrutivas e uma grande quantidade dessas forças não consegue alcançar a menor utilização na propriedade privada (MARX, 2007, p.60).

É dessa maneira que o desenvolvimento das forças produtivas, somado a diversos elementos políticos e sociais na disputa pela transformação social, pode levar ao fim da propriedade privada, conforme as escolhas políticas e sociais dos seres humanos, visando superar o modo de produção capitalista.

Contudo, é essencial advertimos aqui que a produção de tecnologia no modo de produção capitalista não pode ser vista como necessariamente o caminhar de uma etapa inferior para uma etapa superior, sempre rumo ao progresso e desenvolvimento tecnológico.

Corroborando uma crítica ao determinismo tecnológico e à ideia de progresso, cumpre nos desvencilharmos de narrativas que compreendem a tecnologia como um processo neutro de desenvolvimento. Ao contrário disso, sendo a tecnologia política e histórica devemos enxergá-la no presente momento histórico das relações sociais, dentro dos objetivos de extração do mais-valor. Ademais, não é a tecnologia o elemento causador do atraso, mas a relação social-histórica do capital ancorada na propriedade privada (e também sua tecnologia) que provocam um atraso no desenvolvimento das forças produtivas. Esses casos são visíveis quando tratamos da obsolescência tecnológica programada, ou ainda, do mercado de patentes que impede a coletivização das tecnologias: é a relação de produção capitalista a atrasar o desenvolvimento das forças produtivas.

A divisão tecnológica extranacional existente entre os países dependentes e os países centrais como estrutura fundante da divisão internacional do trabalho no modo de produção capitalista também bloqueia o pleno desenvolvimento das forças produtivas nos países da América Latina, impedindo o aumento da produtividade pela inserção da indústria como eixo produtivo.

Dessa maneira, os países dependentes apenas conseguem utilizar a estratégia de mais-valor extraordinário em ilhas de desenvolvimento tecnológico dominadas (por investimento e importação de maquinaria) pelo capital internacional central. Esse movimento, todavia, não é autônomo e independente, mas faz parte da disputa tecnológica dos próprios países centrais, tendo em vista a propriedade internacional dessas empresas.

Ao contrário do mais-valor extraordinário como pilar da extração de mais-valor nos países centrais, na América Latina a superexploração da força de trabalho – aumento da jornada, intensificação e pagamento depreciado de salários – é a direção do bloqueio das forças produtivas.

#### 4.2 A tecnologia no padrão dependente

No que se refere à inserção do incremento tecnológico, Marx esclarece que a tecnologia só é viável ao capital se for economicamente mais rentável que os gastos do capital com o pagamento da força de trabalho. Na maquinaria:

[...] a diferença entre o trabalho que ela custa e o trabalho que economiza, ou o grau de sua produtividade, não depende, evidentemente, da

diferença entre seu próprio valor e o valor da ferramenta que ela substitui. A diferença dura tanto tempo quanto os custos de trabalho da máquina, de modo que a parcela de valor por ela adicionada ao produto permanece menor do que o valor que o trabalhador, com sua ferramenta, adiciona ao objeto de trabalho. A produtividade da máquina é medida, assim, pelo grau em que substitui a força humana de trabalho (MARX, 2014, p. 464).

A maquinaria, um dos elementos em que entendemos o desenvolvimento tecnológico sob o capitalismo, só é fomentada pelo empresário na medida em que tem valor menor que os salários dos trabalhadores que ela substitui.

Diante disso, Marx advoga a inexistência de investimento em tecnologia nos casos em que a força de trabalho é mais barata que a máquina: “a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede aí o uso da maquinaria, tornando-o supérfluo e frequentemente impossível, do ponto de vista do capital” (MARX, 2014, p. 466).<sup>18</sup>

Embora tratamos nesse momento da dificuldade de desenvolvimento tecnológico nos casos onde o trabalho é mais barato que o uso de máquinas, vale lembrar que a superexploração com o incremento tecnológico também é possível e esse processo se dará sempre de forma combinada. A combinação de superexploração do trabalho e maquinaria no campo brasileiro se apresenta como exemplo da possibilidade de combinação. Nessa esteira, verificamos no contexto latino-americano que a superexploração da força de trabalho funciona como disputa na redução de custos do desenvolvimento tecnológico dos países dependentes.

Na tendência, no que se refere sobretudo a alta tecnologia de competição, para Marx, o capitalista local dificilmente buscará a utilização de maquinaria em territórios onde a força de trabalho pode ser comprada mais barata que tais equipamentos (MARX, 2014, p. 466).

Para Marini, assim como Marx, sempre que o aumento da produtividade não atingir os bens destinados à reprodução da força de trabalho, não teremos a diminuição do tempo de trabalho necessário, e, portanto, o aumento da taxa de mais-valor se dará ou pela redução da quantidade de força de trabalho ou por sua

---

<sup>18</sup> A exemplo desse movimento, Marx relata a utilização de crianças para um trabalho onde já existem máquinas próprias, entretanto, tendo em vista os baixos salários infantis: “Apesar da legislação, pelo menos 2 mil adolescentes continuam a ser vendidos por seus próprios pais como máquinas vivas para a limpeza das chaminés (embora existam máquinas para substituí-los)” (MARX, 2014, p. 470).

remuneração precária (MARINI, 2011a, p. 169). Dessa maneira, o incremento de tecnologia permitido aos países dependentes na busca por maior produtividade refere-se, no que diz respeito à acumulação de capital, ao aumento do mais-valor através apenas do aumento da massa de valor realizado (MARINI, 2011a, p. 169).

Corrobora Marx nesse sentido, relatando certa independência da massa de valor criada quanto a qualquer proporcionalidade quanto ao preço da força de trabalho ou o lucro expropriado pelo capitalista:

o que varia com a força produtiva do trabalho é o valor desses meios de subsistência, não sua massa. A própria massa com o aumento da força produtiva do trabalho pode crescer ao mesmo tempo e na mesma proporção para o capitalista e para o trabalhador, sem qualquer variação de grandeza entre o preço da força de trabalho e o mais-valor (MARX, 2014, p. 590).

Quanto à produtividade, o aumento da massa de valor não aumenta o mais-valor ou reduz o valor de força de trabalho. O aumento da massa com o emprego de maior quantidade de força de trabalho, como é o caso da América Latina, tem a função de baratear as mercadorias produzidas (MARX, 2014, 590).

Nesses termos, cumpre destacar a diferença entre taxa e massa de mais valor em Marx. A taxa de mais-valor, ou taxa de exploração é a gradação da exploração do trabalhador no processo produtivo. Para Marx ela é medida pelo trabalho excedente sobre o trabalho necessário. A jornada de trabalho, como vimos no primeiro capítulo, é dividida entre trabalho necessário e trabalho excedente. Trabalho necessário é trabalho destinado a reproduzir a força de trabalho empregada na produção, ou seja, pagar os salários dos trabalhadores para compensar seu desgaste. Já o trabalho excedente é o trabalho realizado a mais que o trabalho necessário na jornada de trabalho, é o trabalho apropriado pelo capitalista como mais-valor.

A taxa de mais-valor, nessa medida, é a proporção entre a quantidade de trabalho excedente, que o capitalista consegue em relação ao trabalho necessário (os salários que ele paga). Assim é possível mensurarmos o grau de exploração, ou a quantidade de extração de mais-valor em relação aos salários, que o capitalista logra no processo produtivo (MARX, 2014, p. 289-304).

Já a massa de mais valor é “igual ao mais-valor fornecido pela jornada de trabalho do trabalhador individual, multiplicado pelo número de trabalhadores

empregados” (MARX, 2014 p.375). A massa tem ainda a ver com a taxa de mais-valor, pois nos importa saber além da jornada individual e do número de trabalhadores empregados, o grau de exploração desse trabalho. Conforme Marx, a massa de mais valor é determinada “pela relação composta entre o número das forças de trabalho simultaneamente exploradas pelos mesmos capitalistas e o grau de exploração da força de trabalho individual” (2014, p. 375-6).

A massa de mais valor é, portanto,  $M = m/v \times V$ , onde “M” é a massa de mais-valor, “m” o mais-valor fornecido pelo trabalhador individual e “v” o capital variável diariamente adiantado; e por fim, “V” é a soma total do capital variável. Marx ainda esclarece a importância do grau de exploração da força de trabalho em outra possibilidade de analisarmos a massa de mais-valor:  $M = f \times a'/a \times n$ , de modo que “f” é o valor da força de trabalho média, “a’/a” é o trabalho excedente sobre o trabalho necessário, ou seja, a taxa de exploração ou mais-valor e, “n” representa o número de trabalhadores empregados no processo de produção em questão (MARX, 2014, p. 376).

Assim, a massa de mais valor é o valor bruto de mais-valor retirado de um conjunto de trabalhadores produtivos. Enquanto a taxa de mais valor, por ser a relação do trabalho excedente com o trabalho necessário, tem o crivo do aumento da produtividade para ser majorada. Em face da tendencial dificuldade dos países latino-americanos em aumentar a produtividade com incremento tecnológico, de modo a diminuir o tempo de trabalho necessário, acabamos dependendo mais da massa de mais-valor produzida que da taxa (MARINI, 2011a, p. 169):

nessa medida, e toda vez que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento da produtividade induzido pela técnica nesses setores de produção não poderia se traduzir em maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado. A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor – e, portanto, de mais-valia – que de taxa de mais-valia.

Na crítica à Marini, no que se refere à relação com a taxa de lucro, FHC e Serra compreendem que a taxa de lucro nos países centrais, com incremento tecnológico e menos força de trabalho em processo, deveria ter um movimento ascendente, exatamente o contrário do processo relatado por Marini. Igualmente,

para os autores, a taxa de lucro dos países periféricos não deve diminuir por transferência de valor ao centro, mas trata-se de uma dificuldade da classe trabalhadora periférica em dividir os lucros desse processo (em face do maior poder político da classe dominante), diferente da classe trabalhadora europeia que teria logrado uma parte maior na divisão de riquezas. Para FHC e Serra a explicação dos processos de dependência na América Latina deve se dar pela luta de classes dentro desses países e não pelo comércio exterior (CARDOSO; SERRA, 1978, p. 49).

Assim, o conceito de Marini de superexploração da força de trabalho nos países dependentes, para FHC e Serra, ignora que a América Latina também viveu um relevante aumento de produtividade, vez que a superexploração da força de trabalho não é a única forma de compensar a concorrência com os países centrais. O barateamento do capital constante, em face do aumento da produtividade, também seria uma alternativa para a América Latina (CARDOSO; SERRA, 1978, p. 51, 70).

Quanto à exploração da força de trabalho, Marini traz à baila a estimulação da exploração pelo intercâmbio desigual. Porém, para o autor, a superexploração não deve ser interpretada como originária desse movimento, mas proveniente da busca por lucros do mercado mundial e da sobrepopulação relativa (MARINI, 2008a, p. 174). O aumento do exército industrial de reserva, com o aumento do desemprego no Brasil, por exemplo, interferiu significativamente na taxa de acumulação, na composição orgânica dos capitais e na taxa de exploração (MARINI, 2008a, p. 205-206). E no que tange aos salários, verificamos que em 1970, no Brasil, em torno de 40% dos trabalhadores recebiam salários inferiores ao salário mínimo. Em igual sentido, a depreciação dos salários também foi verificada, de modo que o salário mínimo, que já representou o valor de reprodução da força de trabalho em 1943, em 1970, já se encontrava abaixo do valor de reprodução da força de trabalho (MARINI, 2008a, p. 2011).

Nessa esteira, a inclusão de mais trabalhadores para completar a renda familiar, a intensificação do trabalho e a verificável extensão da jornada de trabalho no Brasil são exemplos do autor para comprovar a superexploração da força de trabalho pelo aumento, sobretudo, da massa de mais-valor como política estrutural do padrão de reprodução dependente (MARINI, 2008a, p. 214-222).

Marini advoga que a incompreensão dos autores FHC e Serra, bem como a

defesa de um neodesenvolvimentismo, ignorando as particularidades do padrão de reprodução particular dos países dependentes, é sinal do atrelamento dos autores com os interesses da burguesia desses países. A necessidade de impedir a percepção das contradições do capitalismo latino-americano se substancia como barreira para a construção de um modelo socialista nos países da América Latina, única possibilidade de superação da estrutura de divisão internacional do trabalho que nos submete ao subdesenvolvimento (MARINI, 2008a, p. 223-225).

A superexploração da força de trabalho como política de compensação teve viabilidade na medida em que “ao mesmo tempo que empregava uma tecnologia como poupadora de mão de obra, a indústria se via diante de uma oferta de trabalho em constante expansão, o que permitia fixar os salários no seu nível mais baixo” (MARINI, 2013, p. 60).

O que tratamos no capítulo anterior e não pode deixar de ser lembrado acerca da superexploração é que o pagamento da força de trabalho com baixos salários faz existir, no caso latino-americano, uma separação entre a produção e a circulação de mercadorias, já que, com uma organização sustentada por trabalhadores sem condições de consumo, não se constrói um mercado interno dentro dos países desfavorecidos.

Com um mercado interno fragilizado devido a baixos salários, a possibilidade de industrialização é sensivelmente atingida, já que as mercadorias industrializadas produzidas passam a ter maiores dificuldades para serem compradas por trabalhadores mal remunerados. Sem a possibilidade de venda, não realizando o ciclo do capital, a produção de mercadorias industrializadas se encontra restrita. Contudo, ilhas de industrialização conseguem se estabelecer, sempre desconectadas do mercado interno e fortemente dependentes das necessidades do capitalismo central (MARINI, 2011a).

A industrialização na América Latina foi um processo heterogêneo, de modo que apenas alguns países conseguiram ter de fato um eixo industrial significativo. Esses países foram o México, o Brasil e a Argentina (MARINI, 2011a, p. 159).

Outros países menores e mais dependentes tiveram nas maquiladoras o máximo de industrialização permitida pelo centro, é o caso da Guatemala, El Salvador, Honduras, República Dominicana, Colômbia, Bolívia, parte do México, Paraguai. As maquiladoras são exemplos acentuados da política de industrialização para a América Latina, com importação de matérias-primas,

importação de máquinas e ferramentas e exportação do produto fabricado, as maquiladoras objetivam apenas utilizar a força de trabalho de países com superexploração. Com tecnologia importada, todo o processo é importado, bem como, os bens produzidos também não são consumidos pelo país produtor e se direcionam para a exportação (HERNÁNDEZ; HERNÁNDEZ, 2004). É o modelo fiel de dependência tecnológica com produção voltada para exportação, utilizando-se a superexploração da força de trabalho.

Conforme Marini, no período dos estudos aqui consultados, não existiu nos países dependentes uma industrialização comparada à industrialização nos países centrais, ou seja, momento em que a industrialização deveria se tornar o eixo central da economia, sua locomotiva. Dessa maneira, nos países dependentes “como Argentina, México, Brasil e outros, não chegou a se conformar uma verdadeira economia industrial: “[...] a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários” (MARINI, 2011a, p. 159).

Para o autor, até os anos de 1980 a industrialização na América Latina foi sempre incipiente e seletiva e, mesmo nos poucos países que se industrializaram, não se verificou a substituição do setor de *commodities* pelo setor industrial (MARINI, 2013, p. 158):

a tese de industrialização substitutiva de importações [...] tem sido objeto de discussões que, se não chegam a lhe retirar a validade, tendem a relativizar o papel desempenhado pela substituição de importações no processo de industrialização da América Latina.

Na frágil industrialização de alguns países, o desenvolvimento do setor industrial permaneceu vinculado à necessidade dos países centrais. Relata Marini:

nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna do consumo para sua realização (2011a, p. 155).

Nessa relação “o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia” (MARINI, 2011a, p. 157). Por essa razão, a dependência dos países desfavorecidos diante do mercado internacional do capitalismo central é ainda mais significativa.

Em suma, em face da compressão do consumo da força de trabalho latino-americana, deprime-se a demanda interna e o mercado mundial consolida-se como alternativa para o escoamento da produção (MARINI, 2011a, p. 157).

No desenvolvimento do capitalismo percebemos que o avanço da industrialização é uma estratégia almejada pelo capitalista, vez que é dessa maneira que ao direcionar o aumento da produtividade no caminho do barateamento dos bens-salários, consegue reduzir o tempo de trabalho necessário e diminuir o valor da força de trabalho no mercado, aumentando a taxa de mais-valor (MARINI, 2011a, p. 161).

No modelo do centro, ainda é necessário que o capitalista se preocupe com o mercado onde serão consumidas suas mercadorias, realizando o círculo iniciado na produção. Se o capitalista fabrica artigos supérfluos (MARINI, 1979b, p. 10), como no caso da modesta industrialização latino-americana até 1970, eles serão consumidos pelas classes não produtoras que vivem de mais-valor, tendo uma limitação significativa. É preciso ampliar o consumo. Sendo assim, no processo dos países centrais, o capitalista deve garantir salários que permitam à força de trabalho consumir os bens produzidos, bem como deve movimentar a produção na feitura de mercadorias populares que barateiem os salários – a diminuir o tempo de trabalho necessário e aumentar o mais-valor relativo (MARINI, 2011a, p.161).

No caso dos países da América Latina, verificamos uma postura própria na industrialização, já que essa ocorreu em condições também dadas pelo capitalismo central (MARINI, 2011a, p. 163), mas com os investimentos garantidos por excedentes internacionais e mesmo nacionais, como o caso do café no Brasil.

Com a produção voltada à exportação, os bens de consumo majoritariamente exportados são relativamente simples, de modo que demandam pouca tecnologia. Embora não se trate do período analisado, verificamos que o caso permanece observável nas *commodities* agrícolas do Brasil em 2015, por exemplo. Enquanto toda a indústria de alta tecnologia brasileira representou junta apenas 9 bilhões de exportação no ano de 2015, a indústria de transformação de baixa tecnologia, típica dos países dependentes, logrou 35 bilhões no mesmo ano, ou seja, quase quatro vezes maior que a produção de alta tecnologia (BRASIL, 2016).

Nesse movimento, a indústria dos países da América Latina, onde conseguiu existir, se apresenta como uma indústria de transformação de baixa tecnologia. A

explicação para esse fenômeno passa por retomarmos o porquê a tecnologia é fomentada no modo de produção capitalista.

Além do que vimos no mais-valor extraordinário, essencialmente fundado no incremento tecnológico (alta tecnologia) como forma de estar à frente na concorrência dos capitais com maior produtividade por um determinado período de tempo, o pilar de mais-valor relativo também se cristaliza como estratégia dos países centrais. O mais-valor relativo, relacionado ao aumento da produtividade e não apenas do capital constante, como eixo do capitalismo central, reproduz o avanço tecnológico no centro e o atraso tecnológico na América Latina superexplorada. Cumpre salientar que todas as formas de extração de mais-valor citadas participam de modo simultâneo do processo de acumulação do capital seja nos países centrais como nos países dependentes. Em uma perspectiva relacional e combinada os mais-valores são extraídos em todas as economias, mas com relações entre si variáveis conforme a divisão internacional do trabalho.

A tecnologia é essencial ao centro para aumentar a produtividade e baratear as mercadorias consumidas pelos trabalhadores. Dessa maneira, o tempo de trabalho socialmente necessário é diminuído em sua relação com o trabalho excedente, extraindo mais-valor relativo majorado além do mais-valor absoluto.

Contudo, na América Latina, em que pese a existência de um mínimo mercado para consumo básico no período analisado, não é relevante a produção voltada para os trabalhadores, vez que a superexploração com salários depreciados impede que os trabalhadores dos países dependentes sejam os principais consumidores do que produzem. Sendo assim, não faz sentido no capitalismo dependente investir em tecnologia para aumentar a produtividade, diminuir o tempo de trabalho necessário e baratear as mercadorias da cesta dos trabalhadores, tendo em vista os baixos salários. A tecnologia é dessa maneira contraída na América Latina (MARINI, 2011a).

Enquanto a combinação de mais-valor absoluto e o mais-valor relativo dependente de tecnologia é a lógica de extração de mais-valor nos países centrais, a América Latina tem como direção o consumo intensivo da potência de sua força de trabalho. Embora igualmente combinado com o mais-valor relativo, o mais-valor absoluto (com aumento da intensidade no trabalho e majoração das jornadas de trabalho) e o pagamento da força de trabalho com salários depreciados, orienta significativamente o desenvolvimento tecnológico nos países dependentes.

A tecnologia restrita pelos pilares da superexploração contou com ilhas de industrialização nos países dependentes, por vezes nos marcos das necessidades dos empresários internacionais dos países centrais, na contramão de um desenvolvimento nacional.

Como relatado por Marini, a partir do alto desenvolvimento tecnológico do centro, os países desenvolvidos passaram a produzir bens de capital, ou seja, meios de produção que produzem outros meios de produção. Produzindo mercadorias como maquinarias para as indústrias de base, foi necessário aos países centrais mercados para vender os bens de produção tecnologicamente mais sofisticados.

A partir do início da produção de bens de capital pelo centro, cria-se a necessidade de vender meios de produção produzidos com alta tecnologia. Assim, iniciou o processo de industrialização da periferia, vez que a América Latina figurou como mercado necessário à realização das mercadorias (bens de capital) fabricados pelos países centrais (MARINI, 2011a, 163):

a industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados.

Em que pese alguma produção de bens de capital pelos países dependentes como o Brasil, como alternativa diante da dificuldade de produzir bens salários pela superexploração, o desenvolvimento de tecnologia nos países da América Latina é cercado pelas relações do padrão de reprodução central: a tecnologia da restrita indústria latino-americana em vez de produzida em seu território é hegemonicamente importada dos países centrais (MARINI, 2011a, 163).

Dessa maneira, a industrialização dos países dependentes, nos marcos das necessidades dos países centrais, não significou qualidade de vida para os seres humanos da América Latina. Em contrapartida, originou a divisão internacional das etapas de produção, duas etapas de industrialização distintas: a produção complexa e com alta tecnologia no território dos países centrais e a alocação das etapas menos complexas e com baixa tecnologia em território latino-americano.

Por sua vez, a industrialização na América Latina acentuou a divisão internacional entre etapas mais avançadas e etapas menos avançadas do processo

produtivo (MARINI, 2011a, p.167).

A divisão entre etapas distintas é observada na responsabilidade dos países centrais pelos setores de criação de produto, programação, *design* e pesquisa, fato que podemos comprovar pela divisão de patentes entre os países do mundo com hegemonia dos estadunidenses, seguida por Japão e Alemanha.<sup>19</sup>

Para a América Latina, as etapas menos complexas de produção são repassadas, tanto no exemplo das maquilas, quanto nos países que conseguiram ter alguma industrialização e permanecem importando maquinaria e tecnologia dos países centrais.

A produtividade deveria baixar os preços das mercadorias, mas esse processo se estende e demora mais para acontecer nos bens de produção latino-americanos em face da diferença de produtividade e intensidade do trabalho entre centro e periferia, ou seja, o intercâmbio desigual (MARINI, 1979b, p. 20).

Considerando a divisão internacional do trabalho onde a América Latina garantiu alimentos e matérias-primas baratas permitindo a revolução industrial no centro, a possibilidade de incremento tecnológico nos países desfavorecidos sempre passou pelo crivo das demandas do capitalismo central e se relacionou intrinsecamente ao excedente agrícola (MARINI, 2013, p. 61). A industrialização consolidou-se subordinada à exportação de bens-primários (MARINI, 2011a, p.159).

Com a produção dependente sustentada na superexploração da força de trabalho, não existiu, nos países desfavorecidos mercado interno suficiente para consumir produtos de uma possível industrialização autóctone a autônoma. Dessa maneira, a industrialização se deu nas brechas de produção dos países centrais, por exemplo, entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e nos anos de 1950, em que se verificou um crescimento industrial decorrente da demanda de uma elite brasileira (MARINI, 2011a, p.159-160).

Essa possibilidade de mercado interno animou alguns setores, no que diz respeito à superação da dependência. Contudo, Marini relata que, ao contrário da industrialização dos países centrais, que, como vimos, barateavam mercadorias populares que compunham a cesta básica, a industrialização da América Latina não conseguiu avançar para o barateamento de produtos da cesta, sendo

---

<sup>19</sup> Dados do último relatório da Organização Mundial da Propriedade Intelectual no ano de 2013.

comprimida pelos baixos salários dos trabalhadores e pelo consumo da classe média:

o segundo movimento tenderia, normalmente, a provocar uma mudança qualitativa na base da acumulação de capital, permitindo ao consumo individual do operário modificar sua composição e incluir bens manufaturados. Se agisse sozinho, levaria ao deslocamento do eixo da acumulação, da exploração do trabalhador para o aumento da capacidade produtiva do trabalho. Entretanto, é parcialmente neutralizado pela ampliação do consumo dos setores médios: este supõe, de fato, o incremento das rendas que recebem ditos setores, rendas que, como sabemos, são derivadas da mais-valia e, em consequência, da compressão do nível salarial dos trabalhadores. A transição de um modo de acumulação para outro se torna, portanto, difícil e é realizada com extrema lentidão, mas é suficiente para desencadear um mecanismo que atuará, no longo prazo, no sentido de obstruir a transição, desviando para um novo meio a busca de soluções para os problemas de realização encarados pela economia industrial. Esse mecanismo é o recurso a tecnologia estrangeira, destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho (MARINI, 2011a, p. 165).

A revolução tecnológica do centro também possibilitou um aumento de produtividade nos países latino-americanos com a indústria, pois repassou para a América Latina a tecnologia obsoleta que por conta da alta concorrência no centro não poderia mais ser utilizada nos países centrais.

Em face da fragilidade de consumo devido à superexploração, a industrialização restrita dos países mais desenvolvidos na América Latina direcionou a produção dos países dependentes para a fabricação de bens suntuosos voltados aos mercados externos (MARINI, 2011a, p.159-165). Foi a industrialização permitida à América Latina: produção de bens suntuosos para uma pequena elite nacional, exportação para países com possibilidade de consumo e consumo de tecnologia importada dos países centrais.

Sempre destacando que, de acordo com o autor, a indústria na América Latina aparece restrita às importações por fatores externos (2011a, p. 162).

Para Marini, enquanto o capitalismo central determina sua produção pelas relações internas em sua produção de mais-valor, o capitalismo dependente está sujeito ao mercado internacional, ou seja, é determinado pelas relações econômicas, políticas e culturais das economias dependentes de importação e exportação para a realização de sua produção (MARINI, 2013, p. 50):

[...] em contraste com o que ocorre nos países de capitalismo central, onde a atividade econômica está subordinada à relação existente entre as

taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação.

A diferença da industrialização dependente é que diante da impossibilidade de fazer o mesmo movimento de produzir mercadorias destinadas a baratear o valor da força de trabalho, gerando maior taxa de mais-valor aos capitalistas e consumo aos trabalhadores locais, no caso da América Latina, a superexploração da força de trabalho fez com que os salários não suportassem o consumo de bens populares:

[...] dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores (MARINI, 2011a, p. 164).

Dessa maneira, a indústria nos países dependentes se desenvolveu tecnologicamente menos na produção de bens populares, do que na produção de bens supérfluos, posteriormente também destinados à exportação para o centro. Esse movimento da indústria destinada a produtos supérfluos para exportação orientou o capitalista latino-americano a não aumentar a produtividade do trabalho com tecnologia, tendo em vista que o consumo interno não apresentava nenhuma relevância na acumulação. Portanto, voltamos ao início e fechamos o ciclo de reprodução da dependência. A opção é compensar o aumento da produtividade com a superexploração:

isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia por meio da maior exploração — intensiva e extensiva — do trabalhador [...] (MARINI, 2011a, p. 164).

É nessa relação dependente que a burguesia local na América Latina não figura como alternativa à superação do capitalismo dependente, mas se engendra ao funcionamento do capital figurando como parte de um mesmo planejamento internacional de produção.

Já as necessidades da classe dominante dos países desfavorecidos se adequam às possibilidades de consumo local de bens suntuosos e à satisfação

pelas mercadorias demandadas pela importação, não produzidas em seu território (2011, p. 157).

A industrialização dependente apenas fortalece o ciclo da economia dependente, com a produção restrita a bens suntuosos (MARINI, 2011a, p. 162). Contudo, no que tange aos bens suntuosos, vale ressaltar que tendo em vista a produção de bens suntuosos ser limitada pela concorrência entre nações, pela pequena parcela de indivíduos capazes de consumir em face da fraqueza do mercado interno, foi necessário aos capitalistas garantir a realização das mercadorias produzidas.

Foi dessa maneira que o conflito de realização do capital dependente encontrou a solução na realização das mercadorias pelos países de capitalismo central, garantindo a essa força de trabalho o consumo das mercadorias mundialmente produzidas, consumo esse não permitido aos trabalhadores latino-americanos com baixos salários (MARINI, 2011a, p. 162).

E no que permeia a relação particular de circulação com o incremento tecnológico, várias são as dimensões particulares do contexto dos países desfavorecidos submetidos ao processo de trocas desiguais e superexploração da força de trabalho:

uma vez convertida em centro produtor de capital, a América Latina deverá criar, portanto, seu próprio modo de circulação, que não pode ser o mesmo que aquele engendrado pelo capitalismo industrial e que deu lugar à dependência (MARINI, 2011a, p. 154).

Note-se que, na exploração capitalista, diante do aumento da produtividade, menos trabalhadores restaram no setor produtivo, criando assim um proporcional setor de serviços (MARX, 2014, p. 518).<sup>20</sup> Contudo, no desenvolvimento

---

<sup>20</sup> É de se averiguar particularmente o caso brasileiro, onde o setor de serviços parece figurar com relevante peso na economia: “No Brasil, a participação no PIB do setor produtor de serviços, em conceito amplo, segundo as Contas Nacionais, situou-se em 58,3% em 1999, respondendo por 57,2% da absorção de mão-de-obra na economia” (Brasil - IBGE, 1999). Ainda estudos do IPEA: “De acordo com a Pesquisa Industrial Anual (PIA), a Pesquisa Anual de Comércio (PAC) e a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), todas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizadas em 2003, os serviços não financeiros empregavam, naquele ano, cerca de 7 milhões de trabalhadores formais, volume superior ao observado na indústria ou no comércio” (BRASIL-IPEA, 2006). No mesmo sentido caminha “A receita líquida gerada pelos serviços, entretanto, representa aproximadamente um terço do valor movimentado na indústria e metade do giro do comércio. A remuneração por pessoa ocupada, da ordem de R\$ 9.338 por ano, é 51% superior ao que se observa no comércio, e 49% inferior aos valores da indústria. A receita líquida por funcionário nos serviços, contudo, representa apenas 45% do valor observado no comércio e 29% do montante

tecnológico da América Latina a orientação é que, ao contrário do centro, conforme o interesse europeu de escoamento de sua força de trabalho abundante para os países desfavorecidos, uma tecnologia que empregue mais força de trabalho deverá ser utilizada. Relata Marini (2011, p.168):

é por isso que as recomendações que se têm feito para os países dependentes, onde se verifica uma grande disponibilidade de mão de obra, no sentido de que adotem tecnologias que incorporem mais força de trabalho, com o objetivo de defender os níveis de emprego, representam um duplo engano: levam a preconizar a opção por um menor desenvolvimento tecnológico e confundem os efeitos sociais especificamente capitalistas da técnica com a técnica em si.

Vale lembrarmos que o discurso de proteção dos empregos pela não utilização de tecnologias avançadas é, em verdade, uma falácia. O avanço tecnológico em si não é responsável pela retirada dos postos de trabalho dos trabalhadores, mas demonstra essa característica numa relação social de produção própria de um período histórico: o modo de produção capitalista. Ademais, mesmo com incremento tecnológico na América Latina, esse desenvolvimento é limitado pela necessidade de compensar a transferência de valor para o centro com a superexploração da força de trabalho.

Cumpramos acrescentar um fator na limitada industrialização dos países desfavorecidos e seu desenvolvimento particular ligado ao centro, vejamos duas causas: 1) inicialmente, diante do avanço tecnológico do centro e a consolidação de uma indústria pesada de fabricação de máquinas menos complexas, foi necessário fomentar a industrialização da periferia construindo o mercado para sua indústria. Ainda nessa esteira, temos mais uma estratégia do capital central: 2) a industrialização da América Latina esteve nos marcos da demanda por troca de tecnologia dos próprios países centrais, já que:

[...] na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu nos países centrais o prazo de reposição do capital fixo praticamente à metade, colocou-se para esses países a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinário que já eram obsoletos antes de que tivessem sido amortizados totalmente (MARINI, 2011a, p. 166-167).

A América Latina foi nessa medida aproveitada para materializar uma

sobrevida às tecnologias já ultrapassadas pelo intenso desenvolvimento tecnológico do centro, fruto da concorrência pelo mais-valor extraordinário e o aumento coletivo da produtividade para o mais-valor relativo. As tecnologias já pagas no centro e ainda com capacidade de transferência de valor, na periferia, cumpriam o papel de diminuição de custos para os países centrais e aumento da produtividade para os capitalistas latino-americanos (ainda que sem qualquer possibilidade de concorrer com o centro).

É assim que o desenvolvimento tecnológico nos países da América Latina pouco transformou as condições de vida de sua classe trabalhadora, mas teve como pilares a extração ainda mais acentuada do mais-valor relativo e mais-valor absoluto da periferia:

o progresso tecnológico na região se expressou, portanto, num aumento simultâneo da mais-valia absoluta e relativa nas empresas por ele beneficiadas, e foi a premissa da acumulação de capital que permitiu que a burguesia marchasse rumo à criação da indústria pesada (MARINI, 2013, p. 68).

A relação entre tecnologia e dependência na divisão internacional do trabalho é intensa na medida em que uma nova divisão internacional se sustenta agora no estágio tecnológico em que os países dependentes se encontram, duas etapas tecnológicas distintas, importando sobremaneira sua composição orgânica de capital: “a industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial” (MARINI, 2011a, p.167).

Com a transferência de alguma industrialização para os países da periferia verifica-se uma divisão do trabalho onde os países pioneiramente industrializados concentram produção mais complexa e na periferia, ao contrário, em uma etapa tecnológica menos complexa (no critério de produção de valor de troca para o capital) é destinado a montagem da mercadoria, fabricação de peças, atendimento aos compradores e etc.

Em suma, o desenvolvimento tecnológico dos países dependentes, no período analisado, foi freado pelo enfraquecido mercado interno diante da superexploração, utilizado para dar sobrevida à tecnologia obsoleta do centro do capitalismo e mercado para os bens de capital produzidos.

#### 4.3 Estado e integração entre as burguesias – exemplos do Brasil

Na contramão do mercado limitado defendido por Marini, os críticos de Marini relatam que existiu no período estudado um mercado interno forte nos países da América Latina, e, inclusive, os produtos industrializados têm papel significativo na cesta de consumo dos trabalhadores (CARDOSO; SERRA, 1978, p. 71). A produção para exportação, por sua vez, representaria apenas 1/8 da produção brasileira (CARDOSO; SERRA, 1978, p. 64).

Para seus críticos, Marini teria dito que os gastos dos governos com armamentos, junto à necessidade de balança comercial favorável, se materializavam na forma de resolver problemas de realização por ausência de mercado interno na América Latina. Os autores divergentes, em sentido oposto, interpretam a relação com o setor público de modo distinto, defendendo que este não apenas gastava comprando armamentos e criando mercado interno, mas também realizava investimentos na economia do país. Nessa esteira, o aumento com gastos militares no período de 1949 a 1973 não teria sido significativo para esses teóricos (CARDOSO; SERRA, 1978, p. 61, 62).

As condições econômicas estudadas por Marini, para FHC e Serra eram compreendidas, assim como a defesa da inexistência de mercado interno nos países dependentes. Nesse ponto Marini relata a inversão de seu argumento pelos críticos. Quanto ao mercado interno nos países dependentes, o autor esclarece que bens de consumo necessários existiram e foram produzidos pela indústria dos países dependentes. Contudo, o que interessa aqui é a proporção desse processo na produção geral de mercadorias nos países dependentes. Trata-se não apenas da produção “sino tasas de crecimiento” desses mercados (MARINI, 2008a, p. 188).

Para Marini, o mercado de bens manufaturados para consumo, de 1965 a 1975, no Brasil, por exemplo, representou 3% do valor da produção industrial total. Ademais, das dez principais mercadorias manufaturadas para a exportação, apenas um produto se refere ao consumo habitual não tradicional (café) e outros três correspondem a bens suntuosos ou de capital, ou seja, a maioria das mercadorias exportadas trata-se de bens de consumo necessários para o capitalismo central. Ou seja, os produtos necessários para o centro eram exportados pelos países dependentes de modo a diminuir o valor do capital constante e capital variável (MARINI, 2008a, p. 200, 201). Assim, conforme Marini:

[...] destacan en la explicación del fenómeno el dinamismo inducido por el mercado exterior y se niegan a admitir que el dinamismo del mercado interno se debe al consumo suntuário (2008a, p. 203).

Já no que se refere ao papel do Estado na economia, em particular o brasileiro, no período de 1930 à 1970, Marini relata uma modificação de sua análise. Para Marini, os gastos do Estado não se deram apenas com as demandas militares, mas o Estado teve papel interventor em toda a economia. O Estado – incluindo empresas estatais ignoradas pelos críticos - foi responsável por parte significativa dos investimentos, ultrapassando a maioria das vezes o setor privado em investimentos. Ademais, houve relevante comprometimento da receita estatal com o investimento em capital constante no país. Para Marini, principalmente a partir da ditadura militar, o Estado privilegiou a grande burguesia nacional e internacional e teve nos gastos militares, não só, mas também, uma demanda relevante (MARINI, 2008a, p. 192-196).

Para Marini, no Brasil, a compensação para os problemas de realização decorrentes dos baixos salários e fragilidade do mercado interno são apaziguados pela intervenção dos Estados no sentido de subsidiar as mercadorias supérfluas e organizar políticas fiscais para reduzir ainda mais os salários pagos à força de trabalho (MARINI, 2011a, p. 169-170). Nessa medida, as relações dependentes avançam o campo da economia e se estabelecem em políticas de manutenção do modelo próprio do modo capitalista de produção e do papel da América Latina na divisão internacional do trabalho e acumulação privada de capital.

Na busca por relacionar os diversos elementos envolvidos, sustenta Marini (2011, p. 135): “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação produz necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida”. Essas relações são em última instância as relações sociais no modo de produção capitalista, fundantes da propriedade privada capitalista.

Ainda dentro dos países dependentes, se verifica uma diferenciação ao tratarmos da produção sob propriedade de capitais nacionais ou capitais internacionais. No caso dos capitais nacionais, parte do setor de produção, tenta continuamente estabelecer em nível local um ensaio de indústria destinado à suprir as necessidades da classe trabalhadora, não capaz de importar mercadorias

industrializadas do centro. Assim, no caso brasileiro, por determinado período de tempo a burguesia nacional tentou construir uma indústria nacional, apoiada pela classe trabalhadora. Contudo, a necessidade de reforma agrária e redistribuição de renda para garantir a realização das mercadorias da indústria nacional entraram em conflito com o setor agrário, impossibilitando a continuidade de uma aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional e enterrando esperanças em um desenvolvimento nacional autônomo (MARINI, 2013, p. 51).

A produção de uma pequena indústria em alguns países dependentes conseguiu suprir a demanda interna de bens de consumo não duráveis, em que pese estar absolutamente relacionada com a necessidade externa de investimento e a impossibilidade de consumo de importados pela classe trabalhadora superexplorada:

a crise do setor externo, representada pelas restrições às exportações e pelas conseqüentes dificuldades para satisfazer o consumo interno através das importações se impôs, em linhas gerais, em todos os países latino-americanos, conforme as possibilidades reais de seus respectivos mercados internos e de acordo com o grau de desenvolvimento alcançado na etapa anterior. Desde 1920 até o início dos anos de 1950, muitos países se lançam por esse caminho e alguns, como Argentina, o Brasil e o México, chegaram a criar uma indústria leve capaz de satisfazer no essencial a demanda interna de bens de consumo não duráveis (MARINI, 2013, p. 54).

Esta indústria leve e dispersa conta com parte do mais-valor acumulado no setor agrícola, uma espécie de parceria, na medida em que é a uma alternativa para lograr a quantidade de divisas necessárias à importação de maquinaria do centro (MARINI, 2013, p. 61).

Portanto, percebemos que até os anos de 1980 nos países mais industrializados da América Latina, a limitada, mas existente, indústria de capital nacional, em face de diversos elementos de complexidade, não pode ser confundida com uma economia com eixo produtivo no setor industrial, ou seja, uma industrialização em termos.

A atuação do capital em território dependente tem ainda especificidades segundo a origem do capital investido. O movimento de investimento e relação com a economia interna é diferenciado quando tratamos de capitais estrangeiros.

O capital estrangeiro quando investido nos países dependentes, diferente do capital nacional, se movimenta no sentido de transferir ao capitalismo central quase

todo o mais-valor gerado na produção. Nesse caso, a única parcela de mais-valor que permanece nos países da América Latina são os tributos pagos pelos produtores aos Estados nacionais. Essa receita tem uma parte transferida aos capitalistas nacionais, com destino novamente a importações, e por esse motivo a disputa do Estado é parte dos interesses da burguesia nacional. Dessa maneira, temos uma considerável restrição à possibilidade de reinvestimento dos capitais centrais nos países dependentes, investimento que só acontece por demanda da economia central, que em períodos de crise tem os lucros excedentes transferidos integralmente (MARINI, 2013, p. 51).

Por sua vez, o aumento significativo de excedentes do centro libera uma quantidade de valor a ser investida nas economias periféricas, “esse processo se coliga com o crescimento e a diversificação do sistema periférico” (MARINI, 2013, p. 54). É dessa maneira que verificamos uma humilde substituição de importações pela industrialização dos países periféricos.

Marini chama a atenção para o percurso de transformação de uma economia agrária para uma economia industrializada. Para o autor, essa transformação se deu de forma mais pacífica que a europeia, de modo que a indústria, ao contrário de figurar com centralidade, “tem um papel complementar ao setor de exportação” (MARINI, 2013, p. 55).

Enquanto na Europa presenciamos uma ruptura com o eixo agrário e um novo modelo de vida com o sistema de fábrica (DECCA, 1988), na América Latina o setor industrial tem um convívio de interesses com o setor agrário, pois é dependente da balança comercial favorável do setor agrário para importar tecnologia do centro.

O caso brasileiro é exemplo dos limites da burguesia nacional latino-americana quanto à alternativa de incremento tecnológico autônomo e indústria forte. Com a coincidência de interesses entre a indústria e o setor pecuário-exportador, somado à ideologia de classe média, desenvolveu-se no Brasil um modelo “protecionista no plano econômico e liberal na esfera política” (MARINI, 2013, p. 55). Embora com uma convivência até agora pacífica, no limite da manutenção do capitalismo, as burguesias nacionais estiveram sempre dispostas a concorrer entre si pelo excedente gerado (MARINI, 2013, p. 57). É assim que, no proveito da pressão de uma massa de trabalhadores urbanos cada vez maiores a partir de 1930 e ao longo da Segunda Guerra, somado à ascensão do populismo,

a burguesia industrial com o auxílio estatal até realizou um reforço na industrialização da América Latina:

historicamente, e do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, esta situação corresponde ao fim da etapa da industrialização substitutiva de bens de consumo não-duráveis, e leva à necessidade de bens intermediários, de consumo durável e de capital (MARINI, 2013, p. 57).

A integração internacional dos sistemas de produção se fundamentou: 1) na concentração de capital em escala mundial com superabundância de recursos e busca de investimentos no exterior, na tendência declinante do mercado de matérias-primas e a incentivada industrialização das periferias; e 2) em um “grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais, acompanhado de uma aceleração considerável do progresso técnico” exportando para a periferia as novas máquinas produzidas e os equipamentos obsoletos (MARINI, 2013, p. 59).

Nas economias dependentes, com o relativo esgotamento dos mercados para a indústria restrita em face aos baixos salários, tentou-se por diversas frentes expandir a produção industrial. Desde tentativas como a reforma agrária ou o próprio aumento de salários, até a mais eficaz expansão da produção para a indústria pesada. Lembramos que esse movimento é fruto de uma impossibilidade de avançar no mercado interno já que este se encontra fragilizado pela superexploração com salários baixos e a dificuldade de importar os bens intermediários e equipamentos necessários (MARINI, 2013, p. 58).

A exemplo do Brasil na América Latina, na articulação da burguesia agrária com a burguesia industrial, os limites se definiram em um período curto.

Embora a burguesia industrial tenha se valido do excedente do campo para investimento na indústria e entrada de dólares para a necessária importação de tecnologia, a necessidade de mercados fortes para a consolidação da indústria, possível apenas com reforma agrária, bem como as políticas protecionistas reivindicadas pela indústria, novamente de encontro às necessidades agrárias, foram os limites do desenvolvimento industrial no Brasil.

A burguesia industrial brasileira começa a incomodar o setor agrário exportador, vez que a mesma precisa de mais capital estrangeiro e barreiras de

proteção alfandegária para proteger a produção nacional (MARINI, 2013, p. 58).

Ademais, como falamos acima, para fragilizar e desestimular ainda mais a produção industrial latino-americana, a produção de bens de capital pelas economias dependentes conta com a concorrência das economias centrais que também estão (com grande desenvolvimento tecnológico) produzindo e exportando bens de capital e tecnologias obsoletas (MARINI, 2013, p. 60).

Mesmo na tentativa de produção de bens de capital a indústria nacional esteve sempre limitada pelo capitalismo central: “suprimindo a demanda criada pelas classes ricas e utilizando tecnologia importada dos países centrais” (MARINI, 2013, p. 60) as restrições de desenvolvimento produtivo da América Latina levaram ao fracasso de qualquer alternativa nacional contra a estrutura dependente (MARINI, 2013, p. 60).

A superexploração dos trabalhadores com salários depreciados gerava e ao mesmo tempo reproduzia-se com base num grande exército industrial de reserva, pois “ao mesmo tempo que empregava uma tecnologia como poupadora de mão de obra, a indústria se via diante de uma oferta de trabalho em constante expansão, o que permitia fixar os salários no seu nível mais baixo” (MARINI, 2013, p. 60). Cristalizava-se aqui o desenvolvimento tecnológico limitado pelo padrão de reprodução dependente.

Conforme o autor, o crescimento dos mercados também não foi capaz de incentivar esse desenvolvimento e se compensava apenas com a inflação (MARINI, 2013, p. 60). As burguesias nacionais não deixaram de apostar na indústria pesada e, para isso, fomentavam em conjunto com o Estado a aceleração do excedente das exportações em direção ao setor industrial. Com vistas a majorar as divisas necessárias à importação de equipamentos e bens intermediários, concessões também foram feitas ao setor agro-exportador. Esse setor foi responsável por, em face da grande quantidade de exportação, conseguir divisas capazes de garantir as importações necessárias à indústria nacional (MARINI, 2013, p. 61).

Percebemos aqui que mesmo em face a uma industrialização pesada em alguns países da América Latina, a tecnologia utilizada majoritariamente foi importada dos países centrais, de modo a reproduzir uma dependência tecnológica com o centro.

Ademais, cumpre ressaltar que a industrialização, onde existiu, direcionou sua produção às classes médias e altas, e quando encontrou limites nesse próprio

mercado, focou-se em produtos para a exportação, sejam bens suntuosos, sejam os próprios produtos primários, quando a industrialização os atingiu (metais, grãos, carne, etc.).

Na conjuntura de disputa entre as classes dominantes, a manutenção da industrialização nos marcos da dependência também enfrentou rechaços. A impossibilidade de manter a aliança entre a burguesia nacional conivente com o populismo e a classe trabalhadora se deu com a necessidade cada vez maior de sustentar a acumulação de capital pela estratégia da superexploração da força de trabalho. As pautas de reforma agrária e distribuição de renda se enterraram junto à alternativa de um desenvolvimento autônomo nacional (MARINI, 2013, p. 61), reafirmando a insuficiência das políticas industriais para a garantia de maiores direitos aos trabalhadores.

Como relata Marini, desde o princípio o uso de tecnologias obsoletas pelos países da América Latina obedecia estritamente a lógica do capitalismo dependente: em face dos países centrais fabricarem bens de capital decorrentes da revolução tecnológica e concorrência no centro, eram obrigados a trocar sua maquinaria mais rápido, ou seja, precisavam de um mercado para dar sobrevida à suas máquinas. No mesmo sentido, para o capitalista dependente, na contramão de gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico na periferia, a importação da maquinaria obsoleta já lhe permitia uma possibilidade até então menos explorada, o mais-valor relativo:

como vimos, as companhias estrangeiras dispunham de máquinas e equipamentos obsoletos e não amortizados nas metrópoles, que representavam um adiantamento efetivo no nível tecnológico imperante nos países latino-americanos. A entrada desses capitais, sob a forma de investimentos diretos e, cada vez mais, em associação com empresas locais – constituía uma solução conveniente para as duas partes: para o investidor estrangeiro sua maquinaria obsoleta permitia lucros similares aos que poderiam ser obtidos com o equipamento mais moderno em seu país de origem, em virtude do preço baixo da mão de obra; e para a empresa local se abria a possibilidade de conseguir uma mais-valia extraordinária com a nova maquinaria (MARINI, 2013, p. 62).

Dessa maneira, foi conveniente ao capitalista central possibilitar uma sobrevida à sua tecnologia defasada vendendo a tecnologia obsoleta ao capitalista da América Latina, fundando os marcos de uma etapa menos complexa de produção nos países dependentes, enquanto outra se abria nos países centrais.

Cumprir destacar que a industrialização com tecnologia importada e obsoleta não pode ser vista isoladamente dentro do ciclo dependente de reprodução do capital. A relação de dependência tecnológica faz parte de toda uma rede de transferência de valor dos países dependentes para os países centrais. Esse processo de transferência de valor entre os países dependentes e centrais relatado por Marini, também se dará para Vania Bambirra de dois modos, diferenciando-se conforme a posse ou não do capital estrangeiro do setor produtivo específico (BAMBIRRA, 2015).

Como vimos, se os capitalistas estrangeiros burlam as trocas por valor e trocam mercadorias com a periferia pelos preços de produção, não repassando o barateamento de suas mercadorias aos países periféricos, esses capitalistas logram parte do mais-valor produzido na América Latina pelas trocas desiguais.

Todavia, também é possível a esses capitalistas, com transferência de valor dos dependentes para o centro, retornar o próprio reinvestimento no capital produtivo novamente aos países dependentes. Dessa maneira, tendo posse do capital produtivo, a transferência se dá por remessas de lucros ou remessas de produção aos países centrais (BAMBIRRA, 2015).

Nessa esteira, nos casos de investimento exterior temos o investimento completamente estrangeiro e os casos de integração com a burguesia local. O investimento do capital estrangeiro participa em conjunto com a burguesia local, desnacionalizando-a e passando a vigorar uma composição entre países. O aumento de preços (inflação) para compensar o crescimento reduzido, a exclusão de trabalhadores em face da maquinaria e o custo de produção estabelecido pelas empresas com menos tecnologia (garantindo o mais-valor extraordinário do centro) afasta os interesses burgueses de um nacionalismo por vezes coincidentes com as demandas proletárias (MARINI, 2013, p. 62). É a integração dos capitais para o “desenvolvimento tecnológico” de periferia a frear o avanço de relações de produção que poderiam aumentar salários e garantir poder de consumo a força de trabalho. Em perspectiva oposta, se fomenta a intensificação do trabalho com o objetivo de compensar a disputa dos capitais nacionais na concorrência com o capital internacional.

A superexploração da força de trabalho é elemento essencial ao novo tipo de dependência com a associação e integração dos capitais (MARINI, 2013, p. 62).

A integração analisada por Marini é a forma encontrada pelo capitalismo

central para levar o imperialismo a todos os cantos da América Latina. A alta capacidade de oferta e impossibilidade de consumo, em uma organização monopolista e com tecnologia, que demanda pouca força de trabalho, fomentou ilhas de industrialização em meio a grandes áreas rurais (MARINI, 2013, p. 64):

na medida em que a extrema concentração da propriedade e da renda freia o desenvolvimento das áreas rurais e das próprias ilhas industriais, não se pensou em nada melhor que interligar estas ilhas e, voltando as costas às famintas massas camponesas, integrá-las num sistema mais ou menos coerente.

Dessa maneira, cumpre à América Latina o papel de etapa inferior de produção com baixa tecnologia e centrada na exportação de matérias primas baratas, enquanto a alta tecnologia, consolidada nos países centrais, existe nos países dependentes apenas em pequena escala e isolada da produção geral que permanece atrasada em relação ao centro. O processo de ilhas tecnológicas dos países dependentes demonstra que a tecnologia empregada nesses módulos excepcionais não tem o condão de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores dos países da América Latina, vez que produzem mercadorias direcionadas ao consumo das camadas mais abastadas da sociedade ou à exportação (MARINI, 2011a).

A integração entre países dependentes e centrais nesses marcos é o que garante a transferência de “etapas anteriores do processo de produção, reservando as etapas mais avançadas e o controle de tecnologia” aos centros imperialistas (MARINI, 2013, p. 65). Ademais, a formação de centros subimperialistas aliados aos imperialistas para a exploração dos próprios países dependentes é facilitada por essa relação (MARINI, 2013, p. 65).

Para sustentar a integração, tendo em vista a dificuldade do capital internacional em reinvestir os lucros gerados no próprio continente, o capital excedente da exploração da América Latina, em face dos mercados fragilizados pelos baixos salários, com medidas protecionistas, superexploração do trabalho e abertura de mais mercados, tiveram governos dependentes com papel político essencial: se esforçar em segurar o capital internacional no país. No período analisado, o objetivo do governo foi impedir a saída de lucros do capital internacional visando um reinvestimento dos lucros no território nacional, para tais

metas o mercado interno foi facilitado aos internacionais.

Após o período de desemprego e crescimento nos marcos do protecionismo, verificou-se uma enorme concentração de capital nos países centrais, que favoreceu o aumento da concorrência e significativo desenvolvimento tecnológico (MARINI, 2008b, p. 251-254). A reestruturação produtiva dos anos de 1970, bem como a necessidade de excedentes do campo que garantissem divisas, enfraqueceu a frágil aproximação entre burguesia nacional e classe trabalhadora iniciada com a industrialização, que supostamente ambicionava um crescimento autônomo ainda que nos marcos do capital. A alternativa foi a manutenção da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2013, p. 61), com precarização do trabalho, flexibilização de direitos, fragmentação e reterritorialização do capital.

Portanto, a integração entre os países dependentes e centrais assegurou maior acumulação aos países do centro, orientou a burguesia nacional a apostar na combinação de seu capital com o capital internacional e desistir da possibilidade de desenvolvimento tecnológico autônomo e nacional na periferia. O movimento foi a cristalização da superexploração da força de trabalho como elemento de atração dos capitais internacionais e conseqüentemente, manutenção da dependência.

A integração produtiva internacional, com o adensamento das relações entre negócios interfirmas (multinacionais), homogeneização da tecnologia e divisão das tecnologias, mais complexas no centro e menos complexas e obsoletas na periferia, representou uma relevante transformação e organização da produção mundialmente, que, como vimos no capítulo 2, Marini chamou de globalização:

la globalización corresponde a una nueva fase del capitalismo, en la cual, por el desarrollo redoblado de las fuerzas productivas y su difusión graduada en escala planetaria, el mercado mundial llega a su madurez, expresada en la vigencia cada vez más acentuada de la ley del valor (MARINI, 2008b, p. 268).

Para o autor, a industrialização em ilhas de produção complexas, com homogeneidade entre o centro e a periferia, vão criando uma expansão global do modelo de acumulação a partir da superexploração (MARINI, 2008b, p. 267).

Marini também é muito claro acerca da necessidade de superação do modo de produção capitalista para que a riqueza produzida pelos humanos não seja concentrada de modo privado:

a lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade, colocando na ordem do dia a exigência de formular e praticar uma política revolucionária, de luta pelo socialismo (MARINI, 2013, p. 63).

Dessa maneira, é possível formularmos que a tecnologia desenvolvida pelo capital aplicada à América Latina, não trouxe melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, mas contribuiu para um movimento de intensificação do trabalho de seus nacionais (MARINI, 1979a, p. 8).

A concorrência no capitalismo central e na América Latina acontece conforme o padrão de reprodução próprio de cada um. Enquanto no centro a concorrência acontece pela busca de mais-valor extraordinário, buscando alta tecnologia e produzindo uma enorme massa de tecnologia obsoleta, na América Latina, a concorrência se estabelece quando um número extremamente reduzido de empresas conseguem tecnologia importada e, por não terem interação com o resto da cadeia produtiva, levam a movimentos de superexploração da força de trabalho nas empresas que não têm tecnologia, para concorrer com as ilhas de desenvolvimento tecnológico da periferia.

Vale lembrar que no caso dos países dependentes essa tecnologia é potencialmente importada dos países centrais e subordinada às etapas mais complexas de produção instaladas no centro.

Como ponto central de particularidade no padrão de reprodução dependente, percebemos a busca pela massa de mais-valor ao invés da taxa de mais-valor, visto que, tradicionalmente, o capital busca a taxa de mais-valor, mas no caso dependente a massa é responsável pelo crescimento (MARINI, 2011a, p. 171).

Em verdade, esse processo de incremento tecnológico restrito a determinados setores na periferia leva à diminuição dos mercados internos pela dificuldade de consumo e pela restrita produção de bens salários. Quando o capital opta por bens suntuosos e em seguida bens para a exportação ele deixa a indústria de bens necessários restrita:

a absorção do progresso tecnológico em condições de superexploração do trabalho acarreta a inevitável restrição do mercado interno, a que se contrapõe a necessidade de realizar massas sempre crescentes de valor (já que a acumulação depende mais da massa que da taxa de mais-valia)

(MARINI, 2011a, p. 170-171).

Como relatamos, como lados da mesma moeda, no capitalismo dos países centrais o aumento da produtividade leva à ampliação do setor de serviços também entre as classes populares em relação ao setor produtivo:

[...] a redução do tempo de trabalho produtivo em relação ao tempo total disponível para a produção, o que, na sociedade capitalista, se manifesta por meio da diminuição da população operária paralelamente ao crescimento da população que se dedica as atividades não produtivas, às que correspondem aos serviços (MARINI, 2011a, p. 168).

Contudo, “essa é a forma específica que assume o desenvolvimento tecnológico em uma sociedade baseada na exploração da força de trabalho, mas não a forma geral do desenvolvimento tecnológico” (MARINI, 2011a, p. 168), essa é a forma do desenvolvimento apenas nos países de capitalismo central.

No caso dos países da América Latina, em face da majorada disponibilidade de força de trabalho, se objetiva manter mais postos de emprego para aumento da massa de valor. Dessa maneira, a tecnologia é refutada, vez que como relatamos em Marx no primeiro capítulo deste trabalho, tem a tecnologia o condão de excluir trabalhadores da produção (MARX, 2014). Não se trata aqui de que a América Latina escolheu a tecnologia que demanda mais trabalho, mas sim que a tecnologia obsoleta disponível tem essa característica.

Sendo assim, no caso da América Latina, já que tecnologias menos complexas e que demandam maior quantidade de trabalhadores são recomendadas, a consequência é o emprego de mais trabalhadores no processo de produção (MARINI, 2011a, p. 168). Por isso que com um grande exército industrial de reserva na periferia o desenvolvimento tecnológico retardado garante mais postos de trabalho no setor produtivo:

é por isso que as recomendações que se têm feito para os países dependentes, onde se verifica uma grande disponibilidade de mão de obra, no sentido de que adotem tecnologias que incorporem mais força de trabalho, com o objetivo de defender os níveis de emprego, representam um duplo engano: levam a preconizar a opção por um menor desenvolvimento tecnológico e confundem os efeitos sociais especificamente capitalistas da técnica com a técnica em si (MARINI, 2011, p. 168).

No pouco desenvolvimento tecnológico, com a dificuldade de chegar aos trabalhadores pelos baixos salários, direcionado para o alto consumo, e posteriormente para a exportação dos bens suntuosos para o capitalismo central (MARINI, 2011a, p. 170-171), a tecnologia não se apresenta na América Latina como possibilidade de melhoria da qualidade de vida da população dos países dependentes. Nos casos dos poucos países que lograram algum grau de industrialização, elas apenas reforçam as relações dependentes. Resumimos o porquê:

- a) Tendo em vista que a superexploração da força de trabalho não permite a criação de um mercado fortalecido nos países dependentes e as mercadorias produzidas se direcionam ao mercado restrito e quando não é suficiente à exportação, o uso da tecnologia na produção não serve para baratear as mercadorias da cesta dos trabalhadores, pois a produção não é consumida por eles.
- b) Quando a tecnologia chega de modo importado e dependente na periferia, consolida ilhas de desenvolvimento tecnológico que, ao contrário de aumentar a produtividade do país, não promove uma integração produtiva e difusão tecnológica. A superexploração da força de trabalho segue presente nas Ilhas de alta tecnologia. Ademais, ao não se relacionar com os outros setores produtivos, tais Ilhas estimulam os demais setores com tecnologia obsoleta ou sem tecnologia a superexplorarem o trabalho, como compensação da impossibilidade de competirem tecnologicamente com as ilhas de desenvolvimento.
- c) O aumento da produtividade pelo desenvolvimento tecnológico dos países dependentes não barateia as mercadorias consumidas pelos trabalhadores, de modo a permitir maior qualidade de vida pela garantia do consumo.
- d) A tecnologia desenvolvida nos países dependentes se vincula à necessidade do centro de vender a estes países bens de produção obsoletos. Assim, estabelecem uma divisão internacional do trabalho que relega aos países dependentes as etapas menos complexas de produção.
- e) A superexploração da força de trabalho na periferia é necessária ao

centro por garantir o barateamento das mercadorias com trabalho precário da periferia, (como no caso das maquiladoras em toda a América Central) e concentrar capital para garantir o desenvolvimento tecnológico do centro é útil e necessária ao capital.

Diante do exposto, a relação de produção dos países da América Latina deve ser compreendida nos marcos do desenvolvimento global do modo de produção capitalista, sendo determinada pelo conjunto de elementos que caracterizam de modo particular a figura dos países desfavorecidos na divisão internacional do trabalho.

Com um papel engendrado e necessário à acumulação capitalista global, a superação da economia dependente, compreendida como analisamos neste trabalho, questiona qualquer alternativa de transformação que se esquive da retomada do controle social da produção pela classe trabalhadora superexplorada. A dependência dos países latino-americanos mostra-se, dessa maneira, intrínseca ao modo produção capitalista e tem na superação da propriedade privada sua única alternativa de transformação.

## CONCLUSÃO

A América Latina é terra fértil para o enriquecimento dos países centrais, adubada ao menos cinco séculos no sangue quente de seus nativos.

Humanos que ainda nascem sob o jugo da dominação colonial, que embora rechaçada teórica e juridicamente em âmbito internacional, se materializa para os latino-americanos em cada dia vivido sob o território.

As condições de vida precárias, a impossibilidade de alimentação plena e soberania alimentar, a inexistência de moradias dignas, as longas jornadas de trabalho em relação aos países centrais, os baixos salários e as limitações de consumo. Os acidentes de trabalho e as doenças que corroem o corpo explorado, a insegurança na velhice, a insegurança quando nem mesmo o direito ao trabalho explorado é assegurado. O extermínio dos povos originários, a ocupação da terra como pasto na produção de carne para o almoço dos países centrais. As condições de dependência são tão visíveis quanto os motivos das tentativas de migração dos latinos para a Europa ou Estados Unidos.

A ideologia apresentada para o desenvolvimento latino-americano caminha de mãos dadas à uma falsa culpa dos indivíduos por não conseguir o mesmo nível de vida, a mesma educação, as mesmas férias dos trabalhadores centrais. Uma culpa pelo subdesenvolvimento. O atraso tecnológico é explicado por “questões culturais” e até supostas diferenças genéticas, nas linhas fascistas em ascensão.

Nessa medida da acumulação originária permanente e da expectativa de vida reduzida dos latino-americanos, a presente pesquisa se justifica nos velados e obscurecidos motivos da condição de subdesenvolvimento e dependência do nosso território.

A acumulação originária permanente com expropriação de terras para a produção e exportação de *commodities*, propicia a permanência da transferência brutal de receitas nacionais pelas dívidas públicas, a dependência tecnológica com irrelevantes patentes nacionais, todos tendo como base a superexploração da força de trabalho. Tais estruturas econômicas e sociais, para além das vontades individuais de capitalistas nacionais, cristalizam a condição de subdesenvolvimento e as relações dependentes entre o centro e a América Latina.

Nesta investigação buscou-se enfrentar o tema da tecnologia longe de um irrefletido eurocentrismo, capaz de convencer olhos desatentos da “natural”

inabilidade latino-americana com a pesquisa científica e a alta tecnologia. De modo oposto, a reprodução do capitalismo na América Latina teve suas particularidades colocadas em evidência.

A superexploração da força de trabalho como forma de compensação às transferências de capitais dos países da América Latina para os países centrais, determina um mercado nacional enfraquecido pelos baixos salários e incapaz de ser alternativa para a realização das mercadorias hegemonicamente consumidas nos países centrais.

A escolha pela superexploração e precariedade de vida dos latino-americanos reside também na impossibilidade de concorrência tecnológica com os países primeiramente industrializados, por concorrência entre capitais. O aumento da taxa de lucro e massa de mais-valor pela superexploração da força de trabalho se apresenta como a melhor opção para o capital latino-americano.

Não se trata, dessa maneira, de uma inaptidão com o avanço tecnológico, mas uma aptidão em manter as taxas de lucro altas pela estratégia mais eficaz no cenário dependente: a exploração da força de trabalho em níveis mais intensos que os níveis centrais.

Os baixos salários e mercados fragilizados levam à escolha por não inovar, favorecendo as opções por roubo, cópia e compra de tecnologia do centro. A extração de mais-valor relativo é a estratégia moderna e necessária para o aumento da taxa de lucro na América Latina (DAGNINO, 2010).

A tecnologia aparece como instrumento de dominação e maior transferência de capitais para os países ricos. A compra de pacotes tecnológicos obsoletos para amortizar tecnologias já descartadas pelo centro, o pagamento de patentes e a divisão entre duas etapas de desenvolvimento tecnológico, mais complexas no centro e menos complexas na América Latina, são expressões da dependência tecnológica, criada pelas relações dependentes.

O incremento tecnológico, quando existente, fincado em ilhas de desenvolvimento tecnológico desproporcionais ao restante da economia, ao contrário de baratear as mercadorias da cesta dos trabalhadores latino-americanos, serve para intensificar a exploração da força de trabalho nos demais ramos que precisam concorrer no mercado.

O projeto de desenvolvimento apresentado pela ideia eurocêntrica de avanço das forças produtivas tem como pressuposto um único caminho de

desenvolvimento tecnológico: o fortalecimento do capital constante em relação ao capital variável e o alto desenvolvimento tecnológico com a prevalência do mais-valor relativo e extraordinário, ou seja, o caminho dos países centrais pioneiramente industrializados.

Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo na América Latina tem seu limite na relação dependente e no atraso tecnológico imposto pela lógica da divisão internacional do trabalho. A direção do desenvolvimento latino-americano, ao contrário da alta tecnologia, se consolida na retomada e fortalecimento do uso de capital variável, contrarrestando a queda tendencial da taxa de lucro pelo incremento de capital constante no centro.

Diante do exposto, o projeto de desenvolvimento defendido neste trabalho para os países dependentes passa longe da tentativa de industrialização dos países da América Latina nos marcos do modo de produção capitalista. A indústria nos países periféricos significou maior intensificação do trabalho, não se traduziu em barateamento das mercadorias da cesta dos trabalhadores, se direcionou também à exportação e teve seus limites na condição dependente de ausência de reforma agrária, grandes transferências de capitais e impossibilidade de competição tecnológica.

Assim, pensar em alternativas para o desenvolvimento latino americano não passa senão pelo estancamento da transferência de valor para os países centrais e produção autônoma de tecnologia. Todavia, a ruptura com o processo de transferência de valor e com a divisão internacional do trabalho responsável pela superexploração da periferia é a ruptura com o próprio modo de produção capitalista.

Uma revolução tecnológica em todos os países, com produção de mais valores de uso e aumento da qualidade de vida dos trabalhadores é impedida pelo modo de produção capitalista (SANTOS, 1973, p. 103). Diante da impossibilidade de coletivização do conhecimento com as patentes e o atraso tecnológico com base na superexploração verificamos que o modo de produção capitalista desenvolve unilateralmente as forças produtivas e esse desenvolvimento entra em contradição com as próprias relações sociais de produção necessárias a esse sistema, obstaculizando o desenvolvimento das forças produtivas (SANTOS, 1973, p. 94).

Assim, a construção de um bloco socialista nos países da América Latina, que subverta a sangria da transferência de valor para o centro, é a possibilidade de

taticamente implementarmos tecnologias autônomas e industrialização com aumento da produtividade compatível às necessidades dos trabalhadores que controlam os meios de produção de riquezas.

Enfrentando o imperialismo dos países centrais e distante de posições subimperialistas frente aos países igualmente periféricos, como os países africanos, um bloco socialista na América Latina representaria taticamente o avanço das forças produtivas, com maior produtividade e qualidade de vida para os latino-americanos.

O passo seguinte, com a internacionalização do controle social da produção pelos trabalhadores e a queda da produção pautada na lei do valor, é a escolha social eficaz para um desenvolvimento, sobretudo tecnológico, que signifique transformações estruturais na condição de vida dos humanos em sociedade.

A tecnologia na América Latina somente pode se materializar em possibilidades de desenvolvimento humano para o conjunto dos latino-americanos em uma nova forma de organização da vida social, em que o aumento da produtividade do trabalho esteja sob o controle de 99% dos humanos. Não se trata de desenvolvimento, nos termos vigentes, mas de socialismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Intensidade Tecnológica*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa anual de serviços*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/analise/as99.shtm>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

DAGNINO, Renato. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. Por que os "nossos" empresários não inovam? In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Estudos sociais da ciência e tecnologia & política de ciência e tecnologia: alternativas para uma nova América Latina*. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2010. p. 47-68.

DE DECCA, Edgar. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do trabalho: escritos de Marx-Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 11-28.

HERNÁNDEZ, Martín Amaru Barrios; HERNÁNDEZ, Rodrigo Santiago. *Tehuacán: del calzón de manta a los blue jeans*. Puebla: Comisión de Derechos Humanos y Laborales del Valle de Tehuacán, A. C., 2004.

HERRERA, Amílcar O. La ciencia en el desarrollo de América Latina. *Revista Estudios Internacionales de Chile*. n. 1, p. 38-63, abr./jun. 1968.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Serviços – um setor em extinção* (2006). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1127:reportagensmaterias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1127:reportagensmaterias&Itemid=39)>. Acesso em: 29 jul. 2017.

LUKÁCS, György. O trabalho. In: \_\_\_\_\_. *Por uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 41-158.

MARGLIN, Stephen A. Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que

servem os patões. IN: GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 37-78.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini - vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011a. p. 131-172. p. 173-197.

\_\_\_\_\_. El ciclo de capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Ursula (Coord.). *Mercado y dependencia*. Mexico: Nueva Imagen, 1979a. p. 37-55. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwcWFmVDhzMmhoVTQ/view>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso e J. Serra). In: \_\_\_\_\_. *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales – Ruy Mauro Marini. Antología y presentación: Carlos Eduardo Martins*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008a. p. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100830092707/06razones.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Plusvalía extraordinária y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, Ediciones Era, México, n. 20, p. 18-39, 1979b. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTWRU0tY1VSMjdpYTA/view>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: \_\_\_\_\_. *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales – Ruy Mauro Marini. Antología y presentación: Carlos Eduardo Martins*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008b. p. 247-271. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100830093334/08proceso.pdf>>. Acesso em: 29 de jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini - vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011b. p. 173-187.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARX, Karl. A ideologia Alemã. *Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro III, Volume IV. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. *Gundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboço da crítica a*

economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.

\_\_\_\_\_. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2011b. p. 57-99.

\_\_\_\_\_. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2011c. p. 125-141.

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual. *Reseña anual del PCT 2013*. El Sistema Internacional de Patentes - Datos, cifras y análisis exhaustivos del sistema internacional de patentes (2013). Disponível em: <[http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/es/patents/901/wipo\\_pub\\_901\\_2013.pdf](http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/es/patents/901/wipo_pub_901_2013.pdf)>. Acesso em: 29 de jul. 2017.

SANTOS, Theotônio dos. Tendencias del capitalismo contemporáneo. DEL VALLE RIVERA, Carmen; VILLAZUL, Sergio Javier Jasso (Comps.). *Obras reunidas de Theotônio dos Santos* [libro electrónico]. México: Instituto de Investigaciones Economicas, Universidad Nacional Autónoma de México, 2015. p. 03-123. Disponível em: <<http://ru.iiec.unam.mx/3105/1/ObrasReunidasTheotonioDosSantos.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

SERRA, José. CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. In: *Estudos Cebrap*, nº 23, São Paulo, Cebrap, 1978. Disponível em: <[http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca\\_virtual/as\\_desventuras\\_da\\_dialectica.pdf](http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/as_desventuras_da_dialectica.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2017.

SILVA, Alexandre Messa; NEGRI, João Alberto de Negri; KUBOTA, Luis Cláudio. Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil. In: NEGRI, João Alberto de Negri; KUBOTA, Luis Cláudio (org.). *Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil*. Brasília: IPEA, 2006.

SILVA, Luisa Maria Nunes de Moura e. Metodologia de análise na teoria da dependência: da análise dos problemas latino-americanos ao desenvolvimento de propostas de intervenção. In: *Revista Insurgência*. Brasília, v.2, n.1, 2016.

TRASPADINI, Roberta. *Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas*. 2016. 338 f. Tese (Doutorado em economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016.